



UEPB

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

LUISA MARIA RAMOS DA COSTA

**A TRAJETÓRIA DAS MULHERES FARIANAS PARA A CONSTRUÇÃO DE PAZ
NA COLÔMBIA: A REINCORPORAÇÃO SOCIAL DAS EX-COMBATENTES DAS
FARC (2012-2020)**

JOÃO PESSOA

2023

LUISA MARIA RAMOS DA COSTA

**A TRAJETÓRIA DAS MULHERES FARIANAS PARA A CONSTRUÇÃO DE PAZ
NA COLÔMBIA: A REINCORPORAÇÃO SOCIAL DAS EX-COMBATENTES DAS
FARC (2012-2020)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, como pré-requisito parcial para obtenção do grau de mestre.

Área de Concentração: Política Externa e Segurança Internacional

Orientador: Prof. Dr. Fábio Rodrigo Ferreira Nobre

JOÃO PESSOA

2023

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

C837t Costa, Luisa Maria Ramos da.

A trajetória das mulheres farianas para a construção de paz na Colômbia [manuscrito] : a reincorporação social das ex-combatentes das FARC (2012-2020) / Luisa Maria Ramos da Costa. - 2023.

84 p. : il. colorido.

Digitado.

Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2023.

"Orientação : Prof. Dr. Fábio Rodrigo Ferreira Nobre , Coordenação do Curso de Relações Internacionais - CCBSA. "

1. Construção de paz. 2. Reincorporação social. 3. Ex-Combatentes das FARC. 4. FARC. 5. Colômbia. 6. Mulheres farianas. I. Título

21. ed. CDD 327.172

LUISA MARIA RAMOS DA COSTA

**A TRAJETÓRIA DAS MULHERES FARIANAS PARA A CONSTRUÇÃO DE
PAZ NA COLÔMBIA: A REINCORPORAÇÃO SOCIAL DAS EX-
COMBATENTES DAS FARC (2012-2020)**

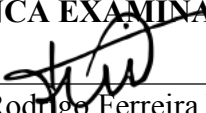
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, como pré-requisito parcial para obtenção do grau de mestre.

Área de Concentração: Política Externa e Segurança Internacional

Orientador: Prof. Dr. Fábio Rodrigo Ferreira Nobre

Aprovado em: 05/10/2023

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Fábio Rodrigo Ferreira Nobre (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Paulo Roberto Loyola Kuhlmann (Avaliador Interno)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Documento assinado digitalmente



ERICA CRISTINA ALEXANDRE WINAND

Data: 06/12/2023 16:17:37-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Érica Cristina Alexandre Winand (Avaliadora Externa)
Universidade Federal de Sergipe (UFS)



Profa. Dra. Manuela Trindade Viana (Avaliadora Externa)
Pontificia Universidad Javeriana

AGRADECIMENTOS

Expresso minha gratidão a todos que tornaram possível a elaboração deste trabalho, que compartilharam ideias, por dedicarem seu tempo para ouvir, e pelas demonstrações de afeto. Logo, agradeço à minha mãe, Penha Rosangela Ramos, por me inspirar e me motivar nos estudos e na vida.

Agradeço ao Raul por todo companheirismo, por me ouvir falar sobre o tema, por trazer frutas para minha mesa de estudo e me lembrar sempre do que me trouxe até aqui.

Agradeço pelas amizades que foram construídas ao longo deste mestrado, em especial Letícia e Ana Gabriela. Obrigada pelas conversas, partilhas de experiências e, sobretudo, pelo carinho além das fronteiras das aulas online.

Sou imensamente grata à Lucía Quijano por todo encorajamento e esforço para a construção deste trabalho. Agradeço a sua mãe, Ana Luisa, por me receber com tanto carinho em sua casa, e me mostrar um pouco mais sobre a Colômbia. ¡Muchas Gracias!

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, e ao meu orientador, Fábio Nobre, por todos os ensinamentos compartilhados. Agradeço às professoras Érica Winand e a Manuela Trindade pelas ideias e relevantes sugestões de conteúdo. Agradeço ao professor Paulo Kuhlmann por todo acolhimento e apoio.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa de pesquisa.

Agradeço aos professores Andres Villarreal e a Déborah Presta, pela atenção e suporte para a realização das entrevistas, na Colômbia. Agradeço também à ambientalista Cármen Estela, à líder social Rosaura, que me apresentou sobre a cidade de Icononzo - Tolima.

Agradeço o apoio de Diana e Ana Rojas, que fizeram a ponte para a realização da entrevista. Agradeço a disponibilidade de José, Camilo, Rocío e Eunice. Agradeço pelas dicas de Pedro, pela torcida do meu irmão Samuel Ramos, do meu pai Luis Costa e da professora Patrícia Rosalba.

Agradeço à todas ex-combatentes Farianas que gentilmente aceitaram ser entrevistadas: Ana, Lorena, Danelly, Jorlene, Vivian, Elizabeth e Valentina. Por terem feito com que eu olhasse a vida com outros olhos, dedico este trabalho para elas.

RESUMO

A pesquisa tem como objetivo analisar a construção do protagonismo das Mulheres Farianas no processo de paz colombiano por meio da análise de conteúdo dos testemunhos orais de 7 ex-combatentes e escritos de outras mulheres, entre os anos de 2012 a 2020. Questiona-se como a experiência guerrilheira das Farianas contribuiu para a construção de paz na Colômbia e para reincorporá-las socialmente. Busca-se visibilizar as narrativas dessas mulheres no processo de paz colombiano, a partir de uma perspectiva crítica dos estudos de Segurança Internacional, que são apresentadas como abordagens opositoras ao conceito estatocêntrico e militarizado de segurança.

Palavras-Chave: Colômbia; Mulheres Farianas; Construção de Paz; Reincorporação Social; Ex-Combatentes; FARC

RESUMEN

La investigación tiene como objetivo examinar la construcción del papel de las Mujeres Farianas en el proceso de paz colombiano, como protagonistas de este, centrándose en el contenido de los testimonios orales de siete excombatientes y escritos de otras mujeres, durante el período de 2012 a 2020. Se plantea la pregunta de cómo la experiencia guerrillera de las Farianas influyó en la construcción de la paz en Colombia y en su reincorporación social. El propósito principal es dar visibilidad a las narrativas de estas mujeres en el contexto del proceso de paz colombiano, desde una perspectiva crítica que contrasta con los enfoques convencionales de los estudios de Seguridad Internacional, los cuales suelen basarse en un concepto de seguridad centrado en el Estado y militarizado.

Palabras clave: Colombia; Mujeres Farianas; Construcción de Paz; Reincorporación Social; Excombatientes; FARC

RUMBO A LA ESPERANZA¹

Aquella tarde cuando mis ojos

Mi corazón se conmovió

Vieron esas lágrimas de felicidad al mirar esos rostros... La esperanza de un mundo mejor

De una manera cristalina llena de felicidad

Atrapa la luz

La luz de esperanza y felicidad

Porque todos unidos lo lograremos

Las golondrinas de la iglesia volaban sin parar

Anunciando la llegada De la nueva familia que se acercaba ya

Atrapa la luz

La luz de esperanza y felicidad

Porque todos unidos lo vamos a lograr

Eran hombres y mujeres con armas,

Animales, colchones y trozos de madera

Parecian otros desplazados más ¿Serán asesinos? ¿Terroristas?

¿Qué horror!

Se preguntaba la gente. - Murmuraban

Ahora nuestro pueblo se va acabar

Atrapa la luz

La luz de esperanza y felicidad

Porque todos unidos lo vamos a lograr

Pasaron minutos, las horas y los días

La esperanza se refleja ya no eran máquinas de guerra

Sino personas con ideas nuevas amor, esperanza y paz

Unidos por Icononzo ideal Con respeto, unidad e igualdad

Para ver a nuestros hijos y nietos Crecer con valores y vivir en paz

¹ Poema feito por moradora da cidade de Icononzo- Tolima, com o nome não identificado.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1– Mapa do local de nascimento das ex-combatentes entrevistadas.....	17
Quadro 1 – Funções exercidas em armas e funções exercidas após Assinatura do Acordo e Paz.....	33
Imagem 1 – Representantes Farianas da Subcomissão de Gênero	44
Quadro 2 – Principais Propostas da Subcomissão de Gênero das FARC 2014.....	49
Gráfico 1 – Temas Apresentados pelas Farianas dos Diálogos de Paz (2013 – 2016)	51
Imagem 2 – Não deixamos a guerra para morrer construindo paz	61
Quadro 3 – Inseguranças das ex-combatentes no contexto pós-assinatura do Acordo	63
Imagem 3 – Prevenção às violências baseadas em Gênero.....	68
Imagem 4 – Abraçando a Paz – 2016	69

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1 – GÊNERO NA GUERRILHA E NO CONFLITO ARMADO COLOMBIANO	19
1.1 A dimensão do Conflito Colombiano para as mulheres e seus desdobramentos para o ingresso na guerrilha	19
1.2. “Fui com eles, acreditando que era verdade o que o senhor me disse” - O Recrutamento de Crianças e Adolescentes	24
1.3 Mulheres nas FARC: Entre as desigualdades, violências e os aprendizados políticos	27
1.4 “As FARC é como uma universidade da vida” - Vida Escola Fariana	32
CAPÍTULO 2 - AS FARIANAS NAS MESAS DE NEGOCIAÇÃO DE PAZ - A PAZ QUE ELAS QUEREM.....	38
2.1 - Caminhos para a incorporação de Gênero no Acordo de Paz	38
2.2 "Não posso dizer que deixei os ideais e que eles ficaram na selva" - A transformação de conflitos por meio do Feminismo Insurgente.....	41
2.3 “Se estamos nessas mesas é porque estamos mostrando as problemáticas do país” - As propostas levadas pelas Farianas para as Mesas de Diálogos	47
CAPÍTULO 3 - MEMÓRIA FARIANA, NARRATIVAS DE VIOLÊNCIAS E PAZ	55
3.1 “Eu sonhava em ter o meu bebê, mas lá não permitiam” - Maternidade e vida em armas	55
3.2 “Agora é hora de lutar para sobreviver, porque é como recomeçar do zero” - A vida pós assinatura do Acordo de Paz	58
3.3 “Eu quero estar viva, livre e sem medo”	64
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	71
REFERÊNCIAS	75
ANEXOS	84

INTRODUÇÃO

Os conflitos bélicos, o colonialismo, desigualdade econômica e concentração de terras fazem parte da história da Colômbia, que vivencia o embate entre guerrilhas e paramilitares estendido por mais de cinco décadas e que gera milhões de vítimas. Além do grande período de duração, o conflito armado colombiano é marcado pela atuação de atores violentos e tentativas falhas de negociação com o maior grupo guerrilheiro: as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia - FARC². Outra face do conflito é percebida nas violências de gênero produzidas na sociedade colombiana, uma das razões para que mulheres ingressassem em grupos guerrilheiros, como caminho para escapar de abusos, passando de mulheres vitimadas a mulheres guerrilheiras, muito embora isso tenha colocado parte delas em um novo ciclo de violência (COSTA, 2008; IBARRA MELO, 2008; BOUVIER2016; AUSSEL, ECHAVARRÍA, PEREZ, 2004, COMISSÃO DA VERDADE, 2022).

Pécaut (2010) apresenta que o século XIX e XX foi marcado por conflitos entre os partidos Conservador e Liberal, que apresentavam interesses econômicos e sociais distintos e polarizaram o poder político no país. A *Guerra dos Mil Dias* (1899 - 1902) que é lembrada como um dos momentos mais violentos da história nacional e que contabilizou 100 mil mortos, com uma população que possuía cerca de 4 milhões de habitantes. Apesar de momentos pacíficos, em 1946 o país retoma a uma fase sangrenta, conhecida como *La Violencia* (1946 - 1957) que provocou mais de 200 mil mortes.

Entre os episódios marcantes está o assassinato do líder do partido liberal, Joge Eliécer Gaitán, em 9 de abril de 1948³. Gaitán contribuiu para a formação de organizações camponesas em 1930, para as mobilizações populistas no país, e apresentava-se como uma alternativa política (PÉCAUT, 2010). O assassinato de Gaitán levou a contestação das massas populares, com a organização de motins em Bogotá, conhecido como *Bogotazo*. Segundo Forrest Hylton (2010) profissionais e estudantes radicais *gaitanistas* passaram a atuar para a formação de juntas revolucionárias no país. No entanto, essas juntas não ajudaram na tomada de poder pela falta de coesão entre elas, apoio da capital e um programa de autogoverno. Essas foram reprimidas com muita violência e logo foram derrotadas.

² Destaca-se que as FARC também são denominadas como FARC – EP (Exército do povo). Aqui optamos pelo uso do primeiro termo referir-se ao grupo guerrilheiro. Destacamos que após o Acordo, o partido FARC- Fuerza Alternativa Revolucionária del Comum foi criado e posteriormente alterou seu nome para Comunes. Em relação ao termo Farianas, utiliza-se com base na historicidade, e na identidade guerrilheira. Avoine (2023) apresenta que no contexto de reincorporação política há mulheres que se identificavam como Farianas, mas agora se identificam como Comunera ou “las del común”.

³ Data que atualmente simboliza o Dia da Memória e da Solidariedade, em comemoração às vítimas do conflito armado na Colômbia.

Portanto, a contestação popular que fora reprimida nas cidades, passa a ser mais forte na área rural. Neste contexto, destacam-se a atuação dos grupos armados “Por um lado, os grupos conservadores, assassinos pagos por políticos conservadores [...] Por outro, as guerrilhas foram formadas em quase todo o país” (PÉCAUT, 2010, p.23). Hylton (2010) apresenta que o período de *La Violencia* foi uns dos períodos mais retrógrados da América Latina e com novas formas de terror e crueldade. Sendo, sobretudo, um momento de reforçar a manutenção dos subalternos em “seus lugares” em prol de uma modernização da economia capitalista por meio do desenvolvimento industrial e da exportação cafeeira.

La Violencia foi uma grande regressão histórica, no qual as hostilidades populares impediram não só o legado de Gaitán, mas também a oportunidade de políticas de classe independentes baseadas no campesinato, nos artesãos, no proletariado e em frações importantes da classe média (HYLTON, 2010, p.82).

Castro (2009) aponta que durante a década de 1950, algumas áreas dos departamentos de Cundinamarca, Huila e Tolima, que estavam sob influência comunista, foram chamadas de repúblicas independentes. Em 1964 o governo bombardeou a zona que era um dos focos comunistas da autodefesa camponesa. “O medo da influência castrista foi o que levou alguns dos setores mais conservadores da Frente Nacional a apresentá-las como “repúblicas independentes” e a pedir que o Exército retomasse o controle (PÉCAUT, 2010, p.28). A resposta a este ataque foi a criação de vários focos de guerrilha naquele local.

A repressão do exército por meio da *Operação Marquetalia* também atingiu os civis e tornou recorrente a migração dos moradores dessa zona para um local de refúgio guerrilheiro. Logo, naquele período para parte da população campesina havia o sentimento das guerrilhas comunistas como proteção perante os políticos, a elite dirigente, e grandes proprietários que agiam com violência para os que reivindicavam mudanças no campo. Após o bombardeio das repúblicas independentes, os habitantes foram forçados a fugirem para as planícies orientais e para a selva amazônica. Formaram-se grupos armados que se basearam na agricultura para sobreviver. Isso deu origem às FARC, um movimento campesino, em oposição à repressão militar e violenta do Estado (CASTRO, 2009).

Além disso, a criação das FARC pode ser compreendida como um processo que já estava em curso, visto que em 1961 o Partido Comunista já adotava o lema “combinação de todas as formas de luta” que envolvia a articulação entre legalidade e a ilegalidade. Assim, em 1966 a FARC é constituída oficialmente (PÉCAUT, 2010). O programa Agrário das FARC, atualizado na oitava conferência de 1993 diz:

Nós somos revolucionários que lutamos por uma mudança de regime. Mas queríamos e lutávamos por essa mudança por uma via menos dolorosa para o nosso povo: a via pacífica, a via democrática das massas. Esses caminhos nos foi fechado violentamente com o pretexto fascista de combater as supostas “Repúblicas Independentes” e como somos revolucionários que de uma forma ou outra jogaremos o papel histórico que nos corresponde, nos levou a buscar outra via: a revolucionária armada para a luta pelo poder (CNMH, 2014, p.443, tradução própria).

Além das FARC⁴, outros dois grupos guerrilheiros surgiram neste período: o Exército Nacional de Libertação - ELN e o Exército Popular de Libertação - EPL. O ELN era composto por jovens universitários de classe média e tinham inspirações em Che Guevara, e acreditavam que a combinação entre a grande quantidade de camponeses, aliados à mobilização armada e ações insurgentes levariam à revolução socialista. Já o EPL defendia a ideia do radicalismo agrário armado e com tendências maoístas. Entre as táticas de guerrilha utilizadas pelos 3 grupos guerrilheiros estavam: sequestro, extorsão de impostos por meio de ameaças (HYLTON, 2010).

Já o grupo guerrilheiro Movimento 19 de Abril - M19⁵ aparece no cenário do conflito na década de 70. O grupo buscou inicialmente travar a luta armada nas cidades e depois voltou-se para as áreas rurais. O Centro Nacional de Memória Histórica (2021) apresenta que as FARC expandiu de maneira gradual o número de frentes, de 9 em 1979 para 30 em 1986, o que indicou uma mudança para uma postura mais ofensiva. Para enfrentar a expansão das FARC e a infiltração do M-19 no sul do país, o Exército enviou batalhões para Caquetá, a partir de janeiro de 1982 (CNMH, 2021).

Além da resposta militarizada, a resposta para a eliminação das guerrilhas foi o movimento de paramilitares, composto por membros das forças do Estado, políticos, proprietários de terra e narcotraficantes. Tais grupos de autodefesa foram responsáveis por detenções massivas, e a tortura foi utilizada como um método legítimo para as investigações policiais. Tendo em vista esse cenário com variados grupos armados representada pelos grupos guerrilheiros, o exército e os paramilitares, a população sofreu com chacinas, deslocamentos

⁴ A busca por negociações de paz tem sido uma pauta constante nos governos recentes da Colômbia. Antes do acordo firmado em 2016 entre o governo colombiano e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, durante o mandato de Juan Manuel Santos, ocorreram esforços de negociação sob administrações anteriores, como Julio Cesar Turbay em 1981, Belisario Betancur em 1982, Virgilio Barco em 1988, Cesar Gaviria em 1991 e Andrés Pastrana em 1999. Em 1990, um pacto de paz foi alcançado entre o governo de Virgilio Barco e o grupo M19, que mais tarde resultou na elaboração de uma nova Constituição Política do país em 1991. Em 2002, uma trégua permanente foi estabelecida entre os Grupos Paramilitares liderados por Carlos Castaño e o governo de Álvaro Uribe (CNMH, 2021; CASTRO 2009; BELL, ROUKER, MATZAR, 2015).

⁵ M-19- Movimento 19 de abril é um grupo guerrilheiro desmobilizado que se transformou no partido político Aliança Democrática M-19.

forçados e torturas realizadas pelos grupos armados e pelo Estado (OSPINA, 2008; PÉCAUT, 2010).

A Comissão da Verdade apontou que no âmbito do conflito armado, pelo menos 450.666 indivíduos perderam suas vidas. Além disso, registrou-se o desaparecimento forçado de 121.768 pessoas, enquanto 50.770 foram sujeitas a sequestro. O recrutamento de 16.238 crianças e adolescentes foi identificado, juntamente com 32.446 casos de pessoas que sofreram atos que afetam sua liberdade e integridade sexual. Estima-se que cerca de 8 milhões de pessoas foram deslocadas, dentre outras violações de direitos (COMISSÃO DA VERDADE, 2022).

No caso das FARC, o grupo empregou uma estratégia de guerra irregular⁶ que teve impacto tanto nas forças de segurança quanto em civis não envolvidos no conflito. Os ataques direcionados às forças de segurança foram conduzidos por meio de diferentes táticas, como emboscadas, confrontos, sabotagens e atiradores de elite, além do uso de dispositivos explosivos caseiros e minas terrestres. Paralelamente, assim como outros grupos armados, as FARC adotaram a estratégia de atacar civis, realizando ações como sequestros, atentados, assassinatos seletivos e recrutamento forçado (CNMH, 2014).

Em 24 de novembro de 2016 firmou-se o *Acordo Final para o Fim do Conflito e a Construção de Uma Paz estável e Duradoura* entre as FARC e o governo Colômbiano, considerado o primeiro do mundo com foco em gênero, resultado do ativismo desempenhado pelas mulheres, no marco do conflito armado no país. Elas foram representadas por coletivos feministas da sociedade civil e por mulheres Farianas, as guerrilheiras das FARC, que reivindicaram que suas demandas de segurança e percepções de paz fossem trazidas ao Acordo de Paz em um país marcado por graves violações à vida das mulheres (BOUVIER, 2016; ONU MUJERES, 2017).

Em 2014 foi criada uma subcomissão de gênero para realizar o acompanhamento dos direitos das mulheres no processo de paz, e esta possui um caráter inovador em relação a outros processos de paz ao redor do mundo, e apesar de não possuir autoridade para a tomada de decisões, possui um papel na garantia do enfoque de gênero acordado. A presidência da

⁶ Em *Pressupostos Teóricos da Guerra Irregular*, Visacro (2009) argumenta que esta é caracterizada pela flexibilidade, que permite a adaptação a diferentes realidades políticas, sociais e militares. De acordo com o autor, nesse tipo de conflito, os aspectos estritamente militares têm uma influência menor, uma vez que o cenário político e psicossocial desempenha um papel mais preponderante na sua condução. Ao contrário da guerra convencional, onde a destruição das forças inimigas, a conquista de territórios e o controle de recursos são objetivos centrais, na guerra irregular, esses elementos são secundários. O foco principal está em ter o apoio da população local, sendo esse apoio o verdadeiro fator determinante para o desfecho desse tipo de conflito.

subcomissão é composta pela ex-guerrilheira das FARC, Victoria Sandino, e por Maria Riveros, como representante do governo (BOUVIER, 2016). O Acordo Final afirma:

Na implementação serão garantidas que as condições da igualdade sejam reais e eficazes e serão tomadas medidas afirmativas a favor de grupos discriminados ou marginalizados, levando em consideração a abordagem territorial, diferencial e de gênero (COLÔMBIA, 2016, p. 6, tradução própria).

Neste trabalho exploramos a seguinte reflexão: aderindo às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – FARC, as mulheres se afastam da estrutura patriarcal da sociedade colombiana, por passar a constituir grupo de resistência a ela, e saem de uma posição de inação política colocada àquela sociedade para com as mulheres. Questiona-se como a experiência guerrilheira das ex-combatentes das FARC contribuiu para a construção de paz na Colômbia e para reincorporá-las socialmente. Busca-se visibilizar os relatos dessas mulheres no processo de paz colombiano, a partir de uma perspectiva crítica dos estudos de Segurança Internacional, que são apresentadas como abordagens oppositoras ao conceito estatocêntrico e militarizado de segurança.

Os Estudos de Segurança Internacional se concentraram principalmente em abordagens centradas no Estado, com foco na militarização e ameaça, por um longo período, com preocupações próprias da corrida armamentista da Guerra Fria. Todavia, Galtung (1969) reconfigura conceitos fundamentais para os Estudos para a Paz, destacando principalmente os de paz positiva e paz negativa, substituindo o enfoque na ausência de guerra ou ameaça pela ênfase na preocupação com a presença de violência. Apresenta que na presença de violência estrutural, mesmo se a violência direta for reduzida, o resultado é apenas uma forma de paz negativa. Por outro lado, quando são adotadas medidas para diminuir a violência estrutural e promover a justiça social, observa-se a busca pela paz positiva. Entende-se que esta visão trouxe um aspecto mais humanista para área e com olhar sobre o indivíduo e para construção de uma cultura de paz, a partir da busca por uma paz positiva.

Como lentes de análise deste trabalho estão os conceitos “ampliadores e aprofundadores de segurança” sistematizados por Buzan e Hansen (2012) que trazem o indivíduo e a emancipação como conceitos-chave. Em *The Concept of Security*, Baldwin (1997) argumenta sobre a necessidade de reflexão própria da definição de segurança. Isso possibilitaria efetuar comparações entre políticas de segurança, garantindo que as formulações teóricas estejam em sintonia com a realidade social, o que facilita a comunicação teórica a partir de um terreno comum, mesmo quando se trata de visões teóricas divergentes.

Portanto, o autor defende que a análise do conceito de segurança conduz a um exercício intelectual sobre como essa segurança pode ser alcançada. Nesse sentido, Buzan e Hansen (2012) apresentam que a segurança sempre está ligada a um objeto de referência específico. Esta afirmação abre espaço para o debate sobre a ampliação do conceito de segurança, no qual os autores questionam o que e quem deve ser o objeto de segurança e que há contradições em pensar segurança para o Estado e para o indivíduo.

Dessa forma, grande parte das teóricas feministas de Segurança se inserem no debate ampliador da área, questionando os estereótipos de gênero presentes na guerra e trazendo contribuições visto que buscam o entendimento de como a segurança de indivíduos e grupos é comprometida pela violência, tanto física, quanto estrutural, em níveis hierárquico social, político e econômico, com desenvolvimento de conhecimento através da vida prática das pessoas (TICKNER, 2011).

Izadora Xavier (2010) argumenta que as narrativas que compõem a segurança tradicional não alimentam a autonomia, criando invisibilidades e marginalização, e que uma “abordagem feminista” não é delimitada de maneira definitiva, mas tem suas bases na reflexão sobre estruturas e narrativas identitárias que influenciam a política estatal e são, por sua vez, influenciadas por ela. Logo, é preciso refletir sobre outras experiências de segurança, para além do convencional, para que a área de Segurança Internacional possa responder aos desafios da política internacional contemporânea.

Esta pesquisa trata com maior atenção o período compreendido pelos anos de 2012 a 2020, referente ao mandato do presidente Juan Manuel Santos, que se aproximou das FARC com intuito de negociar um Acordo de Paz.⁷ Destacamos que em 2013 notou-se um avanço em termos de participação feminina nas mesas de negociação de paz, pois mulheres foram nomeadas representantes plenipotenciárias do governo colombiano, e nas quais também tiveram espaço as Farianas (BOUVIER, 2016). Considerando os anos subsequentes à assinatura do Acordo de Paz (2016-2020), trataremos das estratégias de construção de paz, destacando a sua visão de coletividade das mulheres em processo de reincorporação, que diverge do modelo liberal de Desarme, Desmobilização e Reintegração - DDR.

Por meio de entrevistas realizadas com ex-combatentes da Eritreia, Elise Barth (2002) constatou que as mulheres se sentem mais fortes por terem vivido a experiência de combate e consideram que suas vidas, a partir de quando se tornaram combatentes, tiveram o senso de

⁷ Mais informações sobre as tentativas de Acordo de Paz com as FARC podem ser encontradas na Biblioteca Aberta do Processo de Paz. Disponível em: <https://bapp.com.co/infografia-sobre-antecedentes/>.

igualdade e pertencimento e destacam a experiência de luta como elemento fundamental. Compreende-se que a redução da imagem das mulheres apenas como vítimas do conflito não alcança o entendimento destas, enquanto agentes diretas de transformação do cenário conflituoso. Ao longo da história as mulheres tiveram seus papéis subestimados, nos períodos de guerra e de paz. Essa desvalorização está ligada à maneira como a sociedade construiu as noções de guerra e paz, moldadas por estereótipos associados a ambos os sexos (MOURA; SANTOS, 2018).

Um grande número de mulheres, sobretudo em países que vivenciam um conflito armado, têm desempenhado esforços pela paz. Elas se unem contra a guerra, e denunciam violações de direitos humanos e exigindo um diálogo entre partes conflituosas, com objetivo de colocar um ponto final à violência. Elas são fundamentais na construção da mediação para o diálogo em sociedades polarizadas, onde ainda não há um diálogo de paz formal, desenvolvendo estratégias para a segurança. Na América Latina, a participação destas mulheres é influenciada por experiências pessoais, como a perda dos filhos. Portanto, elas politizam o âmbito privado, e adotam a “*maternidade militante*”, o ativismo protagonizado por mães sobreviventes da violência (MOURA, 2005; MOURA, SANTOS, 2018; ARIÑO, 2010; AKZU, 2009).

Na Colômbia, observa-se um avanço em comparação aos processos de paz em outros países: a assinatura de um Acordo de Paz com foco em gênero. Logo, a importância desta pesquisa advém da necessidade de se entender os efeitos da atuação destas mulheres no processo de paz do país, compreendendo que estas não são apenas agressores ou vítimas do conflito, mas também agentes de construção de paz, permitindo também a compreensão das ações que elas seguem exercendo na manutenção e no desenvolvimento do processo de reincorporação à vida civil.

Destaca-se que a discussão de gênero tem uma importância neste trabalho por mostrar o simbólico que envolve o feminino e o masculino, e os efeitos deste olhar sobre a dinâmica social. Joan Scott (1999) apresenta um conceito de gênero a partir de duas perspectivas: a primeira como a constituição das relações sociais, que são envolvidas por ideias e sobre as diferenças entre os sexos, já a segunda diz respeito à produção e reprodução das relações de poder na sociedade. Esta dimensão é fundamental para que possamos compreender as relações de poder e os estereótipos sobre “feminilidade” e “masculinidade” que envolve a participação de mulheres dentro de um grupo guerrilheiro e fora dele, na participação política institucional (MOURA, 2005; ROJAS, 1997; OBRÉGON, 2005).

A metodologia dessa pesquisa, tem como enfoque a análise de conteúdo dos relatos das Mulheres Farianas, baseada em um dos objetivos específicos do trabalho: visibilizar narrativas femininas do conflito, para ampliação dos discursos sobre segurança e poder na Colômbia. Portanto, para a coleta de dados buscou-se a realização de entrevistas com as ex-combatentes das FARC, por meio de questionário com perguntas semiestruturadas com sete mulheres ex-combatentes e testemunhos publicados pela Comissão da Verdade, Centro de Memória Histórica da Colômbia e documentos das Mulheres Farianas durante os diálogos de paz.

Nesse sentido, utilizou-se de uma guia de perguntas para a entrevista, mas foi incentivado que as entrevistadas contassem a sua vida de forma mais natural e em perspectiva, pensando no passado, presente e nos seus anseios para o futuro. Ricoeur na obra *Tempo e Narrativa* (1997) explora como a identidade de uma pessoa é moldada com base na sua interpretação sobre o próprio tempo vivido. O autor discute como o indivíduo transforma suas vivências em histórias sobre si. Logo, coletar histórias também é essencial para criar narrativas e merece tanta atenção quanto a análise. Quando se trata de relatar a vida, é como se duas pessoas se encontrassem para compartilhar suas experiências. Isso demanda comprometimento e troca para construir uma narrativa que reflita a identidade do indivíduo.

Chimamanda Adichie (2019) destaca a importância de reconhecer o que ela descreve como “o perigo da história única”. A autora explica que, dependendo das relações de poder e de quem está contando a história, existe um risco de simplificação e criação de estereótipos que se repercutem ao longo do tempo e perpetuam uma única narrativa.

As histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada (ADICHIE, 2019, p. 32).

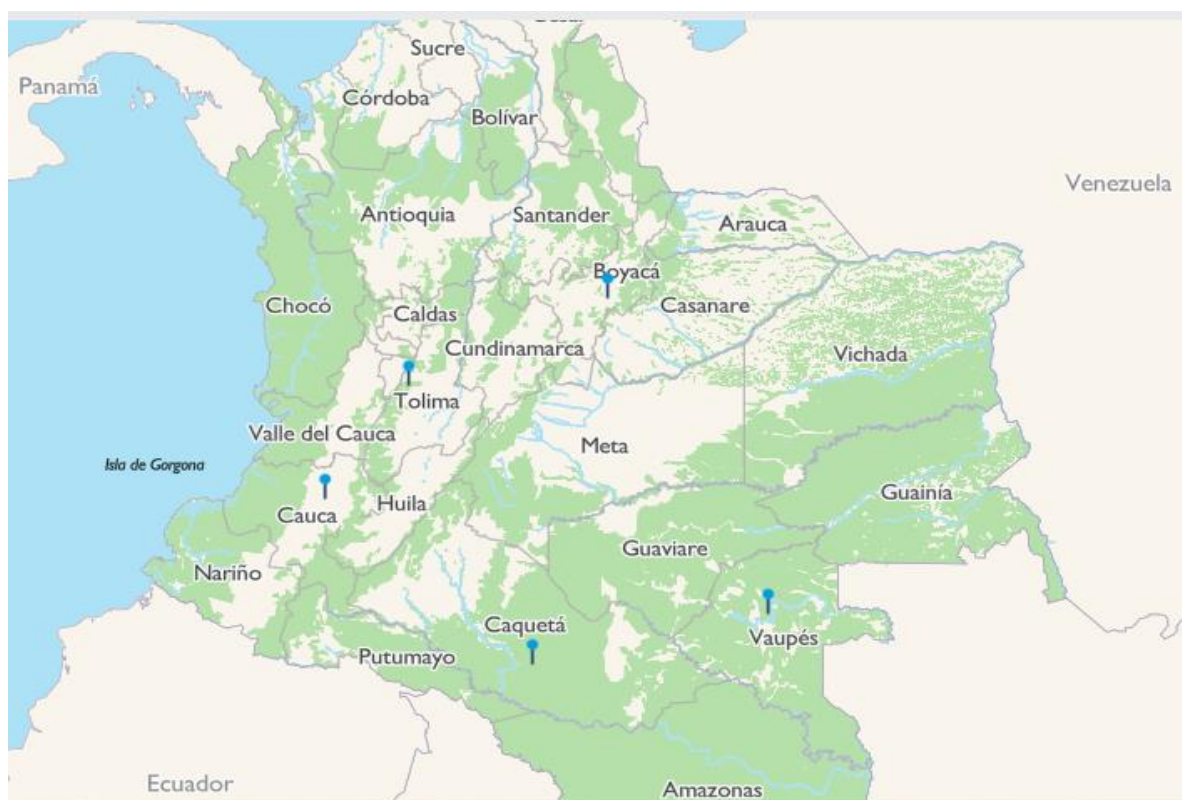
Logo, a visibilização das narrativas de ex-combatentes é uma forma de influir sobre o campo das Relações Internacionais, mostrando a insegurança e sua capacidade de construção de segurança de indivíduos e dos grupos aos quais pertencem. Buscou-se direcionar em alguns momentos as perguntas para alguns pontos importantes para o desenvolvimento do trabalho: as motivações para o ingresso no grupo armado, a percepção dela sobre a igualdade e preconceitos dentro do grupo, ampliação dos ideais político com experiência de vida guerrilheira e suas expectativas de paz para o futuro, que estão ligados aos objetivos específicos deste trabalho.

É relevante mencionar que a construção de uma rede de contatos para a construção deste trabalho se deu em um contexto de pandemia da Covid-19 entre meados de 2021 e 2022. Logo, parte das entrevistas foram realizadas de forma online e com dificuldades para o contato, devido

aos problemas de conectividade em algumas zonas rurais do país, onde estão localizados os Espaços Territoriais de Capacitação - ETCR, em que vive parte das ex-combatentes contactadas. A primeira entrevistada foi Ana de Caquetá, liderança do ETCR Héctor Ramirez, localizado no município La Montañita, e posteriormente Lorena, ex-combatente de Cauca, do município de Caloto e Danelly também, proveniente de Caquetá.

Em outubro de 2022 a autora fez uma pesquisa in loco, e visitou Bogotá e Tolima, especialmente a cidade Icononzo, apresentada pela professora e líder comunitária Rosaura,⁸ que acompanhou a autora ao Espaço Territorial Antonio Nariño, onde lhe foi apresentada pela ex-combatente Vivian, os projetos produtivos agrícolas para o desenvolvimento econômico dos ex-combatentes e familiares na região, também reforçado pela ex-combatente Jorlene, vendedora de roupas de projeto coletivo das Farianas.

Mapa 1 - Mapa do local de nascimento das ex-combatentes entrevistadas



Fonte: Elaboração da autora, 2023⁹

Por se tratar de uma pesquisa, que envolve temas sensíveis, de violências em um cenário de conflito armado, buscou-se ter sensibilidade e atenção à entrevistada, bem como a dimensão normativa dos Estudos para a Paz, levando em consideração os princípios da ética na pesquisa.

⁸ Entrevista concedida à autora em 15 de outubro de 2022

⁹ Mapa adaptado, com base na plataforma Colômbia Maps.
Disponível em: <https://www.colombiaenmapas.gov.co/>

Em Bogotá conheceu o projeto da cerveja artesanal La Roja, entrevistou Valentina, e conversou com sua irmã que também trabalha no local, e na mesma cidade foram entrevistados dois ex-combatentes, vinculados ao Partido Comunes, que apresentaram sua visão sobre a origem das FARC. Por meio da visita ao ETCR obtivemos contato com Elizabeth, que vive em Icononzo e é membro do Conselho Nacional de Reincorporação. Ao longo do trabalho a trajetória das mulheres mencionadas será aprofundada, buscando tecer paralelos, entre a experiência coletiva e a singularidade das histórias de vida. Realizou-se um total de 12 entrevistas, sendo 7 delas com as ex-combatentes mencionadas, a qual daremos maior atenção, 2 entrevistas ex-combatentes homens, 1 entrevista com a liderança social de Icononzo, 1 entrevista com uma irmã de ex-combatente e 1 entrevista com uma funcionária da Agência para Normalização e Reincorporação - ANR.

Logo, após a coleta de dados realizou-se a transcrição de entrevistas, materiais audiovisuais e arquivamento de relatos escritos. Buscou-se a coleta de dados em fontes diversificadas, com a transcrição de materiais audiovisuais, como o documentário *Nunca Invisibles* (2018) e relatos publicados pelo Informe Final da Comissão da Verdade da Colômbia e pelo Centro de Memória Histórica, que disponibiliza dos principais documentos das FARC, e fotografias, protagonizados por ex-combatentes como o *Surcando Caminos de Paz*.

A busca de dados outros foi feita em relatórios de organizações não-governamentais, como a Human Rights Watch, Centro Nacional de Memória Histórica, Ideas por la Paz, e do Instituto Colombiano Alemán para Paz - CAPAZ. Ademais, realizou-se uma pesquisa dos demais documentos dos diálogos de paz de Havana entre os anos de 2013 a 2016. A busca de tais dados foi realizada no site da Biblioteca Abierta del Proceso de Paz, uma plataforma sobre o processo de paz entre o governo colombiano e as FARC.

Logo, com base nas buscas da palavra-chave enfoque diferencial de gênero foram encontrados 93 arquivos, sendo 30 destes de autoria de mulheres das FARC, entre boletins informativos, declarações e comunicados e documentos técnicos. O tratamento dos relatos e dos demais dados foi levado para a ação interpretativa e analítica dos dados, a dimensão do conflito colombiano e, por isso, também, foi feito um breve recuo histórico, pois a retomada das suas experiências anteriores à assinatura do Acordo de Paz permitiu uma maior compreensão sobre as suas perspectivas e vivências no conflito, que repercutem nas suas ações e demandas atuais.

CAPÍTULO 1 – GÊNERO NA GUERRILHA E NO CONFLITO ARMADO COLOMBIANO

O primeiro capítulo mostra os múltiplos papéis desempenhados pelas mulheres em um contexto de conflito, apresentando o impacto do conflito armado para vida das mulheres e os seus desdobramentos para o ingresso voluntário e forçado de meninas e mulheres ao grupo armado. Será destacada a negligência do Estado frente aos grupos marginalizados, e a dinâmica de socialização e violência perpetrada pelas FARC. Além disso, são apresentadas as narrativas das ex-combatentes dentro do grupo armado, e os aprendizados políticos que obtiveram ao longo da experiência guerrilheira, mobilizando o conceito “*Vida Escola Fariana*”.

1.1 A dimensão do Conflito Colombiano para as mulheres e seus desdobramentos para o ingresso na guerrilha

Christiane Aussel, Graciliana Echavarría e Isabel Perez (2004) apresentam os motivos das mulheres entrarem para a guerrilha, na Colômbia. As autoras buscam compreender como funcionam a hierarquia neste grupos, e como elas lidam com a questão da maternidade e com a sexualidade. Os motivos para o ingresso das mulheres na vida armada apresentados são: desejo por maior justiça social, sonhos de uma revolução inspirada em Cuba, gosto militar, gosto por armas e atração pelo risco. Elas apresentam que um número significativo de ex-guerrilheiras mostra seus ideais de mudança social.

Esse meu vínculo é de alguma maneira, mais do que pela violência, é mais pela sensibilidade social, sabendo que eu me criei na pobreza.... Eu sei a dor que alguém sente por ser pobre e sei as limitações que isso representa... Então, se o caminho que estão me dizendo é para a liberdade dos mais pobres, eu me sinto envolvida, mais do que pela violência é uma sensibilidade frente à pobreza, é uma sensibilidade de justiça social... Tínhamos confiança que íamos alcançar o sucesso rapidamente... E o sucesso significava a liberdade de tanta gente (Aussel, Echavarría, Perez, 2004, p. 65, tradução própria).

As motivações apresentadas pelas autoras se relacionam com a obra de Maria Ibarra Melo (2009), que destaca quatro principais causas do ingresso das mulheres em grupos armados: Primeiramente, algumas mulheres, associadas a movimentos estudantis, trabalhadoras ou de partidos de esquerda, são motivadas por uma profunda sensibilidade social e convicção política. Elas possuem uma criticidade sobre a opressão, levando em consideração a questão da desigualdade entre classes sociais, e enxergam na luta armada uma forma de libertar as pessoas dessa opressão. Outras mulheres ingressam em grupos armados como uma forma de emancipação da vida tradicional. Para elas, a decisão de ingressar em um grupo guerrilheiro

significa a emancipação pessoal e a libertação em relação às normas de gênero tradicionais. Outro motivo destacado pela autora é a busca por vingança. Estas são impulsionadas por um desejo de se vingar devido a experiências de trauma, violência ou injustiças sofridas por elas e seus familiares. Outras mulheres são atraídas por se interessarem pela disciplina e pela estrutura militar dos grupos armados (IBARRA MELO, 2009; AUSSEL, ECHAVARRÍA, PEREZ, 2004).

Sobre o recrutamento feminino, Ibarra Melo (2008) apresenta que os grupos armados insurgentes viram a necessidade de ampliar suas filas na década de 70. Logo, a autora apresenta razões que levaram tais grupos a trazerem mulheres para o grupo: 1) as mudanças na natureza política da guerrilha; 2) a consciência do risco associado à perda do apoio das mulheres, devido ao massivo vínculo aos partidos tradicionais; 3) a difusão do pensamento feminista, que apresentava a necessidade de lutar por problemáticas próprias, mas que com habilidade política os dirigentes de esquerda direcionaram como luta proletária.

As ideias revolucionárias ligadas aos direitos do trabalhador aparecem no relato do ex-combatente José¹⁰. O ex-mecânico de aviação que trabalhou para a Avianca em 1972 relatou que durante a greve de trabalhadores, foram confrontados com violência policial e prisões, o que marcou o início de sua compreensão sobre a importância da união dos trabalhadores. A Avianca, que tinha 35.000 trabalhadores no início, viu esse número reduzir drasticamente ao longo dos anos devido a demissões em massa. José enfatizou a luta contra as demissões como uma conquista importante durante aquele período.

Anos depois, ele expressou sua frustração em relação à justiça do Estado colombiano, que não estava ao lado dos trabalhadores. Essa experiência o levou a se envolver com as FARC. José destacou que a decisão de se juntar à luta revolucionária veio naturalmente à medida que se envolveu ideologicamente com o grupo e enfatiza seu desejo de continuar lutando, sem o uso das armas. “É necessário ter clara uma coisa, mas nós continuamos na luta, enfrentando desafios”, ele aponta.

Em outro relato as ideias revolucionárias como razão para a entrada no grupo não são apresentadas, como no caso de Ana¹¹, que ingressou nas FARC adolescente, com 16 anos, e coloca a violência de Estado e a necessidade de proteção como fatores decisivos para seu ingresso nas FARC.

¹⁰ Entrevista concedida à autora em 10 de outubro de 2022.

¹¹ Entrevista concedida à autora em 22 de abril de 2022. O nome da entrevistada foi substituído por um pseudônimo a fim de manter os critérios de anonimato.

Entrei por conta da violência, sou de Caquetá e de uma área vermelha e naquela época o exército chegava e fazia muita coisa [...] nos humilhavam e isso fez com que eu fosse para as FARC. Eu entrei e me senti bem, eu tinha proteção e sentia que não ia acontecer nada de ruim [...] sentia como se eu estivesse em uma família (Ana, 2022).

No que diz respeito à emancipação da vida tradicional, as mulheres percebem na guerrilha uma oportunidade para se emancipar da autoridade masculina e da violência doméstica. Como destacado por Ibarra Melo (2009), as mulheres afirmam que sua vida era cercada de privação de liberdade e buscam, então, autonomia e formas de se libertar de uma cultura patriarcal que é ainda mais forte nos contextos camponeses, onde são reforçadas a tradição e a dedicação das mulheres aos serviços domésticos.

A busca por igualdade de gênero se torna presente em discursos, como no caso de Yorli, ex-combatente que ao ser chamada para ir para outro grupo armado, negava a proposta e respondia: “quero ser guerrilheira, quero ir para um acampamento para estudar e para lutar e então quando ingressei nas FARC eu vi que os homens faziam o que comer e que ajudavam as mulheres e que tudo era por igual e isso era o que eu queria ver.” (Documentário Nunca Invisibles, 2018). Nesse sentido, Magallón (2004) ressalta que as FARC oferecem às mulheres uma forma de fugir do desempenho tradicional e do papel subalterno desempenhado pelas mulheres na sociedade colombiana e de ter um papel de luta e destaque na sociedade, atuando no grupo como combatentes e não combatentes, usando armas e uniformes iguais aos dos homens.

A ex-combatente Ana destaca que não viveu momentos de discriminação dentro das FARC. Ela afirma que lá existia um cumprimento de tarefas e funções. Questionada sobre a percepção sobre a igualdade de gênero no país, ela afirma:

Antes de entrar nas FARC eu não nunca tinha visto igualdade entre homens e mulheres [...] Muitas vezes acreditam que a mulher é para ter seu marido, seu filho, sua casa e sua comida. A mulher é do lar e é submissa e nas FARC não é assim [...] nas FARC há igualdade (Ana, 2022).

Em relação à busca por vingança, diz respeito às motivações das mulheres para dar uma resposta frente violência sofrida. Como aponta Ibarra Melo (2009), as mulheres que são vítimas diretas da violência perpetrada por paramilitares ou agentes do Estado não requerem conhecimento político específico para se armarem. Destaca-se a violência sexual como uma das formas de violência que atinge diretamente a vida das mulheres. Aliadas ao desejo de vingança e fuga, este é mais um motivo para que elas entrem em um grupo guerrilheiro.

Em entrevista realizada pela Humans Rights Watch (2003, p.55) Jéssica, ex-guerrilheira das FARC diz “Quando eu tinha doze anos, meu primo me estuprou, eu fiquei louca, eu queria vingança. Eu queria machucar todos que tinham me machucado”. Além da violência sexual

realizada por membros da família, os abusos e estupros foram cometidos pelos atores de violência presentes no conflito armado e pelas forças de segurança do Estado. Além destes crimes, são documentadas também a violência contra mulheres envolvidas em atividades políticas e o sequestro e a tortura como forma de obter informações (CIDH-OEA, 2006).

Parte desses atos violentos está documentada no relatório publicado em 2018 pela Iniciativa de Mulheres pela Paz - IMP. Nesse relatório, a organização denunciou a utilização do estupro como uma estratégia de guerra no município de San Onofre, localizado em Sucre, Colômbia. Em San Onofre, o grupo paramilitar de extrema-direita conhecido como Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC) assumiu a responsabilidade por atrocidades cometidas contra mulheres, incluindo tortura, estupro, massacres e roubos.

Mais de 400.000 mulheres foram vítimas de homicídio no contexto do conflito armado, e há mais de 57.000 mulheres vítimas de deslocamento forçado. Entre 1995 e 2011, a violência em conflitos armados levou à deslocação interna de mais de 2.700.000 mulheres (cerca de 6% da população total e 51% de todas as pessoas deslocadas). 15,8% das mulheres deslocadas relatam terem sido vítimas de violência sexual. As mulheres pertencentes a grupos étnicos indígenas e afro-colombianos foram desproporcionalmente afetadas pela violência derivada do conflito, dos 3.445 casos de homicídios de indígenas e afro-colombianos, 65,5% eram mulheres. (ONU MUJERES, 2017, tradução própria)

Sobre as motivações para o ingresso na guerrilha, Ibarra Melo (2009) apresenta que as mulheres criam gosto pela vida militar, em uma localidade onde a presença guerrilheira e paramilitar é marcante. Portanto, enxerga-se na vida militar uma forma de exercício de poder. A autora apresenta também que as mulheres podem ter proximidades com membros deste grupo, seja por ser um membro da família ou por estarem circulando diariamente na região.

No documentário *Las Mujeres de Las FARC* (2016), há relatos de mulheres que se enquadram nesta situação. Uma ex-guerrilheira das FARC, diz: “entrei nas FARC aos dez anos¹² e saí aos dezesseis... ingressei porque me criei com eles, o lugar onde nasci era de pura guerrilha, não havia nada mais, eu considerava eles como da nossa família”.

Outras mulheres relatam que já tinham proximidade com a guerrilha por conta de seus parentes, como no caso de Natália, filha de pais revolucionários que diz: “Nasci dentro da guerrilha e desde muito pequena estes ideais me encontraram e por isso estou aqui”. Outras destacam as armas como fator de atração: “Eu gostei das FARC porque eu vi as mulheres com uniformes, com rifles, bem bonitas. Eu decidi que quando eu tivesse idade o suficiente eu teria meu equipamento e meu rifle” (HERRERA; PORCH, 2008, p.616).

¹² De acordo com a pesquisa realizada pelo Observatório de Paz e Conflito da Universidade Nacional da Colômbia, a maioria das mulheres das FARC ingressam no grupo ainda crianças. “Das mulheres entrevistadas 87,5% entraram para o grupo menor de idade; e 31,2% tinham entre onze e treze anos” (2016, p.15)

A pobreza e a incapacidade do Estado na provisão de medidas para as comunidades é um elemento comum nos relatos das guerrilheiras e ex-guerrilheiras que trazem a falta de acesso à educação e à falta de recursos como uma forte motivação para o ingresso, que é compreendido como violência estrutural enquanto “um processo que funciona lentamente, como a miséria em geral, a fome em particular, e que por fim matam seres humanos” (GALTUNG, 1985, p.145).

Jorlene nasceu em Mitú Vaupés, localizada na região amazônica da Colômbia. É indígena, mãe de uma criança de 3 anos e vendedora em uma loja de roupas do ETCR de Icononzo. Ela foi combatente durante 20 anos e entrou com 16 anos. Muito embora as razões de seu ingresso não tenham sido por afinidades ideológicas com o grupo, questionada se foi convidada a entrar no grupo, ela responde que o lugar onde vivia havia muita guerrilha

Entrei para a guerrilha quando tinha 16 anos [...] digamos, não porque eu gostasse... sinceramente [...] quando você entra, você realmente não sabe como é a vida nessa organização [...] com o tempo, você percebe que há muitas coisas a serem feitas, em relação aos problemas que nosso país enfrenta (Lorena, 2022).

A ausência do Estado, em termos de oferta de direitos fundamentais básicos, é observada no relato de Jéssica: “Eu entrei com onze anos, não tive estudo [...] eu não culpo meus pais, porque eles não tinham como me dar, eram muito pobres, não tenho porque culpá-los”. A ex-combatente Lorena¹³ afirma que entrou para conhecer a vida Fariana e pela vontade de seguir os estudos. Sandra Ramirez, ex-combatente e atualmente Senadora, ao ser indagada sobre os motivos que a levaram a se unir as FARC, explica que a desigualdade social desempenhou um papel central em sua decisão. Enfatiza que a guerrilha surgiu como uma alternativa de vida devido à falta de oportunidades e ao apoio limitado por parte do Estado colombiano, principalmente para os jovens e comunidades mais desfavorecidas. (FERNANES; CHAGAS, 2019). Essa narrativa se relaciona com a experiência de vida de Mariana, que viveu a perda de um familiar durante o conflito.

No combate próximo a minha casa mataram meu tio, que se chamava José ... e depois da morte de meu tio, meu irmão que se chama Nelson decidiu ingressar nas FARC [...] nesse ano eu tinha 14 anos e quando ele voltou já tinha 15 e ele me perguntou o que eu estava fazendo em casa e eu disse que nada, então ele me disse que eu poderia ingressar e eu pensei: é verdade, o que eu estou fazendo aqui? não temos praticamente nada (Documentário Nunca Invisibles, 2018, tradução própria).

Santamaria (2019) explora as memórias corporais de um grupo de mulheres indígenas

¹³ Entrevista concedida para a autora no dia 02 de maio de 2022. O nome da entrevistada foi substituído por um pseudônimo a fim de manter os critérios de anonimato.

ex-guerrilheiras das FARC, localizadas na região do Caribe Colombiano. Apresenta-se o relato de Paula, indígena Kankuama, enfermeira e ex-combatente. Para ela o uso de armas, botas e uniformes tornou-se uma opção desejável devido à possibilidade de recuperar o controle e a força, neste contexto em que sua comunidade era afetada pela violência paramilitar.

A violência paramilitar contra o povo Kankuamo foi muito forte na minha comunidade. Matavam qualquer que tivesse o sobrenome Arias, e todos nós nos chamamos Arias. Lembro quando vi pela primeira vez as mulheres guerrilheiras caminhando com as suas botas e com uniformes pelo povoado. Pareciam tão fortes e eu queria ser com elas. Quando fiz 15 anos eu fui com eles, sem dizer a ninguém, nem ao meu namorado (SANTAMARIA, 2019, p. 159, tradução própria).

A Comissão da Verdade (2022 a) apresenta que crianças e adolescentes pertencentes a comunidades étnicas, a diferença fundamental está nas consequências devastadoras que isso acarretava para suas próprias vidas e para as de suas comunidades. Além da perda de conhecimentos e tradições, eles também se viam confrontados com a necessidade de se adaptar a novos territórios, onde eram frequentemente sujeitos a situações de exploração e estigmatização. Quando não eram deslocados à força de suas terras, os grupos armados frequentemente os recrutavam, aproveitando seus conhecimentos sobre o território e as línguas das comunidades, o que contribuía para seus objetivos de controle sobre a população. No tópico seguinte apresenta-se sobre o recrutamento forçado de crianças e adolescentes exercido pelas FARC.

1.2. “Fui com eles, acreditando que era verdade o que o senhor me disse” - O Recrutamento de Crianças e Adolescentes

A guerrilha manteve presença constante em áreas rurais. Em muitas das regiões, as FARC agiram como uma autoridade, resolvendo disputas comunitárias, administrando uma forma rudimentar de justiça e definindo as regras da vida cotidiana. Recrutaram membros da própria comunidade, e em outras situações incentivaram os camponeses a cultivarem coca, aplicando punições aos que se opunham. Para recrutar crianças e adolescentes, chegaram em casas e em residências ou propriedades onde as pessoas trabalhavam, ou então se posicionavam em estradas e áreas de lazer. Em diferentes circunstâncias, o uso da força foi aplicado de maneira significativa com graves danos para as vítimas¹⁴ e seus familiares (CRISIS GROUP, 2021; CNMH, 2014; 2021; COMISSÃO DA VERDADE, 2022).

¹⁴ Pastor Alape, membro da Direção da Força Alternativa Revolucionária do Comum e integrante da Comissão de Reincorporação, expressou um pedido de desculpas aos residentes de Granada, Antioquia, pelo sofrimento causado pelo grupo guerrilheiro durante o período de guerra. Ele se comprometeu a contribuir para a busca da verdade

O recrutamento envolve a participação de menores de idade em atividades militares ou bélicas, no fornecimento de apoio tático aos combatentes e contribuições para atender as necessidades básicas, como alimentação, cuidados médicos e a limpeza. Quando as famílias enfrentam o risco ou a ameaça de ter seus filhos recrutados por grupos armados, muitas delas deixam suas terras e se deslocam em busca de proteção. Este recrutamento geralmente ocorre em áreas onde há cultivos ilícitos e outras condições de vulnerabilidade, como a presença de grupos armados, instabilidade política e carência de recursos básicos. Segundo várias organizações de Direitos Humanos, desde 2009,¹⁵ A guerrilha buscou compensar as perdas de seus combatentes devido a deserções e mortes em combate, utilizando o recrutamento de jovens e crianças (CNMH, 2014; 2021).

O capítulo “*No es un mal menor*” do Informe Final aborda impactos da guerra e das violências direcionadas à população com menos de dezoito anos, com base nas conclusões tiradas das investigações da Comissão da Verdade. Os depoimentos revelaram situações de ausência e orfandade, assim como os prejuízos à educação e aos ambientes nos quais viviam, emergindo como as experiências mais ocultas enfrentadas pelas crianças e adolescentes colombianos. O deslocamento forçado emergiu como uma forma de violência comum que se aprofundou na exploração intencional e sistemática de crianças e adolescentes pelos grupos armados, um fenômeno intrínseco ao conflito colombiano. (COMISSÃO DA VERDADE, 2022a).

A Comissão da Verdade (2022a) mostra um caso que ocorreu em março de 1992, guerrilheiros da Frente 17 Angelino Godoy das FARC invadiram uma propriedade em Neiva com o objetivo de levar uma criança de dez anos. A mãe da vítima relata que eles apresentavam um panfleto assinado por Alfonso Cano,¹⁶ contendo a ordem de que, em famílias com onze pessoas ou mais, quatro indivíduos seriam levados; em famílias menores, apenas uma ou no máximo duas pessoas seriam recrutadas. A intensificação desse processo de recrutamento foi

sobre os atos violentos ocorridos neste município e para localizar pessoas desaparecidas no contexto do conflito armado. Enquanto para alguns residentes de Granada esse gesto representa um passo em direção à reconciliação, outros o consideram simplesmente um ato com motivações políticas (HACEMOS MEMÓRIA, 2017, tradução própria).

Disponível em: <https://hacemosmemoria.org/2017/09/23/las-farc-le-pidio-perdon-granada/>

¹⁵ EL TIEMPO. **Las FARC aumentan el reclutamiento de menores para sustituir desertores**, 2009. Disponível em: <https://www.eltiempo.com/archivo/documento/CMS-5599854>

¹⁶ Alfonso Cano foi um dos principais líderes das FARC. Ele assumiu o comando máximo após a morte de Manuel Marulanda Vélez, conhecido como “Tirofijo”.

uma consequência do plano de expansão delineado na Sétima Conferência de 1982 e reafirmado em 1993 durante a Oitava Conferência.

Se estávamos em Gaitania e havia presença guerrilheira, nós assumíamos o papel que a polícia exerce hoje em dia. Entrávamos em estabelecimentos públicos e qualquer pessoa que estivesse armada com um objeto perigoso, como um pente ou uma navalha, tinha que se livrar disso. E nunca tivemos problemas com isso. De certa forma, tínhamos conquistado o respeito das pessoas (CUN, Yuliana, 2022, p.57, tradução própria).

Yuliana (CUN, 2022) afirma que as FARC eram consideradas ilegais pelas autoridades, mas agiam como a principal autoridade local, afirmando: “Éramos a lei.”. Ela destaca que a capacidade de articulação das FARC assustava o governo, pois se a polícia convocasse uma reunião raramente alguém compareceria. No entanto, se a guerrilha convocasse, as pessoas estavam presentes, pois eram respeitados pelas pessoas. Embora, perceba-se que esse “respeito” era imposto pela violência, presente principalmente no recrutamento forçado.

A Comissão da Verdade (2023a) apresenta as táticas utilizadas pelos grupos armados para recrutamento de crianças, como: oferta de remuneração e oportunidade de emprego, estudos e a promessa que poderiam sair a qualquer momento do grupo, sem complicações. É destacado o testemunho de Paula, recrutada aos doze anos pela Frente 40 das FARC em Mesetas, Meta, entre 1998 e 1999 durante a zona de distensão, relembra: "Disseram-me que teria uma vida melhor. Disseram que se não gostássemos, tínhamos oito dias para sair. No entanto, as coisas eram diferentes quando chegamos lá. Lizeth compartilhou como foi recrutada aos 14 anos pelo Frente 58 das FARC-EP, através de promessas e enganos, e posteriormente não lhe permitiram sair do grupo armado:

[...] fui com eles, acreditando que era verdade o que o senhor me disse, que eu sempre estaria vendo minha família. Mas aconteceu que, quando cheguei lá, o senhor me disse que queria se deitar comigo, e bem, eu era muito tímida porque nunca, na minha infância, nem mesmo sabia que alguém poderia tocar na minha mão. Nossa família era muito respeitável. Então, fiquei muito assustada, e eu disse que tudo bem, que eu viveria com ele, mas que não queria me deitar com ele ali mesmo, que me desse alguns dias, e ele disse que tudo bem [...] porque eu não queria estar lá, já percebi que não era assim, ou seja, eu preferia até mesmo os maus tratos do meu pai, então eu disse: 'Chupete, eu não quero ficar aqui, por favor me deixe ir para casa, eu quero ir embora' (COMISSÃO DA VERDADE, p.106, 2022a, tradução própria).

Yolima relata que quando as FARC entraram na escola que estudava, o grupo armado reuniu alunos e professores para uma reunião no campo de esportes. Ali, apresentaram-se como membros das FARC e delinearam sua presença. Falaram sobre "incorporações", embora muitos na época não entendessem completamente o significado. Foi dito que todos deveriam contribuir para o processo que estavam liderando. Nomes foram chamados e o dela estava na lista. Os estudantes começaram a chorar e foram procurar os professores, em busca de explicações sobre

o que estava acontecendo. A explicação veio de que eles seriam levados naquele momento e que os membros das FARC retornariam nos próximos dias para buscar outros. Naquele dia, catorze estudantes foram levados, todos menores de idade, com idades entre treze e quatorze anos, incluindo cerca de cinco mulheres, enquanto os demais eram homens. Professores e observadores da escola assistiam, questionando por que os estudantes estavam sendo retirados. Relata que a maioria dos estudantes era proveniente de áreas rurais, com poucos da cidade, e ninguém teve a oportunidade de se despedir de seus pais ou de qualquer ente querido (VELASCO, 2018).

Portanto, nota-se a pluralidade das razões que levaram as mulheres a ingressarem nas FARC, parte delas levadas de maneira violenta pelo grupo armado, e outras que acreditam nos ideais revolucionários e em melhores condições de vida em um país marcado pela injustiça social e pela desigualdade de gênero. O acesso a estas histórias de vida permite um entendimento que as mulheres guerrilheiras são agentes de violência, mas que também foram vítimas do conflito armado e as medidas de reparação no Acordo de Paz devem levar em consideração suas trajetórias de vida antes, durante e depois da vida armada, entendendo como a violência estrutural afeta os grupos mais marginalizados, especialmente as mulheres guerrilheiras, pois parte delas enfrentou violências na sociedade civil e dentro do grupo armado.

1.3 Mulheres nas FARC: Entre as desigualdades, violências e os aprendizados políticos

Há um desconhecimento sobre a participação das mulheres dentro do grupo guerrilheiro, e as FARC são lembradas, em geral, por figuras masculinas. Todavia, no processo de paz passou a ser observada a maior participação das mulheres em apoio às mesas de diálogo, especialmente no governo de Juan Manuel Santos (2010 - 2018). Nos diálogos de paz em Havana as mulheres estavam presentes e cobraram ao longo processo maior relevância feminina nas negociações, que conduziu à participação de guerrilheiras na Subcomissão Técnica do Fim do Conflito e na Subcomissão de Gênero (GONZÁLES; MALDONADO, 2016; CASTRILLÓN, 2015).

Bohórquez (2018) apresenta que o discurso sobre a igualdade de gênero dentro das FARC ganhou amplitude ao longo da história. A autora ressalta o protagonismo exercido por essas mulheres entre os anos de 1998 e 2002, através do qual elas chamaram atenção da mídia sobre as singularidades das vivências na guerrilha, bem como seu próprio cotidiano. Em 2012, nas negociações de Havana elas destacaram os aspectos estruturais do país. A autora (2018) apresenta como neste período a mobilização feminina na agenda de paz do país foi massiva, também com representantes da sociedade civil participando de fóruns e investigações sobre

temáticas em torno das problemáticas colombianas, como participação política, desenvolvimento agrário e impacto do conflito sobre as vítimas.

Bohórquez (2018) apresenta ainda que este processo das negociações veio acompanhado de uma autocrítica das guerrilheiras, partindo da percepção dos papéis de gênero e do lugar das guerrilheiras na estrutura armada e na implementação do acordo, sendo aquilo parte de um processo de emancipação, haja vista a criticidade de pensar e se posicionar sobre os papéis desempenhados dentro da estrutura das FARC. Partindo de um senso de coletividade e de justiça social para as mulheres do país, a participação ativa na política não cessou. Rueda (2019), em reportagem ao jornal colombiano *El Espectador*, mostra que as ex-combatentes pretendem permanecer ativas enquanto atrizes políticas reconhecidas pelo Estado. É reiterado que elas estão em busca de espaço de poder, mas enfrentam o desafio de ocupar aqueles espaços e sair do cuidado do lar, enfrentando obstáculos para a reincorporação, enquanto ex-combatentes, à vida civil.

Embora as Mulheres Farianas destaquem que há um tratamento igualitário dentro da organização, algumas apresentam a discriminação como um problema presente no grupo, pois há um entrave para as mulheres ocuparem posição de comando, havendo um esforço maior para obtenção de destaque. Outras mulheres consideram que há um bom tratamento do grupo, e que a partir dele se tornaram valentes para lutar pelos direitos das mulheres (COSTA, 2008; OBSERVATÓRIO DE PAZ Y CONFLICTO, 2015).

Além disso, dentro do grupo guerrilheiro, observam-se problemáticas sobre o controle do corpo da mulher, por exemplo, o controle reprodutivo, o uso obrigatório de métodos contraceptivos e os abortos. O Centro Nacional de Memória Histórica (2021) também denuncia que há casos que a violência sexual é considerada uma “moeda de troca” para evitar que meninas sejam recrutadas por grupos armados. Uma vez, dentro das fileiras dos grupos estão sujeitas a prostituição forçada e a abortos forçados. A Human Rights Watch por meio do relato de Ángela, ex-guerrilheira das FARC, que entrou no grupo com doze anos e diz:

Eles colocaram um DIU um dia depois que eu cheguei. Aquilo foi o único método que eu já usei. Se você engravidar, você tem que abortar. Muitas mulheres engravidam. Eu tive duas amigas que engravidaram e que tiveram que abortar. Elas choraram, choraram. Elas não queriam perder o bebê (Human Rights Watch, 2003, p.72, tradução própria).

Lorena, ex-combatente de 39 anos, afirma que dentro das FARC nunca sentiu uma discriminação de gênero em termos de exercício de função, e que chegou a ocupar um posto de comando dentro das filas. Todavia, em depoimento ela afirma que tinha muita vontade de ser mãe, e no contexto de reincorporação à vida civil, ela podia realizar este sonho da maternidade,

pois dentro das FARC ela não pôde realizá-lo. Segurando sua filha de um ano no colo, afirma: “Eu pensei que nunca ia ser mãe e felizmente agora estou com minha bebê de um ano e isso tem sido a experiência mais bonita [...] a experiência de ser mãe [...] porque nas FARC não era permitido ter um bebê”.

No documentário *Las Mujeres de las FARC* (2016) são apresentados relatos de mulheres que conheciam outras companheiras que queriam ter um bebê, mas que havia um impedimento por parte do grupo. Já a ex-guerrilheira Mônica, grávida diz “Decidi ter o filho e os camaradas me liberaram para ter”. A *Human Rights Watch* (2003, p.59) mostra o relato de uma guerrilheira que foi violentada por meio de um aborto forçado e diz “a pior coisa é que não pode ter um bebê. Dois anos atrás, eu engravidei. Eles não me falaram o que iam fazer. Eles me disseram que estava checando [...] Eu queria ter o bebê”. A organização também denuncia que nas FARC crianças foram chamadas para executar paramilitares capturados, assim como colegas de grupo que são acusados de quebrar regras e traz relatos como o de Ângela, que foi levada pela guerrilha aos 12 relata:

Eu tinha uma amiga chamada Juanita que se meteu em encrenca por se envolver com várias pessoas. Nós éramos amigas na vida civil e dividíamos uma barraca juntas. O comandante disse que não importava que ela fosse minha amiga. Ela tinha cometido um erro e precisava ser morta. Eu fechei os olhos e apertei o gatilho, mas não acertei. Então, atirei novamente. A cova estava bem perto. Eu tive que enterrá-la e cobri-la com terra. O comandante disse: "Você se saiu muito bem. Mesmo que você tenha começado a chorar, você se saiu bem. Você terá que fazer isso muitas vezes e você terá que aprender a não chorar" (HUMAN RIGHTS WATCH, 2003, p.73, tradução própria).

Assim, nota-se como no conflito colombiano há uma dificuldade em estabelecer com clareza os papéis de vítima e agressor. Como apresenta Grisales (2013), as regiões da Colômbia são afetadas por diversos atores armados em um conflito móbil e fragmentado, logo, uma pessoa pode ser vítima de diversos grupos armados, pode pertencer a um destes grupos e passar de forma voluntária ou forçosa a pertencer a um grupo armado. O testemunho publicado pela Comissão da Verdade mostra a dimensão da violência sofrida por uma mulher.

Fui estuprada pelos membros da guerrilha na mesma noite do meu sequestro. As violências foram repetidas e me provocaram abortos muito dolorosos. Eu fui humilhada por ser mulher. Fruto do estupro, eu tive uma filha, mas foi uma filha que eu não quis ver, quando eu a tive a entreguei. Penso que o Estado tem muita responsabilidade também. Depois de sair, fui a Defensoria Pública me declarar com vítima de estupro dentro do grupo. Qual foi a resposta? Me disseram: como é possível? Se você foi uma guerrilheira, como vem dizer isso? (COMISSÃO DA VERDADE, 2019, tradução própria).

Portanto, há relatos de mulheres que entram no grupo guerrilheiro se deparam com um discurso de igualdade e companheirismo de luta do próprio do movimento, mas em um

ambiente de estrutura militar, rígido e hierárquico. Apesar do discurso de igualdade vigente, as mulheres das FARC enfrentam problemáticas de gênero semelhantes às da sociedade colombiana (COSTA, 2008; BOHÓRQUEZ, 2018), situação que dialoga com o pensamento de Cynthia Cockburn (1999) que ao tratar sobre a relação das mulheres nos grupos armados, argumenta que a sua participação não muda a hierarquia, nem a cultura destes grupos, pois estes não se tornam menos machistas. Portanto, a cultura patriarcal¹⁷ permanece nestes grupos.

Herrera e Porch (2008) apresentam os outros pontos para o recrutamento feminino. Além da compatibilidade com as ideias de igualdade presentes no grupo, as mulheres enquanto guerrilheiras disciplinadas desempenham um papel importante, de aproximação com os cidadãos das áreas controladas pelas guerrilhas e exercem um papel de mediação. Em termos de participação, as FARC possuem uma divisão igualitária, que representa entre 40% e 50% do contingente feminino.

O Informe do Observatório de Paz e Conflito da Universidade Nacional da Colômbia – OPC apresenta as distintas funções que uma guerrilheira das FARC realiza, assumindo posições de organizações de massa, em que se aproximam da comunidade através da integração com organizações comunitárias. Também realizam tarefas em conjunto com a comunidade campesina, como o corte de cana e a limpeza de algumas áreas. “Algumas mulheres se desempenham como políticas, conquistam o respeito das pessoas da comunidade com as quais desenvolveram um trabalho” (OPC, 2015, p.19).

Outra função apresentada pelo observatório é a de miliciana, que compreende a atividade das mulheres de obter dinheiro por meio da “cobrança de impostos” e obtenção de informações sobre a comunidade para ser levada ao grupo (OPC, 2015). As milicianas (urbanas ou rurais) das FARC não necessariamente estavam armadas, mas estavam envolvidas de forma clandestina nas células do Partido Comunista clandestino colombiano (AVOINE, 2023). As mulheres também são combatentes e participam de maneira direta do enfrentamento. Nos relatos divulgados pelo OPC as mulheres dizem que ser combatente é uma forma de não ser covarde, de desafiar os soldados e de ganhar respeito. Outra atividade realizada é a de manutenção da tropa, como levar a comida, carregar lenha e outras atividades de manutenção do acampamento. Há casos nos quais as mulheres desempenham atividades mais específicas, como cuidar dos doentes e feridos e de dar cursos dentro do grupo.

Cabe destacar que a guerrilha é definida pela sua natureza ilegal e irregular. Saint Pierre (2000) aponta que ela possui uma característica distinta significativa, que a separa de outros

¹⁷ Mais informações sobre a temática serão apresentadas ao longo do trabalho.

grupos ilegais que buscam apenas o lucro financeiro. Os guerrilheiros são impulsionados pelo objetivo de tomar o poder devido a uma discordância com o governo vigente e a uma visão e estrutura sociopolítica distinta. O autor destaca que a guerrilha tende a ser mais presente em situações em que os governos se mostram relutantes em negociar as demandas sociais. Logo, a negociação entre o grupo guerrilheiro e o governo comprometeria o objetivo político da guerrilha, resultando na perda de sua legitimidade.

Jorlene descreve o processo de instrução no grupo, que envolve a leitura dos estatutos das FARC, o regulamento interno, e as conversas sobre direitos e deveres e as normas de convivência que eram baseadas no respeito mútuo, e sujeito a punições em caso de descumprimento. Apresenta que as sanções eram coletivas e envolviam o carregamento de lenha e a construção de drenagens. Ela relata que tanto isto quanto as tarefas diárias eram distribuídas de forma igualitária, como o transporte de suprimentos, fazer trincheiras e cozinhar.

Danelly, 40 anos, nasceu em Caquetá e vive no povoado de Água Bonita. Assim como sua amiga Ana, entrou nas FARC na adolescência, com 16 anos. Para ela, viver na guerrilha foi uma boa experiência, que lhe chamou atenção pelo fato de não haver distinção entre homens e mulheres. Ela retrata que as FARC foi um lugar de aprendizado técnico e de valores “Lá aprendi muitas coisas, como usar um computador e valorizar as pessoas”. Entre risadas lembra que foi difícil se acostumar às botas, e tirá-las apenas para dormir e tomar banho “foi difícil quando eu entrei [...] andar com botas o tempo todo [...] eu queria andar de salto também”. Relembra com saudosos da guerrilha, em suas vivências culturais “Na guerrilha eu vivia muito feliz, fazíamos festas, comíamos muito e também caminhávamos muito, eu não vivia triste”. Ana retrata as diferenças da vida guerrilheira e da civil. Até as coisas mais simples do dia a dia precisavam ser assimiladas “dormíamos na terra com uma borracha e agora passamos a dormir em um colchão bem grande”.

A ex-combatente Ana afirma que as FARC são um espaço de aprendizado ao qual ela chama de “Universidade da Vida” e afirma que: “Lá se aprende muitas coisas, você tem de aprender de tudo para sobreviver, fazer o que comer, ficar na guarda, fazer cursos de enfermagem, fazer curso de rádio, fazer muitas coisas, porque precisa aprender”. Para ela, as FARC ampliaram seus ideais políticos. Ela diz que após a assinatura do Acordo teve a oportunidade de estudar para auxiliar de odontologia e gerenciar uma cooperativa formada por ex-combatentes e que no futuro pretende ser representante política do departamento de Caquetá. Assim, no tópico seguinte será apresentado sobre o modelo educacional próprio das FARC, e seu impacto na formação dos membros.

1.4 “As FARC é como uma universidade da vida” - Vida Escola Fariana

Sarrias (2023) apresenta o conceito de *Vida-Escola Fariana* nas FARC, que se constitui em um sistema de formação alternativo ao tradicional do sistema educacional colombiano. Neste sistema são valorizados os saberes práticos, populares e campestinos¹⁸ com conhecimentos teóricos trazidos pelos militantes do PCC - Partido Comunista Colombiano, sindicatos, e universidades do exterior. Logo, o autor afirma que a combinação de saberes possibilitou o desenvolvimento de um sistema educacional próprio que os diferenciava de outras guerrilhas e grupos paramilitares, que foi fundamental para a sobrevivência e permanência das FARC ao longo do tempo. Um dos líderes mais conhecidos das FARC, Manuel Marulanda Vélez destaca a importância da formação Fariana.

Ao nível de todos as Frentes e do Estado - Maior Central, criamos mecanismos que permitem a educação e a preparação ideológica política dos guerrilheiros com maior experiência, que podem contribuir para este processo revolucionário. (...) a vida que vivemos diariamente é em si uma escola. Todos os nossos avanços, sucessos e contratempos são uma escola muito importante (...) estamos preparando nossos guerrilheiros para que estejam em condições de substituir aqueles do sistema corrupto que nos governa e que nos deseja governar (ARANGO, 1984, p.107, tradução própria).

Ana tem 31 anos e nasceu em Caquetá, é mãe de dois filhos. Com 16 anos entrou nas FARC, onde viveu por 7 anos como combatente. Atualmente é auxiliar de odontologia, líder de uma cooperativa de ex combatentes e tem pretensões de se eleger para o conselho do município.¹⁹

Suas falas são atravessadas por lembranças do filho, que foi criado pela avó, quando Ana decidiu ingressar nas FARC, motivada pela violência exercida pelo exército colombiano na região. Ela apresenta o grupo guerrilheiro como uma universidade da vida, sendo um lugar onde é necessário aprender de tudo em prol da própria sobrevivência. Além disso, é um lugar de proteção, de aprendizado e de vínculo afetivo familiar e relata “quando se ingressa se sente bem, sente uma proteção de que nada de ruim vai acontecer, ou seja, se sente como se tivesse chegado a uma família e ali se encontra uma realidade nunca vivida antes, uma realidade de compromisso e igualdade entre homens e mulheres”.

Entre as recordações presentes na guerra estão: o medo dos bombardeios e a dúvida sobre a possibilidade de acontecer uma operação militar por perto. Ana se emociona ao relatar

¹⁸ Trabalhadores do campo.

¹⁹ Atualmente, Ana lidera uma cooperativa multisetorial composta por 110 ex -combatentes, sendo 40 mulheres e 70 homens. Nesta cooperativa trabalham com a pecuária, turismo, plantações de abacaxi, fabricação de botas e bolsas e pensando no tema da educação construíram uma biblioteca popular, que busca beneficiar principalmente as crianças locais. No ECTR Héctor Ramírez há cerca de 70 pessoas de 0 a 18 anos, sendo 30 delas crianças de até 5 anos, por isso pensam na educação popular, como um projeto amplo que beneficie não apenas os filhos dos reincorporados, mas as crianças das veredas ao redor.

que em 2013 seu companheiro foi morto durante uma confrontação. Embora apresente a naturalização da morte em combates, “sabemos que na luta isso acontece [...] um dia estamos e no outro dia não”.

Uma das coisas mais terríveis na vida na guerrilha são os bombardeios porque você não sabe de onde eles vêm. Mas, como em tudo na vida, digamos que havia situações difíceis e boas que aconteciam na guerrilha, ou seja, havia lado bom. Por exemplo, se alguém ficasse doente, todos ficavam muito atentos ao companheiro ou companheira, porque era uma regra que todos seguiam, de cuidar [...] de cuidar dos companheiros. Se eles precisavam de água, comida ou qualquer coisa, todos estavam muito atentos às necessidades de alguém que estava doente (Jorlene, 2022).

Ana relata também que durante o desarme ela chorou muito quando entregou seu fuzil, e que ao mesmo tempo tinha que pensar que seu filho mais velho lhe esperava e que ela precisava pensar em compor uma família e em sua dedicação. O fato de estar longe de casa era uma grande dificuldade da vida guerrilheira, pois passou três anos sem ver seu filho, visto que ao longo destes sete anos dentro das FARC conseguiu vê-lo uma única vez.

Lorena tem 39 anos, nasceu no município Caloto, em Cauca, foi combatente das FARC por 12 anos. Atualmente, é mãe de um bebê, que carrega nos braços e amamenta, enquanto apresenta brevemente sua história de vida. Afirma que entrou nas FARC para conhecer a vida e porque não tinha acesso para seguir os estudos, e enxergou a vida armada como uma oportunidade e assim como Ana, também define as FARC como a universidade da vida e como um espaço igualitário.

Dentro das filas, aprendeu funções distintas, como o controle de rádios e trabalhos na área da enfermagem e chegou a exercer um cargo de comandante da companhia. A unidade ao qual Lorena participou, o “Ejército Frente” atuava na área de seu departamento, por isso, ao longo destes 12 anos, ela tinha possibilidade de se comunicar com a família, porém ela enfatiza que sua maior dificuldade como guerrilheira era estar ausente dos seus familiares.

Quadro 1- Funções exercidas em armas e funções exercidas após Assinatura do Acordo de Paz

Nome	Tempo dentro das FARC	Áreas e Funções exercidas nas FARC	Papéis exercidos após-assinatura do Acordo de Paz em 2016
Ana	7 anos	Enfermagem, rádio e odontologia	Auxiliar de odontologia Líder da cooperativa de ex combatentes do ETCR Héctor Ramirez
Danelly	18 anos	Ranchera (cozinheira) Rádio, Costura de materiais	Costureira na cooperativa de ex combatentes

Lorena	12 anos	Radio e comunicação Enfermagem Secretaria Geral Comandante de companhia	Técnica em agropecuária e desempregada
Elizabeth	não mencionado	Comandante da Esquadra	Representante do Conselho Nacional de Reincorporação de Tolima e encarregada do tema de gênero no ETCR em Icononzo
Jorlene	20 anos	Enfermagem e Primeiros socorros	Vendedora de roupas em loja da cooperativa de ex combatentes
Valentina	25 anos	Relata participação em operações militares	Mestre em Estudos de Gênero membro do partido político Comunes, líder de organizações não governamentais em Tolima
Vivian	15 anos	não mencionado	Representante do ETCR - Icononzo

Fonte: Elaboração da autora, com base nas entrevistas realizadas

Para Lorena, as expectativas para o processo de paz eram de integração com a sociedade, a possibilidade de transitar tranquilamente no povoado, mas ao mesmo tempo relata o medo de ter sua vida em risco “Já não se está mais em armas, se está desarmada, então de repente alguém pode me matar ou seguir”. Embora ainda tenha a visão das armas como uma proteção em meio a insegurança, Lorena relata que o momento da entrega das armas foi emocionante e entende este momento como um compromisso feito diante da sociedade e de progresso no processo de paz.

Quando questionada se a participação das FARC ampliou seus ideais políticos, ela relaciona sua experiência guerrilheira ao aprendizado. Recorda que todos os dias havia um momento cultural nas FARC das 6 da manhã até às 8, com leituras, apresentações e conversas. Destaca que quando entrou nas FARC não havia terminado os estudos e quando saiu teve a oportunidade de se formar como auxiliar de odontologia. Relata que durante o processo de paz, além da expectativa de encontrar a família, tinha em mente o pensamento “vou estudar para poder ser alguém na vida” e assim fez um curso técnico em odontologia. Embora tivesse muita vontade de seguir com a carreira, não pode seguir devido aos custos. “Eu acredito que já é preciso me enxergar em outro caminho, porque é muito difícil, a carreira é muito cara, então os alcances são poucos e agora eu quero trabalhar pela minha comunidade”.

Sarrias (2023) apresenta que o modelo educativo da vida Fariana categoriza-se em três partes: a instrução militar, educação bancária e educação popular. A primeira tem como fim a derrota do inimigo e manutenção do status quo da organização castrense, referente a vida militar, ou seja, baseia-se na submissão e subordinação através de uma ordem. Assim, é voltado para a aceitação dos planos de instrução e ordens inquestionáveis para atingir o inimigo e proteger o status quo da guerrilha. Com base na leitura de Paulo Freire, Sarrias apresenta a segunda categoria, que tem como fim a alienação cultural e ausência de uma consciência crítica do oprimido e a terceira (educação popular), que busca libertar o capitalismo e seu modelo de educação bancária, por meio da criticidade.

Logo, há uma combinação de elementos da educação popular que incluem escola de formação, alfabetização, expressões artísticas, programa da radio fariana *Voz de la Resistencia* visavam fortalecer a linha ideológica e manter a ordem estabelecida nos documentos farianos. Por outro lado, a abordagem educativa das FARC relacionada à educação bancária buscava moldar a identidade e manter a coesão dentro da organização envolve a repetição e memorização de documentos, destacando a ausência de pensamento crítico e a ênfase na identificação do inimigo (SARRIAS, 2023).

De acordo com a *Corporación Unificada Nacional de Educación Superior - CUN* (2022) ao ingressar na insurgência, além de conhecer e estudar os estatutos e regulamentos da organização, há um foco na formação política, e na alfabetização. Iniciava-se, então, um processo educativo que abrangia diversas áreas, como História da Colômbia, Geografia e Cartografia, para que conhecessem o território. Além disso, áreas envolvendo cuidados da enfermagem e comunicação, relacionada ao manejo de códigos e rádios. Também era esperado que os guerrilheiros estudassem a cartilha militar e passassem por treinamentos físicos e de manobras militares que envolvessem a característica de mobilidade da guerrilha.

As ex-combatentes entrevistadas destacam que aprenderam distintas funções dentro das filas, como o controle de rádios e trabalhos na área da enfermagem e duas das 7 entrevistadas afirmam terem ocupado cargo de comando. Elizabeth também relata que as FARC contribuíram de forma significativa para o seu desenvolvimento educacional “muito conhecimento que possuo, tanto em termos de história política e cultura foi adquirido durante meu tempo nas FARC. Ela apresenta que o conhecimento político e histórico desenvolvido dentro da organização é maior do que o nível educacional que parte da população civil tem acesso. Ela relata que os princípios ideológicos baseados no marxismo-leninismo deram uma base sólida para uma compreensão crítica da realidade social e política do país. Ela menciona que após a experiência nas FARC aprendeu a valorizar os momentos compartilhados em comunidade e em

família, e que tem buscado aproveitar ao máximo os espaços de convivência, reconhecendo a importância desses momentos comunitários para se conectar com os entes queridos e as pessoas ao redor.

A ex-combatente Jorlene expõe que foi na guerrilha que ela teve oportunidades, pois lá pode fazer cursos de formação envolvendo áreas da comunicação e saúde. Ela recorda que havia muitos companheiros que não eram alfabetizados e que lá aprenderam “Eu quando entrei havia estudado até o sexto e como não tinha forma de seguir os estudos então foi melhor ir para a guerra”. Valentina ressalta que dentro das FARC todos recebem a mesma formação política, o conhecimento diário sobre a história da organização, do país e do conflito, tal como o estudo dos documentos das FARC, como a cartilha militar e o livro que mostrava o funcionamento da insurgência irregular e da própria dinâmica do conflito.

A ex-combatente Jorlene apresenta que, no momento de combate, caso fosse a vez de enfrentar o inimigo, era preciso estar presente mesmo diante de muito medo. Relata também que havia um sentimento de solidariedade entre os companheiros da guerrilha, e apresentava que quando um estava doente, outro tornava-se responsável pelo seu cuidado, dando água, comida e o que era necessário para aquele momento. No entanto, afirma que inicialmente não entendia porque estava carregando um fuzil, que se aprende ao longo do tempo.

Sarrias (2023) apresenta que dentro das FARC, a interação diária permitiu a transmissão e internalização de práticas provenientes da população campesina. A instrução e formação dos membros em todas as hierarquias refletiu sobretudo na interação do grupo e no “senso de camaradagem”, nas atividades próprias da guerrilha, como o combate, o treinamento militar, as caminhadas, nas atividades de cozinha, na construção de latrinas e abrigos antiaéreos.

Para as Farianas, a reincorporação deve ser abordada de forma coletiva, estrutural e assistencial, destacando que as FARC não desapareceram como organização política, mas sim mudaram suas abordagens para alcançar mudanças sociais, abandonando o uso da força armada, como fruto do conhecimento da “Vida Escola Fariana”, com a socialização entre o político e o ideológico articulados entre si. A ênfase na coletividade e na aspiração por mudanças sociais no país reflete a experiência dessas mulheres como parte do grupo guerrilheiro.

Ademais, a *igualdade opressora* vivida por essas mulheres em ambientes militarizados orienta o engajamento de outras mulheres com base em suas próprias demandas e em valores mais pacíficos e igualitários (COSTA, 2008). A busca pela igualdade de gênero continua sendo um objetivo de transformação social para as Mulheres Farianas após a assinatura do Acordo, através do Feminismo Insurgente, que se torna uma prática de identidade feminista inspirada nas ideias de coletividade da guerrilha.

Logo, o feminismo insurgente pode servir como uma ferramenta para manter a coletividade das ex-guerrilheiras e ex-guerrilheiros das FARC, orientando as ações das Mulheres Farianas dentro do partido político FARC e nos espaços de reincorporação coletiva. Isso se torna crucial em um momento em que a preservação da coletividade é essencial para a reincorporação à vida civil. Logo, o engajamento pós-acordo de paz é um continuum entre a luta armada e as diferentes pautas feministas, de mulheres e de gênero (MERCADANTE, BLANCO, 2020; AVOINE, 2023).

CAPÍTULO 2 - AS FARIANAS NAS MESAS DE NEGOCIAÇÃO DE PAZ - A PAZ QUE ELAS QUEREM

No segundo capítulo, explora-se o conceito de *Feminismo Insurgente*, estabelecendo um diálogo com os objetivos das mulheres ligadas às FARC e analisando como esses objetivos reverberam nos temas discutidos por elas nos diálogos de paz. O intuito é delinear tanto as propostas abordadas durante esses diálogos quanto as ideias que fizeram parte da ideologia fundacional das FARC, incluindo a reforma rural e as mudanças no aparato estatal e uma postura de defesa a uma reincorporação coletiva e com ação política, contrária aos modelos liberais de Desarme, Desmobilização e Reintegração - DDR.

2.1 - Caminhos para a incorporação de Gênero no Acordo de Paz

As mulheres têm desempenhado um papel preponderante na busca por alternativas para a construção da paz e têm desenvolvido mecanismos de resistência durante conflitos armados. Na Colômbia, desde a década de 1990, organizações não governamentais com propostas feministas, como a Rede de Mulheres, a Rota Pacífica das Mulheres e a Iniciativa da Mulher Paz têm trabalhado em questões relacionadas ao conflito. Essas organizações têm se dedicado a temas cruciais, como o cessar-fogo bilateral, a desmilitarização, a distribuição equitativa de terras, o respeito ao corpo e a busca por justiça, tudo sob uma perspectiva de igualdade de gênero. As mulheres também demonstraram notáveis habilidades de mobilização. Durante o referendo sobre o acordo de paz em 2016, muitas mulheres se envolveram ativamente em atividades acadêmicas e políticas, em prol da participação democrática e da busca por uma solução negociada para o conflito. (GONZÁLES, 2017; VARGAS e PIÉREZ, 2018).

Entretanto, ao longo de um extenso período, elas foram excluídas das mesas de negociação de paz. Ao longo do Processo de Paz colombiano, essa exclusão foi flagrantemente evidenciada, por exemplo, nas mesas de diálogo, na Noruega em 2012, cuja representação era dominada quase que exclusivamente por homens, tanto do governo colombiano quanto das FARC (BOUVIER, 2016). Apesar da marginalização, as mulheres não se deixaram ser silenciadas politicamente, e demonstraram um notável engajamento nos bastidores, com participação ativa em pesquisas e conferências regionais e internacionais, buscando espaço e influência no processo de paz. Rosaura, liderança social do município de Icononzo, em Tolima destaca a ação das mulheres que atuaram para uma saída negociada ao conflito.

Realizamos uma constituinte massiva de mulheres, começamos em 2002, pelo menos eu comecei em Florencia, Caquetá, e fomos chegando de várias partes da Colômbia, vindas das áreas rurais, até chegarmos ao Senado. Foi criado um livro, um guia com

o que queríamos, com o que havíamos descoberto sobre as pessoas, as vítimas que diziam como ficaram depois de perder o marido, ficando com 5 filhos, e que não puderam sentir o luto, pois tiveram que sair para fazer arepas para vender e seguir a vida [...] Não puderam fazer o luto, e elas choravam e tudo mais, então houve um espaço para sentir a dor e se curar, e dizíamos aqui que sim, vamos seguir em frente, nós, as mulheres [...] Então, nós mulheres seguimos em frente e continuamos lutando para que houvesse diálogo (Rosaura, 2022).

A incorporação da perspectiva de gênero²⁰ no contexto do conflito armado durante as negociações de paz implicou na apresentação, à mesa de discussões, das visões amplamente aceitas que surgiram nos últimos dez anos por meio de ONGs de defesa dos direitos das mulheres e ativistas, com foco para a violência sexual, e trouxe para o diálogo as Farianas, mulheres que buscaram o estabelecimento de uma interpretação feminista de sua experiência que valorizasse tanto os anos envolvidos em atividades armadas, quanto sua disposição para a desmobilização e participação ativa na política. Ademais, essa integração entre mulheres com diferentes perspectivas e perfis, trouxe a possibilidade de contestação, assimilação por parte das partes envolvidas e por todos os atores que participaram ativamente tanto do processo de paz quanto da implementação do acordo (CÉSPEDES-BÁEZ, 2019).

Na oitava conferência (das FARC) se estabeleceu que a mulher guerrilheira é livre e não pode ser discriminada. Tem os mesmos direitos e deveres que um homem. Se uma mulher quer impedir que a discrimine, ela dispõe dos instrumentos para conseguir isto (...) No país, se vê a luta da mulher com desprezo, como algo secundário e é importante conseguir que tanto na guerrilha, quanto no país o papel da mulher seja valorizado, que ela seja mais apreciada (LARA, 2000, p.114-115, tradução própria)²¹.

Sobre as guerrilheiras, inicialmente foram sub-representadas, o cenário evoluiu para incluir 40% de mulheres na delegação das FARC, em 2015, sinalizando um progresso notável no que se refere à incorporação de perspectivas de gênero nas discussões. A instituição da subcomissão de gênero em 2014 representou uma iniciativa inovadora em âmbito global no contexto de processos de paz. Embora não detivesse autoridade para decisões finais, a subcomissão desempenhou uma função de relevância ao assegurar a adesão ao enfoque de gênero acordado. A sua presidência foi compartilhada por Victoria Sandino, ex-guerrilheira das FARC, e Maria Riveros, representante do governo (DÍAZ et al., 2017; BOUVIER, 2016).

Em declaração, Maria Riveros apresenta uma visão significativa sobre as ex-combatentes e enfatiza que o passado de combate das ex-guerrilheiras não pode ser apagado da história e reforça a capacidade de converter o passado dessas mulheres em exercício permanente

²⁰ O Acordo Final para o fim do conflito e a construção de uma paz estável e duradoura, assinado em 24 de novembro de 2016, estabelece o enfoque de gênero como um princípio norteador. O Acordo prevê a adoção de medidas afirmativas destinadas a grupos discriminados ou marginalizados, levando em consideração uma abordagem territorial, diferencial e de gênero (COLÔMBIA, 2016).

²¹ Relato de Liliana López, que foi comandante das FARC.

da cidadania. Apresentando que elas possuem a capacidade de desafiar as construções estereotipadas da mulher passiva, que é condenada a resistir sem se rebelar, e que no retorno à vida civil possuem uma capacidade de reparar o tecido social (COLÔMBIA, 2014).²²

Victoria Sandino afirma, em 2013, que as Farianas chegaram nas mesas de negociação de “iguais para iguais” em relação às demais partes das mesas, com intuito de buscar uma saída menos dolorosa a este confronto “(...) sabemos que os inimigos da paz estão por aí, estão atuando”. É apresentado por ela que forças que historicamente frustraram os processos de diálogos e que hoje atuam de diversas formas para inibir os diálogos de paz, agora enfrentam uma realidade distinta, pois as pessoas estão maduras para saber o que querem e o tipo de paz que querem alcançar (FARIANAS, 2013d).

Em entrevista concedida a Glória Catrillón (2018), Victória Sandino compartilha que enfrentou uma hostilidade significativa por parte da imprensa quando a delegação de mulheres chegou às negociações em Havana, em 2013. Pela imprensa, frequentemente eram abordadas com perguntas superficiais sobre relacionamentos e abortos dentro do grupo guerrilheiro. No entanto, notava-se uma falta de interesse por parte da imprensa em questioná-las sobre suas orientações e metas políticas, aspectos que eram direcionados quase exclusivamente aos homens.

Ela expõe que isso serviu de estímulo para ela e outras mulheres se dedicarem mais intensamente à leitura dos documentos do acordo, ao estudo do feminismo e às lutas das mulheres na Colômbia. Para lidar com essa situação, adotaram uma abordagem proativa, estabelecendo meios de comunicação próprios. Isso resultou na criação do site *Mujer Fariana*, por meio do qual puderam compartilhar informações e seus pontos de vista, sem passar pelo filtro da imprensa convencional. Essa iniciativa permitiu que as mulheres guerrilheiras ampliassem sua visibilidade e compartilhassem suas perspectivas sobre o processo de paz em curso.

Conforme abordado por Lederach (2015) é fundamental que os indivíduos envolvidos no conflito tenham a chance de participar ativamente no processo de elaboração de iniciativas. Nesse contexto, a ideia de transformação engloba a compreensão das interações humanas e da capacidade de mudança inerente a essas relações, considerando que todas as partes podem atuar como agentes de transformação. Portanto, a transformação de conflitos engloba a criação de oportunidades para a mudança, que abrange desde a redução da violência até o fortalecimento

²²Intervenção de Maria Paula Riveros, delegada plenipotenciária do Governo Colombiano em 2014. Disponível em: <https://bapp.com.co/documento/palabras-de-maria-paulina-riveros-instalacion-de-la-subcomision-de-genero/>

do sentimento de justiça nas estruturas sociais, de modo a lidar com os desafios do dia a dia. Além disso, implica a promoção de alterações nos níveis individual, interpessoal e estrutural, que constituem o cerne do próprio conflito.

Na plenária da primeira reunião com mulheres colombianas, especialistas em temática de gênero, representantes de organizações feministas, a Delegação de mulheres das FARC apresentou os seus anseios em ouvir as propostas e sugestões das pessoas, para que o acordo tenha um impacto real na vida cotidiana, e destacam que a potencialização das capacidades das mulheres e de sua autodeterminação nos espaços coletivos faz parte da proposta insurgente (FARIANAS, 2014a; 2013a; 2013c)

Uma organização anticapitalista e antineoliberal como a nossa deve ser antipatriarcal. Não pode ser de outra forma. Mas além de nos manifestarmos contra sistemas e modelos, queremos ser propositivas e incorporar as mulheres no processo de luta e transformação (FARIANAS, 2014a, p.1).

Essas medidas representam um progresso significativo no que se refere à participação e ao enfoque de gênero nas negociações do acordo de paz na Colômbia. Todavia, permanecem desafios a serem enfrentados com vistas a garantir uma paz inclusiva para as pessoas afetadas pelo conflito. Neste contexto, a contribuição das Farianas está fundamentada em transformações estruturais do país e no feminismo insurgente, como forma de construção de uma paz duradoura no país.

2.2 "*Não posso dizer que deixei os ideais e que eles ficaram na selva*" - A transformação de conflitos por meio do Feminismo Insurgente

As FARC se opõem ao modelo tradicional de Desarme, Desmobilização e Reintegração - DDR, que possui um viés individualista sobre o processo. Para as Farianas, a reincorporação precisa ser coletiva, estrutural e assistencial, enfatizando que as FARC não desapareceram enquanto organização política, apenas mudaram seus meios de alcance para as mudanças sociais, abandonando a via armada (QUINTERO, 2019). O pensamento para coletividade e os anseios de uma mudança social no país é uma marca da experiência dessas mulheres como parte do grupo guerrilheiro, que se apresenta por meio do feminismo insurgente.

De acordo com Matiz (2021), o conceito de reincorporação carrega um significado político e social mais profundo para aqueles que estão passando por um processo de desarmamento. De fato, durante as negociações do Acordo com o governo, que ocorreram na primeira metade da década de 2010, no qual as FARC não aceitaram o termo reintegração. O autor argumenta que o uso do termo não é mera questão semântica, pois tem implicações para o entendimento do processo de DDR, na estrutura institucional do país e nas formas para

efetivar o processo. Segundo Bermúdez (2018), a escolha do novo termo, reincorporação, implicava para o grupo armado tanto uma adesão voluntária ao processo de negociação (que evita a sensação de derrota militar) quanto uma oportunidade para negociar as condições desse processo. Para as FARC, o termo anterior, reintegração, estava associado a uma estratégia de contrainsurgência.

Luisa Dietrich (2017) apresenta que pesquisadoras feministas têm criticado os programas de DDR, argumentando que eles perpetuam estereótipos de gênero e podem levar a uma diminuição do engajamento político nas lutas das mulheres ex-combatentes. Logo, ela apresenta o conceito de *companheira política* que trata sobre o desenvolvimento de uma consciência política a partir da experiência da guerra. A autora argumenta que os contextos de transição de pós-conflito carecem da categoria, que permite a legitimação da experiência de luta armada, o que gera uma carência na transferência de capacidades e nos espaços de agência das ex-combatentes em contextos de desmobilização.

Priscyll Avoine (2023) apresenta que a figura insurgente se contrapõe às narrativas convencionais relacionadas ao DDR: ela se coloca em oposição à representação da pessoa desmobilizada, frequentemente caracterizada no gênero masculino, que determina o status daqueles que retornam à vida civil, ao mesmo tempo em que apaga tanto o histórico de militância quanto a identidade ligada a essa vivência.

A ARN - Agência de Reincorporação e Normalização apresenta a “Rota de Reincorporação” como um processo integral, sustentável e transitório para gerar acesso a direitos dos ex-combatentes das FARC²³ e de seus familiares. Esta rota está subdividida em duas etapas: reincorporação de curto prazo e de longo prazo. A primeira compreende os primeiros 24 meses de ação da ARN e busca auxiliar na adaptação das pessoas em processo de reincorporação, sobretudo no aspecto econômico, por exemplo na distribuição de uma renda mensal básica, correspondente a 90% do salário mínimo, quando a pessoa não possui vínculo contratual ou laboral, e da entrega de uma atribuição única de normalização que corresponde a dois milhões de peso (ARN, 2023).

Já a reincorporação a longo prazo é um etapa mais ampla que busca uma reincorporação integral e efetiva e abarca 7 componentes: 1) Comunitário, que busca contribuir para melhorar a convivência e reconciliação do território; 2) Educacional, voltado para o acesso e permanência

²³ O anuário de 2020 da Agência informa que fazem parte do processo de reincorporação 3.295 ex-combatentes mulheres, conforme o Acordo de Paz para o Fim do Conflito e 3.923 desmobilizadas individualmente conforme a lei 418 de 1997/Decreto 128 de 2003 (ARN, 2020).

no sistema educacional e para a formação de trabalho; 3) Econômico, ligado aos projetos produtivos, desenvolvimento de cooperativas e de inclusão laboral; 4) Família, que busca o fortalecimento dos vínculos familiares e do acesso aos serviços sociais do Estado; 5) Habitação e Moradia, ligada a condições dignas de moradia; 6) Bem-estar psicossocial integral, que trata sobre o fortalecimento das capacidades de avanço no processo de reincorporação e no desenvolvimento da construção de paz por meio dos saberes e conhecimentos locais e 7) Saúde, vinculado ao acesso dos sistema de saúde, tanto da pessoa em processo de reincorporação como de seus familiares (ARN, 2023).

Em entrevista a funcionária da ARN, Eunice Esquivia²⁴ destaca que as FARC perceberam a DDR como uma estratégia do governo que os enfraqueceu ao longo dos anos. Cada vez que alguém se rendia individualmente, também fornecia informações às forças de segurança que eram usadas para enfraquecê-los, através de bombardeios e outros métodos. Portanto, para eles, houve um certo descontentamento com essa abordagem, já que a organização das FARC via isso como uma forma de comprometer sua segurança e coesão. Além disso, embora o governo oferecesse benefícios sociais e econômicos às pessoas que se entregavam, isso também implicava em delatar ou fornecer informações sobre o grupo, o que gerava desconfiança entre os membros das FARC. Logo, as mulheres Farianas mostraram a necessidade em serem construtoras da sua própria rota de reincorporação, tendo uma autonomia nesta construção, sem uma limitação baseada em definições do governo colombiano.

O outro aspecto é que o modelo DDR [...] O modelo era behaviorista e você orienta alguém de acordo com o que estou lhe dizendo [...] Eles conduziram o exercício com os mais jovens e as mulheres [...] E o que notamos nos depoimentos das nossas colegas [que se desmobilizam individualmente] é como se te dessem a possibilidade de não mais estar no conflito, mas apagando sua identidade, e também te fazendo sentir culpado [...] Quer dizer, você pode existir, mas precisa aceitar a culpa (Valentina, 2022)

Valentina reclama que muitas vezes as mulheres ex-combatentes são desconsideradas e estigmatizadas, sendo também rotuladas como desumanas e seus projetos produtivos são menosprezados. Tais projetos possuem um caráter de economia solidária, baseado em ideias de coletividade. No entanto, ela apresenta que há uma disputa em relação ao que propõe a ARN, com uma perspectiva individualista e apolítica. Destaca que seria um equívoco pensar que uma coletividade como as FARC abandonaria sua identidade “Acredito que hoje em dia nossa coletividade possui um grupo de lideranças que tem clareza que a decisão de renunciar às armas foi a mais correta, porque agora podemos apresentar nossa aposta política de outra forma”.

²⁴ Entrevista concedida à autora em 13 de outubro de 2022.

Nós continuaremos trabalhando, continuaremos contribuindo, sendo úteis para a sociedade e continuaremos fazendo isso, sendo transformadores sociais que temos sido desde o confronto e desde a formação das FARC em armas e agora não fazemos mais com armas, mas sim com palavras e trabalhando todos os dias. Eu acredito que nós, as mulheres, continuaremos trabalhando, avançando pelos direitos das mulheres para que elas sejam visíveis, para que o papel da mulher seja verdadeiramente reconhecido na história. (Elizabeth, 2022)

Nesse sentido, o feminismo insurgente pode ser utilizado como uma ferramenta manutenção da coletividade das ex-guerrilheiras e ex-guerrilheiros das FARC, que orienta as práticas das Mulheres Farianas dentro do partido político FARC e em espaços de reincorporação coletiva, em um momento no qual a manutenção da coletividade é fundamental para a reincorporação à vida civil (MERCADANTE; BLANCO, 2020).

Apesar de sermos já reincorporadas não posso dizer que deixei os ideais, que eles ficaram na selva... porque a diferença é que deixamos as armas, mas os ideais continuam [...] são os mesmos [...] não deixou de ser o que era (Danelly, 2022).

A busca por igualdade de gênero é um elemento que permanece como objetivo de transformação social das Mulheres Farinas no contexto pós assinatura do acordo de Paz e o feminismo insurgente uma prática de identidade feminista e inspirada nas ideias de coletividade da guerrilha. Em documentos da subcomissão de Gênero elas afirmam “Que seja a oportunidade para nos apresentarmos como mulheres combatentes em exercício pleno do nosso direito legítimo a rebelião contra um regime patriarcal e excludente” (FARIANAS, 2015, p.3).

Imagem 1 - Representantantes Farianas da Subcomissão de Gênero



Fonte: Biblioteca del Proceso de Paz Colombiano, 2016

Ademais, o feminismo insurgente apresenta-se também como uma proposta das combatentes que fizeram parte das subcomissões de gênero, que trouxeram contribuições para a transversalidade de gênero do Acordo de Paz. Ortiz (2022) apresenta que 3 aspectos centrais deste feminismo: 1) a memória histórica das mulheres que ingressaram em diferentes momentos e gerações ao longo da história da guerrilha FARC; 2) um feminismo que dialoga com outros feminismos e experiências de mulheres insurgentes latinoamericanas; 3) o reconhecimento de uma identidade subjetiva da guerrilha FARC, baseada nas relações camponesas, comunista, trabalhadoras e marginais do país.

Os Acordos sobre terra e participação política devem ter uma perspectiva de gênero. Não é coerente lutar pela terra para os camponeses sem incluirmos de maneira específica as camponesas. Não é o mesmo pedir a participação política da oposição em geral, do que lutar pela participação equitativa, onde estejam mulheres e homens” (FARIANAS, 2015, p.3)

A experiência que as ex-combatentes tiveram na subcomissão de gênero subverte uma ordem de gênero estabelecida na institucionalidade e no próprio grupo guerrilheiro, pois trouxeram sua própria visão sobre o que foi o conflito para elas. Logo, elas mostraram ideias de um feminismo popular para um diálogo envolvendo representantes do governo e de movimentos feministas e LGBT, sobre suas propostas feministas populares e insurgentes como construtoras de paz, sem esquecer que sobreviveram na guerra e como se opõem a uma paz patriarcal (ORTÍZ, 2022).

Nota-se, que no contexto do processo de paz colombiano o senso de coletividade das combatentes e seus anseios por justiça social tomaram um direcionamento para a igualdade de gênero na Colômbia.

Nós nos identificamos particularmente com as ideias feministas que se inspiram nos ideais de emancipação das mulheres, unidas às lutas anticapitalistas, anti-imperialistas e antipatriarcais, como sistemas de dominação que não só exploram social e economicamente as maiorias, mas também são excludentes e violentos para as mulheres. Entendemos que ao longo desses anos foi construído um formidável movimento social forjado nas lutas de gênero, nas lutas sociais, nas mobilizações, na política e na resistência, mas também na busca de um pensamento próprio como mulheres colombianas, latino-americanas e caribenhas (FARIANAS, 2015, p.1, tradução própria)

Karen Kampwirth (2002) através da pesquisa com mulheres guerrilheiras da Nicarágua, de El Salvador, Chiapas e Cuba constatou que nestes países, o feminismo mostrou-se como um dos produtos inesperados do processo revolucionário, especialmente no caso Salvadorenho, no qual as mulheres do FMNL - Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional defenderam a necessidade de políticas feministas no país.

No caso colombiano, foram apresentadas demandas nos diálogos de paz e reflexões teórico-sociais no marco de fundação do novo partido, em que as ex-combatentes apresentaram o documento “*tesis de mujer y género para el congreso constitutivo del partido*” em que trazem direcionamentos políticos para as questões de gênero na etapa do pós-assinatura do Acordo e no próprio partido, recém-criado. O trabalho desempenhado por elas é de incentivar o poder político por meio da reincorporação social baseada no Acordo de Paz e no fortalecimento das comunidades para a construção de paz na Colômbia (MERCADANTE e BLANCO, 2020).

Lina Céspedes-Baez (2019) argumenta que o Acordo refletiu a compreensão comum que as “letradas”²⁵ haviam estrategicamente incorporado no país e na mesa de negociação, mas não refletiu a influência das Farianas, pois naquele contexto dos diálogos de paz elas estavam começando a articular uma agenda feminista. No entanto, a autora negligencia os temas que envolvendo a questão agrária e o aprendizado e ideal político das ex-combatentes sobre a temática, dando atenção apenas a um ponto do enfoque de gênero do acordo para o principal tema trazido pelas organizações não governamentais e representantes feministas, sobre a violência sexual no contexto do conflito armado. Tema este que as ex-combatentes falavam nas mesas de diálogos, mas sem ampla discussão, apenas afirmando que não foram vítimas, muito embora parte delas tenha sido, como foi apontado anteriormente.

Apesar deste contraste na definição dos principais temas a serem discutidos entre as Farianas e as ‘Letradas’, o Acordo possui uma influência de ideias das Farianas, não apenas das demais integrantes das mesas, como organizações não governamentais internacionais, organizações feministas e LGBT, e representantes do Estado. Embora, as Farianas não tivessem naquele momento uma agenda feminista, com planos de ação delineados, elas possuíam uma bagagem política própria. Compreende-se que os aspectos relacionados aos direitos das mulheres campesinas à terra e a participação política incluídas no Acordo de Paz são frutos de uma demanda das mulheres Farianas, ou seja, elas enfatizaram a necessidade da implementação do Acordo em dimensões estruturais e de inclusão da mulher campesina, bem como sua participação política.

Apesar de estar no meio de um conflito, em meio às dificuldades da guerra e da dura vida que vivemos aqui nas FARC, as mulheres combatentes têm um espaço, uma enorme possibilidade de nos desenvolvermos, e nos sentirmos parte desta organização, e projetarmos o futuro do país que queremos construir onde tenhamos direitos iguais, onde tenhamos as mesmas possibilidades que os homens ou mulheres. Isso é o que queremos sinalizar para os outros. Mas também é nosso orgulho dizer: Aqui estamos e estamos aprendendo [...] estar aqui em Havana, onde representamos quase a metade da delegação, somos 13 dos 30 presentes, é um reconhecimento

²⁵ Especialistas da área, incluindo ONU Mulheres, Anistia Internacional, Human Rights Watch e etc.

importante e é claro que estamos dando o nosso melhor esforço neste processo (SANDINO, Victória, 2015, p.6, tradução própria).

No documento elaborado pelas Farianas, é enfatizado que são sujeitas políticas que trabalham pelo pensamento emancipatório e para a participação massiva das mulheres no novo partido. Destacam o desenvolvimento de um feminismo próprio, que adota a concepção revolucionária dos feminismos, a experiência das lutas revolucionárias das mulheres ao longo da história, a experiência feminista da organização. Além disso, o feminismo insurgente apresenta um caráter emancipatório coletivo, por meio da redistribuição da riqueza e da necessidade de transformações dos excluídos historicamente. Elas apresentam a linha de pensamento, de organização interna do partido e do apoio a militância, no qual enfatizam que as mulheres da organização trabalharão para o reconhecimento da liderança nos distintos espaços comunitários, políticos e sociais (FARIANAS, 2017).

Destaca-se que a perspectiva de gênero do Acordo está delineada nos seis pontos referentes ao acordo. Distingue-se em: 1) Reforma Rural, que propõe a promoção de economia solidária, saúde sexual e reprodutiva, que facilite o acesso a posse de terras com prioridade para as mulheres rurais chefes de família e o ponto 2) participação política, que trata da abertura democrática para a construção de paz, prevê a criação de organização de mulheres, jovens e população LGBT em programas de desenvolvimento com enfoque territorial e transição de paz. (VARGAS; PEREZ, 2018). O Acordo de Paz, além de trazer medidas relacionadas à proibição de anistia a crimes sexuais, também reconheceu o papel produtivo das mulheres rurais e buscou garantir o acesso das mulheres à terra por meio da prioridade em programas dedicados a isto, e orientação jurídica para possibilitar a participação de mulheres em instituições encarregadas da implementação do desenvolvimento rural (COLÔMBIA, 2016).

2.3 “Se estamos nessas mesas é porque estamos mostrando as problemáticas do país” - As propostas levadas pelas Farianas para as Mesas de Diálogos

A Política Agrária Revolucionária é considerada um dos pilares das FARC, e elemento que faz parte da formação ideológica dos membros. Em documento elaborado em 1964, o grupo apresenta sua visão ideológica, que envolve a redistribuição de terras, dos latifundiários para o trabalhador. Apresentam que o grupo busca elevar de maneira significativa o padrão de vida cultural e material dos agricultores, livrando-os do desemprego, fome, analfabetismo e doenças endêmicas que restringem a capacidade de trabalho no campo. Além disso, visa eliminar as restrições do latifundiários e impulsionar a produção agropecuária e industrial no país. Neste programa também está prevista o confisco das terras ocupadas por empresas denominadas

imperialistas norte-americanas, independente da atividade exercida ou título de posse (CNMH, 2014).

Destaca-se que a questão agrária e política foram temas prioritários para a delegação de mulheres das FARC durante as mesas de negociação. Em outubro de 2013, a delegada das FARC, Victoria Sandino afirmou que estes pontos não eram uma invenção das FARC, pois dizem respeito às necessidades das comunidades, das propostas e iniciativas que aparecem na página da mesa e nos fóruns realizados na Colômbia (FARIANAS, 2013a).

Nos diálogos de paz em 2015 também foi reforçada a necessidade de atenção à questão agrária e a participação política, destaca-se a necessidade de fortalecimento dos processos organizacionais das mulheres rurais para sua integração política, econômica, social e cultural. Reconhecem também a importância de adotar medidas para a participação política das mulheres, com atenção aos riscos diferenciais enfrentados, visto que essas possuem obstáculos adicionais para exercer seus direitos de participação política e mencionam a desmilitarização dos grupos armados como fundamental para o desenvolvimento da democracia e da comunidade em geral (FARIANAS, 2015).

Durante os diálogos de paz também foi apresentada a importância em pensar sobre os problemas estruturais do país. Érica Montero, comandante da frente 34 das FARC, reafirma o compromisso com o processo de paz, mas ressalta que elas vêm buscando uma possível solução negociada, mas que não observam muito empenho por parte do Estado. Érica apresenta a importância da subcomissão de gênero para inclusão das mulheres nos processos de paz, como sujeitas políticas. Sobre o papel que as representantes Farianas exercem, ela afirma que todas elas fazem propostas e oscilam das distintas tarefas, entre conceder entrevistas, receber delegações, participar das decisões das mesas (FARIANAS, 2015j).

Colômbia precisa de mudanças estruturais, onde haja uma sociedade mais justa, porque alguns de nós, nem família temos, porque já perdemos, alguns morreram de forma natural, outros estão deslocados, nós não podemos dizer “a casa que deixamos quando partimos para a guerra” ela já não existe, nem a casa, nem a fazenda, que foi expropriada pelos paramilitares (FARIANAS, 2015j, p.4, tradução própria).

Em Havana, a delegação de mulheres das FARC expressou a necessidade de uma perspectiva de gênero em todos os debates, desenhos e diálogos para aplicação do Acordo de Paz, apresentando suas propostas para 3 pontos do Acordo, o primeiro referente ao desenvolvimento rural e agrário e o segundo sobre Mulheres e participação política e o terceiro sobre políticas antidrogas para a soberania e o bem viver dos pobres do campo (FARIANAS, 2014). Destacam-se dois pontos: o desenvolvimento rural e agrário para a democratização e paz com justiça social na Colômbia e mulheres e a participação política.

Quadro 2. Principais Propostas da Subcomissão de Gênero das FARC - 2014

Ponto 1: Desenvolvimento rural e agrário	Ponto 2: Mulheres e a Participação Política
Adjudicação gratuita de terras às mulheres Habitantes do campo sem terra, trabalhadoras e proletárias, agrícolas, proletárias urbanas em condições de pobreza e que historicamente tem sido ausentes do pertencimento de terras. Passo importantes para a equidade das relações produtivas no campo (proposta nº 4).	Será instituído o Conselho Nacional de Participação Política e Social, onde as mulheres serão representadas, nomeadas de forma autônoma, mediante eleição direta e com cassação de mandato (Proposta nº3).
Fornecer terra suficiente com meios de produção para mulheres sem terra, assistência técnica e tecnológica, subsídios, preços de apoio, crédito, infra-estrutura, de tal forma que ultrapasse o limite da pobreza rural. (proposta nº 39).	A reforma política democrática e eleitoral deve conter o sistema político e representativo, o sistema partidário e o sistema eleitoral. Garantir equidade e igualdade de condições na disputa política, com regulamentação e representações especiais para mulheres, jovens, entre outros. (Proposta nº10).
Fortalecer e organizar a produção de bens agrícolas básicos, com perspectiva de gênero, em áreas adjacentes aos centros urbanos de consumo; com participação ativa e protagonismo das mulheres no desenvolvimento organizacional e administrativo, por meio de cooperativas ou associações e alocação de recursos e provisão de infraestrutura pelo Estado (Proposta nº15).	Estímulo à participação política e social das mulheres, garantia e reconhecimento efetivo, real e material, da Resolução 34/180 de 18 de dezembro de 1979, da Convenção de Nações Unidas sobre a eliminação de as formas de discriminação contra as mulheres. Em particular, encoraje e apoie as formas autônomas de organização política e social concebido por mulheres, promova sua participação em órgãos de decisão do Estado (proposta nº 70).
As mulheres camponesas serão dignas e reconhecidas como sujeitos de direitos. Trata-se da transformação das condições de exclusão histórica das mulheres rurais. O reconhecimento das mulheres camponesas deve ser uma ferramenta para o efetivo gozo de todos os direitos, e que isso permita avançar em direção à mudança social e cultural no país (Proposta nº19).	Formas autônomas de organização e participação política e social, promovido pelos setores sociais e populares, pelas comunidades,mulheres,jovens, trabalhadores assalariados e informal, os pensionistas e outros setores populares, organizado; constituirá um quarto estado, o Poder Popular (proposta nº 71).

Fonte: Elaboração da autora, com base no documento Las Propuestas de las FARC, 2014.

Nota-se pontos comuns na proposta das Farianas apresentadas em 2014, com o documento sobre política agrária revolucionária, de 1964. No ponto sobre desenvolvimento

rural e agrário são apresentados a necessidade de fornecimento de terras e de desenvolvimento técnico para o campo. A distinção dada entre tais documentos diz respeito à ênfase no reconhecimento da mulher campesina e na necessidade de políticas específicas para elas, para que haja mais equidade nas áreas rurais, que se apresenta como uma inovação no sentido do que era discutido dentro do próprio grupo guerrilheiro. Em entrevista, o ex-combatente Camilo²⁶ ressalta a importância do Acordo porque aborda sobre a mulher e o homem campesino.

O Acordo é de extrema importância, especialmente porque trata dos campesinos. Infelizmente, não tivemos a capacidade de realizar tudo o que gostaríamos de ter feito para eles. No entanto, com a atual gestão de Petro²⁷, algo muito positivo começou a acontecer. Isso pode nos ajudar a progredir, a dedicar mais atenção às mulheres campesinas [...] O Acordo de Paz não é um milagre, ele requer um aprendizado diário (CAMILO, 2022).

As propostas apresentadas pelas Farianas (2014) referentes ao ponto 1 do Acordo visam o combate à desigualdade de gênero no contexto rural, para proporcionar às mulheres sem acesso à terra, recursos produtivos e apoio necessário para a sua autonomia econômica e social. Além disso, elas destacam a promoção de uma perspectiva de gênero na produção agrícola e o reconhecimento das mulheres campesinas como agentes de mudança da sociedade, que se relacionam também com as propostas apresentadas sobre o ponto 2 (Mulheres e participação política) composta por 17 propostas.

Em entrevista, a ex-combatente Lorena enfatiza que a vida guerrilheira era muito distinta da vida civil. Assim que houve a assinatura do Acordo, o pensamento foi sobre a capacitação na área da enfermagem, mas não teve oportunidade nesta área, mas sim em técnico em agropecuária “Trabalhei nessa fazenda, aqui nós trabalhamos com projetos produtivos, então eu fiz a minha teoria e prática nessa fazenda”. Lorena apresenta a questão da propriedade de terra como elemento essencial para o projeto de vida dos ex-combatentes.

[...] Ter suas casinhas, suas terrinhas para trabalhar ou possuir um terreno onde trabalhar a etapa de semear hortaliças para o seu sustento diário [...] isso tem sido como um sonho que a gente tem [...] que os projetos produtivos coletivos se realizem [...] que tenhamos uma saída para os produtos. Isso tem sido como um sonho [...] continuar trabalhando na comunidade com outros companheiros que estiveram na guerra (Lorena, 2022).

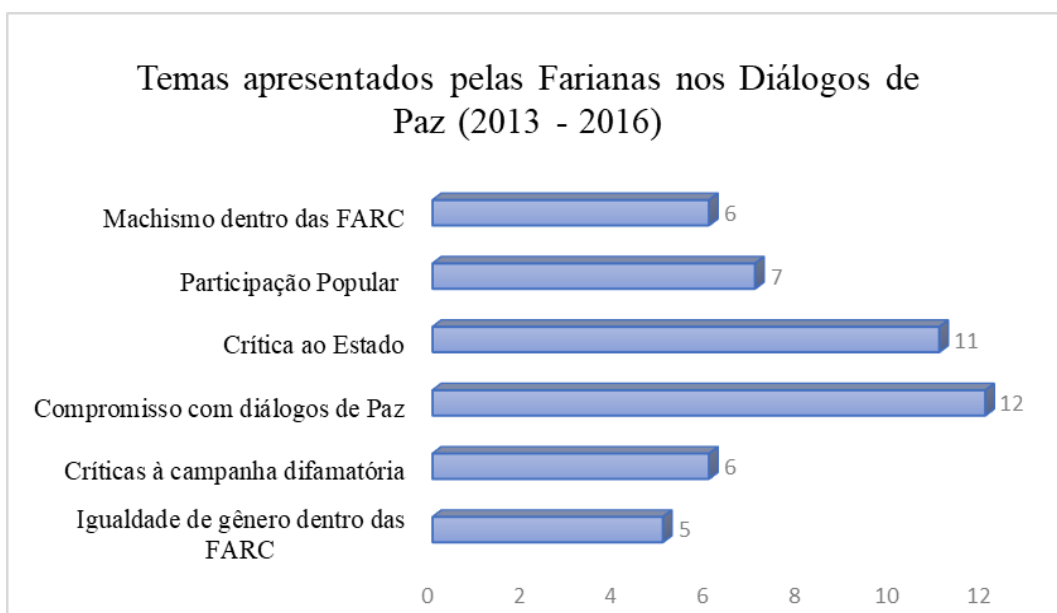
Além da análise do documento "*Las Propuestas de las FARC*", conduziu-se uma coleta dos documentos relacionados às negociações de paz em Havana, compreendendo o período

²⁶ Entrevista concedida à autora em 20 de outubro de 2022.

²⁷ Gustavo Petro, ex-guerrilheiro do M19 e senador, assumiu a presidência em 19 de junho de 2022, marcando um momento histórico como a primeira vez que a esquerda política assume o governo da Colômbia.

entre os anos de 2013 a 2016. Essa investigação foi realizada por meio da Biblioteca Aberta do Processo de Paz, uma plataforma dedicada ao acompanhamento do processo de paz entre o governo colombiano e as FARC. Utilizando a palavra-chave "enfoque diferencial de gênero", foram identificados um total de 93 arquivos. Destes, 30 foram elaborados por mulheres da FARC-EP, abrangendo diversos formatos, como boletins informativos, declarações, comunicados e documentos técnicos.

Gráfico 1 – Temas Apresentados pelas Farianas dos Diálogos de Paz (2013 – 2016)



Fonte: Elaboração da autora, com base nos documentos dos diálogos de paz 2013-2016.

Os conteúdos dos documentos foram analisados e divididos em seis categorias: 1) Compromisso com os diálogos de Paz; 2) Crítica ao Estado colombiano; 3) Participação Popular; 4) Críticas à campanha difamatória; 5) Machismo dentro das FARC e 6) Igualdade de gênero dentro das FARC. Em relação ao compromisso com os diálogos de Paz, elas reforçam a busca por uma paz com justiça social e que sempre buscaram uma saída para a confrontação sangrenta no país. Além disso, elas fazem uma convocação para que as mulheres colombianas conheçam os diálogos de paz desenvolvidos em Havana e que trabalhem para a paz das futuras gerações e destacam a necessidade das mulheres colombianas, em sua diversidade étnica e racial, terem conhecimento sobre o processo em curso.

Temos as mensagens de outros amigos, de outras pessoas que nos escrevem pelas redes sociais ou pelas páginas das FARC-EP dizendo: cuidado, não entreguem as armas que vão matar vocês, lembrem-se da história da Colômbia! E nós, de qualquer maneira, rerepresentamos o otimismo. Sim, porque se não acreditamos nesse processo, por que entramos em diálogo? Outros lugares com problemas piores conseguiram, como não conseguir na Colômbia? (FARIANAS, 2016d, p.1, tradução própria).

Os guerrilheiros sentiam receio de renunciar ao uso das armas, em grande medida devido ao trágico desfecho vivenciado pela União Patriótica, um partido criado por ex-combatentes das FARC em colaboração com o Partido Comunista após um acordo com o Estado em 1984. Nos anos posteriores a esse pacto, ocorreu uma implacável campanha de aniquilação que resultou no assassinato de pelo menos 3.000 membros e simpatizantes da União Patriótica, incluindo dois candidatos presidenciais. Como resultado, o acordo de 2016 impôs a exigência de que o Estado garanta a participação política dos movimentos de oposição e desmantelamento de grupos de direita pós-paramilitares, oriundos de um processo anterior de desmobilização. Esses grupos poderiam representar uma ameaça às FARC, assim como seus predecessores fizeram em relação à União Patriótica (CRISIS GROUP, 2021).

Em Havana, as críticas das Farianas ao Estado Colombiano foram recorrentes, e envolveram principalmente uma oposição a violência de Estado, operacionalizado pela Polícia Nacional da Colômbia e do Exército contra a população civil e contra aos guerrilheiros. As críticas também atravessam a dimensão econômica, em oposição ao modelo neoliberal econômico do país, trazendo uma dimensão de gênero, no que toca a exploração do trabalho feminino e a feminização da pobreza no país. Observa-se que no discurso das Farianas apresentados nos diálogos de paz, um esforço em apresentar as falhas do Estado e violência dos paramilitares, mas não são encontrados documentos no qual as Farianas reconheçam de forma direta a violência que as FARC também causaram à população civil, e quando retratam sobre o sofrimento das vítimas culpabilizam o Estado e os paramilitares.

Desde o início do processo de paz os órgãos acusadores do Estado montaram uma máquina extensa com recursos humanos, técnicos e econômicos para gerar acusações falsas que buscam retratar as FARC como uma empresa criminosa envolvida em desapropriação de terras, deslocamento de camponeses, tráfico de drogas e muitos outros atos detestáveis, incluindo a violação de mulheres; uma análise histórica imparcial revela que a responsabilidade última pela vitimização recai sobre o Estado e que a ordem social questionável predominante é a fonte do caos reinante (FARIANAS, 2015c, p.2, tradução própria).

Durante os diálogos, as combatentes ressaltaram seu papel revolucionário e reconheceram o machismo enraizado nas FARC. Por outro lado, em declaração pública elas apresentam que há mentiras que são disseminadas sobre a guerrilha, como por exemplo, elas serem vítimas dos companheiros da insurgência, e afirmam que o objetivo dessas mentiras é: desmotivar o vínculo da mulher colombiana ao combate revolucionário e deslegitimar as FARC (FARIANAS, 2015a;2015c).

Em 2014, Victoria Sandino e Alexandra Narino apresentaram uma crítica a duas repórteres Laura Ardila Arrieta e Natália Arenas, ao escreverem sobre o *primeiro encontro de vítimas das mesas de diálogos*, um encontro com representantes do governo, das FARC e com

vítimas do conflito. As Farianas dizem que elas “Tentaram distorcer a visita das vítimas, transformando-a em um suposto encontro com seus "agressores", o que mascara a verdadeira natureza e origem desse confronto e, ao fazer isso, negam nossa luta revolucionária” (MUJER FARIANA, 2014).

As jornalistas apresentam que durante o testemunho de uma vítima de violência sexual, uma guerrilheira se aproximou e disse que sentiu um aperto na garganta ao ouvir a história. Elas afirmam que aquele foi um momento de identificação com a vítima, pois embora a guerrilheira tenha dito não sofrer aquele tipo de violência, sabe-se que este tipo de violência é algo recorrente entre as fileiras da guerrilha (ARRIETA, ARENAS; 2014). As Farianas, no site Mujer Farina (2014) que tal matéria se trata de uma manipulação midiática, que tais práticas de violência são contrárias aos princípios e não é algo que ocorre “repetidamente entre as fileiras das guerrilhas”.

Cinco dos documentos analisados criticam as campanhas difamatórias sobre as FARC, relacionando sua imagem a violência sexual. O direcionamento da atenção para as mulheres como vítimas de violência sexual, não correspondia à imagem que as integrantes das FARC desejavam projetar para si mesmas, a visão de mulheres revolucionárias (CÉSPEDES-BÁEZ, 2019).

Além disso, as mulheres combatentes enfrentam uma dificuldade em identificar a discriminação de gênero que ocorre dentro do grupo, devido à influência do discurso de igualdade e camaradagem que é amplamente difundido. Isso muitas vezes leva as mulheres a não perceberem a presença do machismo dentro das FARC (COSTA, 2008). Observa-se uma contradição nas percepções sobre o próprio grupo. Com base nos documentos analisados é possível observar que as Farianas apresentam críticas ao machismo dentro das FARC, mas relacionados à divisão do trabalho, embora em outras partes dos documentos também reforcem a igualdade dentro do grupo.

Percebe-se que as ex-combatentes não demonstravam o desejo de explicitar sua identificação com depoimentos de vítimas de violência sexual no contexto do conflito armado. Isso ocorreu porque tal abordagem poderia desviar a atenção das pautas coletivas que buscavam construir em conjunto, a partir da mesa de negociações. Portanto, diante da possível mobilização negativa desses depoimentos como se fossem a representação do que as FARC eram implicaria em uma deslegitimação significativa para muitas das pautas que os membros das FARC estavam tentando avançar em Havana.

No entanto, a desvalorização dos depoimentos das vítimas e a falta de reconhecimento das violências cometidas pelas FARC durante as negociações de paz representam uma

contradição em relação à agenda feminista, visto que a violência contra a mulher é um tema fundamental para a construção de paz na Colômbia, dada as graves violações de direitos humanos sofridas pelas mulheres colombianas no contexto do conflito armado.

Por outro lado, é importante destacar que a agenda do Feminismo Insurgente está em construção, e a participação delas na subcomissão de gênero proporcionou um espaço para a troca de conhecimento, especialmente em relação às questões de violência de gênero, o que abre espaço para o reconhecimento das violências perpetradas pelas FARC. Logo, enfatiza-se a importância do reconhecimento coletivo para que a memória histórica do conflito não seja construída com base no esquecimento das violências vividas pelas mulheres, e para que o Feminismo Insurgente possa atuar em defesa da vida das mulheres, sem se assemelhar ou esquecer o machismo que esteve presente no grupo armado ao qual elas pertenceram.

CAPÍTULO 3 - MEMÓRIA FARIANA, NARRATIVAS DE VIOLÊNCIAS E PAZ

Neste terceiro capítulo será destacada a narrativa de Elizabeth e Valentina sobre a experiência no conflito colombiano. Além disso, serão abordadas as problemáticas de segurança envolvendo o contexto pós assinatura do Acordo, e início dos projetos das Farianas. Sandra Grisales (2013) explora como as mulheres colombianas estão lembrando dos eventos que levaram à saída de suas casas. Elas utilizam o desenho como forma de retratar as ameaças e os medos que enfrentaram. Algumas mulheres também desempenham um papel importante cuidando do cemitério onde são enterradas as pessoas sem identificação, realizando cerimônias de luto para aqueles que já não têm família para honrar sua memória.

No entanto, essas memórias, embora profundamente enraizadas, muitas vezes permanecem confinadas ao ambiente doméstico, compartilhadas entre familiares e amigos, e têm poucas oportunidades de serem expressas publicamente (GRISALES, 2013). Essa restrição limita o potencial da memória, que desempenha um papel para a transformação de conflitos. Pensando nisso, apresenta-se um recorte de narrativas de vida de 2 ex-combatentes, que envolvem a maternidade e a vida armada, a violência psicológica, as decepções em torno do processo de paz e a busca por uma Colômbia mais pacífica.

3.1 “*Eu sonhava em ter o meu bebê, mas lá não permitiam*” - Maternidade e vida em armas

O Informe final da Comissão da Verdade (2022b) apresenta que a questão da maternidade é um dos assuntos que mais gera questionamentos entre as mulheres que fizeram parte das fileiras de grupos armados. A decisão e a viabilidade de engravidar, de ter ou não um filho, e a impossibilidade de cuidar da criança são aspectos que, para além das reais condições do conflito armado, afetaram profundamente ex-combatentes. Devido à consciência da constante proximidade com a morte devido às situações de risco enfrentadas, seja em combates ou em outras atividades da vida guerrilheira, algumas ex-combatentes relataram ter vivido uma grande angústia ao considerarem a possibilidade de se tornarem mães. Esse sentimento é agravado pela preocupação quanto à reação que receberam por parte do grupo armado ao revelarem a gravidez, bem como pelas possíveis punições e pelo destino incerto do bebê, caso chegasse a nascer.

Ao falar sobre seus desejos para o futuro, Lorena acalma sua criança e menciona o tema da maternidade. Relata que pensou que nunca poderia ser mãe, mas essa tem sido a experiência mais bonita de sua vida e destaca que nas FARC não era permitido ter uma criança “Eu sonhava em ter o meu bebê, mas lá não permitiam.”. Um relato que remete a vida de Elizabeth, que tem

43 anos, é mãe de um adolescente e vive em Icononzo, também é responsável pelo tema de gênero no ETCR, e representante do CNR - Conselho Nacional de Reincorporação, do departamento de Tolima. O ingresso de Elizabeth na guerrilha foi por momentos positivos e desafiadores. Ela destaca que a disciplina era o elemento caracterizador deste ambiente militar, e que a manutenção dessa disciplina foi essencial para a longevidade e coesão das FARC, enquanto grupo armado ao longo dos 54 anos de duração do grupo em armas.

Ela relembra que com o tempo de adaptação a dinâmica do grupo guerrilheiro tornou-se mais suportável enfrentar as dificuldades próprias dessa nova realidade. Mesmo dentro desta dinâmica militarizada e repleta de ordenamentos sobre o próprio corpo feminino, ela se tornou mãe. Apresenta que não pode viver com a plenitude a maternidade, pois estava em armas, e pela segurança dela, do grupo e da criança não era possível tê-la dentro do grupo armado. No entanto, Elizabeth seguiu com a gravidez, embora de imediato tenha sido ordenada pelo seu superior que ela abortasse a criança e caso não realizasse, estaria descumprindo com as regras estabelecidos, e ela descumpriu a ordem, mesmo sabendo das possíveis consequências, e da possibilidade da ação ser vista como um delito que passaria pelo Conselho de Guerra das FARC²⁸, que de acordo com o relato de Elizabeth e Valentina, tal Conselho apresenta punições envolvendo o fuzilamento do combatente que descumprir o ordenamento.

Sobre a temática da igualdade de direitos entre homens e mulheres, é reforçado que elas possuem os mesmos direitos, que não foram abusadas como é divulgado pela mídia, que é definida por elas como oligárquica, e propagadora de calúnias (FARIANAS, 2013.a, 2014.k, 2014.b). Em declaração, Maru Fernandez diz que o machismo está presente nas instituições do Estado, como nos batalhões da polícia e no exército.

Quem tem autoridade para falar sobre este assunto? porque em sua sociedade governa o caos e a desigualdade. Eles não se importam com as mulheres da cidade, exceto para prostituí-las e explorá-las, enquanto as filhas dos donos do poder desfrutam de todos os tipos de privilégios. Essas são as razões de nossa revolta em armas. (FARIANAS, Maru Fernández, 2014.k, p.1, tradução própria).

A guerrilheira Maria Angélica Arias em texto intitulado “ A mulher guerrilheira é livre e libertária” dirige suas palavras aos “senhores dos meios de comunicação” e argumenta que a imprensa tenta apagar o caráter político de sua luta revolucionária e por esta razão são lançadas as campanhas difamatórias, que levam a acreditarem que elas foram maltratadas e que não

²⁸ Não foram encontradas informações do Conselho de Guerra nos documentos oficiais das FARC. Em três manuscritos obtidos dos cadernos de 'Edgar Tovar', comandante da frente 48° das FARC, estão descritas as drásticas sanções que vão desde pelotões de fuzilamento, conselhos revolucionários de guerra e a criação de trincheiras de até 70 metros de profundidade (EL ESPECTADOR, 2010, tradução própria). Disponível em: <https://www.elspectador.com/judicial/farc-aplican-consejo-de-guerra-por-delito-de-chismografia-article-188318/>

possuem direito e afirma que na FARC, se chega de forma voluntária e consciente, ou seja, também nega que haja recrutamento forçoso. Além disso, apresenta que os relatos de aborto, e estupro são provenientes de mulheres desertoras reinseridas (FARIANAS, 2014.l)

No entanto, em declaração pública do Secretariado do Estado Maior das FARC- EP, em janeiro de 2016, a organização aborda o caso de Héctor Albeidis Buitagro, conhecido como o médico das FARC, acusado de realizar 500 abortos forçados nas frentes 7 e 49 das FARC entre 1998 e 2000. O secretariado não nega que estes fatos tenham acontecido, mas afirma que vão contra seus princípios e diretrizes e que o planejamento familiar foi uma prática obrigatória para todos os membros das FARC, devido a impossibilidade de criar filhos em condições de guerra.

Aproximadamente 80% das ex-guerrilheiras (entre as entrevistadas que mencionaram ter ficado grávidas) tiveram seus filhos fora do espaço da guerrilha. Deste grupo, 43% receberam licença das autoridades para cuidar de seus filhos e depois retornaram ao acampamento, enquanto 35% tiveram seus filhos fora da guerrilha e os deixaram aos cuidados de familiares antes de voltarem. Outras 23% das mulheres grávidas deram à luz em um acampamento da guerrilha e, posteriormente, deixaram seus filhos sob os cuidados de familiares ou amigos (COMISSÃO DA VERDADE, p.110, 2022b, tradução própria).

Quanto à violência sexual, as FARC enfatizam que é considerado um crime grave dentro de suas fileiras, e é punido por meio de um processo em corte marcial, com possibilidade de pena máxima estabelecida no regulamento. É afirmado também que o aborto não é considerado um método contraceptivo. Segundo eles, é uma medida de último recurso tomada quando ocorre uma gravidez indesejada, apesar das medidas contraceptivas adotadas. Afirmam que em todos os casos há reflexão cuidadosa para a mãe, para a criança e o ambiente guerrilheiro (FARC, 2016).

É uma estrutura militar, um exército, e como parte de um exército, eu não posso dizer: 'Vou sair hoje ou amanhã porque tenho alguma ideia.' Porque eu já tomei a decisão muito pessoal de ir para o combate. Portanto, em uma organização como as FARC, que possui uma estrutura militar, qualquer decisão ou medida que eu queira tomar deve ser aprovada pelo órgão correspondente (Victoria Sandino-FARIANAS, 2015 b, tradução própria).

No caso de Elizabeth, houve uma ordem para que ela abortasse, a qual ela se negou a obedecer e correu risco de punição pelo Conselho de Guerra das FARC. Posteriormente lhe deram permissão para que ela seguisse com a gravidez e assim ela continuou participando das ações diárias envolvendo a vida nas montanhas, participando de marchas, mas sem os cuidados médicos e acompanhamentos da gestação. Por volta do oitavo mês, ela recebeu permissão das FARC para sair, e se estabeleceu em uma pequena casa no povoado, na qual permaneceu escondida, e com contato de sua mãe e seu pai. Além disso, ela temia que o exército lhe encontrasse: “O Exército tinha informações sobre minha gravidez, o que implicava em eu me manter escondida e garantir que ninguém percebesse enquanto eu estivesse grávida”.

No dia do parto, Elizabeth contou com o auxílio de uma parteira da comunidade. Esse apoio da comunidade local demonstra a interação entre as FARC e população local, que muitas vezes estabelecia vínculos com os combatentes. Questionada sobre aceitação do grupo sobre a continuidade da gravidez, Elizabeth relata que ouviu críticas do comandante da frente, que em reunião destacou que daquele momento em diante, em relação a gravidez de Elizabeth, nenhuma guerrilheira teria permissão para prosseguir com a gravidez e teriam que abortar, pois naquele grupo, outras seis mulheres já haviam engravidado em momentos diferentes. No entanto, ela apresenta que também havia afeto e solidariedade de outros companheiros, que lhe davam a mão e alertavam sobre algum caminho difícil, especialmente nas caminhadas durante a noite.

3.2 “Agora é hora de lutar para sobreviver, porque é como recomeçar do zero” - A vida pós assinatura do Acordo de Paz

Sobre as negociações de paz, Elizabeth pontua que elas foram contempladas, e que as mulheres em processo de reincorporação estão sendo representadas neste processo. Ademais, as ex-combatentes têm atuado também pela cobrança de prestações de conta sobre o processo de paz, para que leve em consideração as demandas das mulheres. Ela apresenta que esta trajetória tem sido desafiadora devido a cultura patriarcal presente, e que o Estado não tem implementado integralmente as medidas previstas nos pontos do acordo.

Temos mulheres que assinaram o acordo de paz como mães, chefes de família, viúvas e representantes da comunidade LGBT. Todo esse tema mostra a nossa diversidade e é por isso que enfatizamos a necessidade de abordá-lo de maneira diferenciada. Estamos falando sobre questões básicas, como a fome e as necessidades da comunidade (Elizabeth, 2022)

Nesse sentido, Elizabeth denuncia a falta de apoio do Estado para o desenvolvimento dos projetos produtivos que são importantes para o sustento dos ex-combatentes. Entre os problemas apresentados sobre os projetos estão: a falta de terra para o desenvolvimento dos projetos e não possuir a rota de comercialização. Embora no ETCR de Icononzo haja uma diversidade de projetos envolvendo piscicultura, criação de galinhas, confecção, cultivo de amora e pecuária, não há rota de comercialização, ou seja, não encontram compradores para os produtos produzidos por eles, logo, as perdas econômicas são inevitáveis. Por isso, ela reforça a necessidade que os países garantes e o fundo multi-doador destinado à paz avaliem as problemáticas envolvidas e forneçam mais apoio financeiros.

Os 8 milhões de pesos iniciais não são suficientes, pois são destinados principalmente para aquisição de materiais e infraestrutura. Mas, como podemos manter o projeto em funcionamento após essa etapa? Não temos uma forma sustentável de financiamento para o projeto. A maior parte dos recursos é esgotada na fase inicial, na compra de

máquinas, insumos e arrendamento. Isso significa que não há dinheiro suficiente disponível para manter o projeto a longo prazo e isso limita o seu desenvolvimento (Elizabeth, 2022).

Ela relata que foi dito para eles que entre 3 a 4 anos os projetos já seriam sustentáveis e eles poderiam viver de forma digna a partir deste tempo “essa foi a análise feita pelo governo em sua pressa de nos desarmar, mas isso não é verdade”. Após 6 anos da assinatura do Acordo, Elizabeth também reclama sobre a falta de uma moradia digna “eu pensava que nossa reincorporação começaria daí, tendo uma moradia digna, mas não a temos”.

No contexto das negociações, Jorlene apresenta que receberam dos superiores todas as orientações sobre o processo e que os documentos eram lidos durante as reuniões. No momento da transferência deles para o Espaços Territoriais, os ex-combatentes foram avisados de que deveriam chegar no ponto marcado, para que fossem levados para o ETCR, e havia dúvida e medo que acontecesse uma emboscada para eles.

Jorlene apresenta que a viagem do território onde estavam até chegar ao ETCR Antonio Narino, em Icononzo demorou cerca de 5 dias. Vieram em grupo de 50 pessoas em um ônibus, acompanhadas de caminhões grandes com muitos animais e madeira e quando chegaram ao ETCR não havia infraestrutura, pois havia estradas precárias e uma única casa por perto ocupada por uma senhora idosa. Desta forma, eles iniciaram a construção de abrigos, montando barracas como forma provisória de moradia e meses depois foram iniciadas as construções das casas.

Na vida pós-assinatura do Acordo, os projetos produtivos não apresentam resultados financeiros, e a questão agrária é apresentada como principal fator para o não desenvolvimento dos projetos. Ela ressalta a importância dos projetos coletivos organizados pelos ex-combatentes diante de um cenário de estigmas.

Pensamos muito nisso porque, como ex-combatentes, não podemos simplesmente trabalhar em outras empresas, pois sempre haverá o estigma: "Você era um ex-combatente, então você não pode trabalhar." Começa-se a pensar: "Bem, o que vou fazer? Sem trabalho, não posso me sustentar. Sabemos que nos ajudam com uma mensalidade até que consigamos nos estabelecer, mas também não podemos ficar pensando que nos darão isso para sempre (Jorlene, 2022).

Jorlene relata que sempre teve a consciência de que não seria um processo fácil, no qual o governo desse garantias de forma rápida e mais uma vez a falta de terra e moradia é apresentada como uma problemática.

Sabíamos que o governo não diria: ‘Aqui está tudo para você’, começando pelas terras, pois essa sempre foi uma luta, como por exemplo, a falta de moradias. Mesmo lá no ETCR não podemos construir em todos os lugares devido a restrições em zonas de risco (Jorlene, 2022).

Elizabeth relata que os ex-combatentes e seus familiares vivem em casas pré-fabricadas em péssimo estado, e as famílias compartilham banheiros. Ela ressalta que não são apenas as pessoas em processo de reincorporação que vivem nestes espaços, visto que o processo de reincorporação também envolve a reunificação familiar, logo as casas são compostas por filhos, mães, pais e outros familiares dos ex-combatentes.

Os problemas relacionados à infraestrutura dos espaços desde a chegada dos ex-combatentes, nas ZVTN (*Zonas Veredales Transitorias de Normalización*) havia atraso para a entrega de alimentos e a falta de serviços públicos, sendo estes os principais fatores para que eles começassem a dormir em barracas enquanto construíam. Já os ETCR se localizam em zonas distantes dos centros urbanos, com problemas de conexão, o que dificulta a venda e compra de produtos e insumos para o desenvolvimento dos projetos produtivos. Além disso, o material utilizado para a construção das moradias provoca calor e pouca ventilação. A água também não é potável, em grande parte dos ETCR (FIP, 2019).

Além deste problema, os ex-combatentes lidam com estigmas no âmbito institucional. Elizabeth apresenta que há dificuldades para procurar empregos ou prosseguir com os estudos. Ela aponta que nenhum dos reincorporados conseguiu ser contratado formalmente em empregos tradicionais, principalmente devido à exigência de experiência profissional que eles não possuem “Muitos têm habilidades e conhecimentos relevantes, mas não têm certificações para comprovar suas capacidades, o que limita suas oportunidades de emprego.” Logo, grande parte deles trabalham como agentes de escolta, contratados pelo Conselho Nacional de Reincorporação, ou trabalham com a agricultura.

Outra problemática diz respeito a segurança, Elizabeth destaca que há presença de grupos armados, como dissidências de grupos paramilitares. Embora seja mais presente no Sul de Tolima. O informe de pesquisa do Centro de Estudios Regionales apresenta que há uma dinâmica de confronto entre diversos grupos armados ilegais nas zonas de Cauca e Valle del Cauca, somada à influência exercida pelos cartéis mexicanos de drogas que almejam controlar a rota que se estende do Oeste ao Leste, atravessando o departamento de Tolima, está causando um impacto significativo na estabilidade da região. A competição entre esses atores armados ilegais é uma ameaça nas áreas rurais que fazem fronteira entre os departamentos de Cauca, Huila, Tolima e Valle del Cauca. Elizabeth relata que houve casos de ameaça nos arredores dos assentamentos, com pichações relacionadas a Autodefesas Unidas da Colômbia - AUC, e que essas ações foram comunicadas às autoridades competentes. Apesar dos problemas em torno da segurança, ela afirma o seu comprometimento com a paz (VILLARREAL; BALDIÓN, 2023).

Ana apresenta problemas significativos de segurança: o assassinato de ex-combatentes “este problema de segurança gera medo em todos, até hoje neste ETCR Héctor Ramírez nada aconteceu, mas tememos que isso aconteça, e agora há atentados contra os líderes e isso é preocupante”. A violência contra ex-combatentes continua sendo a principal ameaça à sua reincorporação à sociedade civil (FIP, 2019). O informe trimestral de 2021 da Missão de Verificação das Nações Unidas, mostra que do período de 25 de setembro a 27 de dezembro de 2021 ocorreram 303 assassinatos de ex-combatentes, dos quais 10 eram mulheres. Dentre esses crimes 10 ocorreram durante o período analisado neste relatório, incluindo o caso de María Muñoz, uma ex-combatente indígena da região de Cauca. O relatório também destaca que a violência direcionada a líderes sociais, ex-combatentes e comunidades concentrou-se principalmente em 30 municípios, muitos dos quais foram prioritários para a implementação do Acordo (ONU, 2022).

Imagem 2 - Não deixamos a guerra para morrer construindo paz



Fonte: Surcando Caminos, 2021²⁹

Danelly relata que como mulher reincorporada as dificuldades envolvem necessidades básicas diárias e uma sensação de insatisfação sobre os descumprimentos do Acordo de Paz.

²⁹Campeños e signatários da paz das regiões sul de Meta e Guaviare marcharam de diferentes localidades até a capital do Meta. Lá, suas demandas ecoaram: implementação do Acordo de Paz, proteção à vida, suspensão da Operação Artemisa, entre outras (SURCANDO CAMINOS, 2021, tradução própria).

Agora é hora de lutar para sobreviver, porque na guerrilha eles nos davam comida [...] nos davam roupas, nos davam roupas íntimas, nos davam de tudo... agora precisamos trabalhar duro para obtê-los e, então, é uma grande dificuldade, porque é como recomeçar do zero [...] saímos bem, até começamos a comprar roupas, é como renascer, então não é fácil e não tem sido fácil, e também não será fácil, e com tantos descumprimentos dos diálogos é ainda mais difícil (Danelly, 2022)

Embora receba uma renda básica do governo, tem buscado alternativas para melhoria financeira, assim costura esteiras e bolsas para o coletivo e as vende, mas recebe muito pouco pelo serviço. A habilidade de costura foi desenvolvida nas FARC, pois lá Danelly precisava ajustar as roupas que ficavam muito grandes, as pequenas bolsas para levar a munição. Para ela o momento da entrega das armas foi difícil, é uma atitude quase impossível de ser feita “Na guerrilha a arma é a vida da pessoa”. Logo, não ter uma arma era sinônimo de insegurança “Agora, a gente já se acostumou a não tê-la, mas pensávamos sobre esses rifles que carregamos por tantos anos, aquela pistola tão bonita, em perfeito estado, que nos deram com tanto carinho”.

Danelly expõe que pensava que este acordo de paz não aconteceria, devido às tentativas frustradas de diálogos anteriores “Há muitas dificuldades e agora muitos combatentes sendo assassinados, e tudo isso também deixa pensativa... porque eu esperava que todos nós tivéssemos mais ou menos como viver, e agora o que nos resta é trabalhar duro para conseguir como sobreviver”.

É difícil! mas apesar disso, estamos aqui apostando na paz e nesse processo. Estamos vendo qual é a vontade do governo para cumprir essas promessas, porque os acordos abordam temas como moradia e projetos produtivos sustentáveis, que poderiam nos sustentar no futuro. No entanto, até o momento, não vimos isso acontecer e é por isso que criamos a cooperativa, para ver se conseguimos obter alguns recursos para sustentar nossas famílias. (Ana, 2022)

Danelly recorda do momento em armas, mas ressalta seu desejo por uma Colômbia mais pacífica e destaca as dificuldades em acabar com os diversos grupos armados existentes no país. Destaca que é necessário oportunidades ofertadas pelo Estado. Para o seu próprio futuro ela deseja uma casa, para que não precise mudar por não conseguir pagar o aluguel. Apresenta desejos também para si e para sua comunidade, meio de subsistência em seu município, para que não precise migrar por não ter um emprego. Vivian³⁰, do ETCR Antonio Nariño, em Icononzo, diz “aqui não há muitas oportunidades de emprego [...] Então, eles buscaram oportunidades em outros lugares para poder trabalhar”. Em 2017, 55% dos ex-combatentes já

³⁰ Entrevista concedida à autora em 15 de outubro de 2022. O nome da entrevistada foi substituído por um pseudônimo a fim de manter os critérios de anonimato.

havam abandonado os ETCR, de acordo com o chefe da missão política da ONU, na Colômbia, Jean Arnaut (EL PAÍS, 2017)³¹.

26% dos ex-combatentes residem nos ETCR, que continuam sendo os principais espaços para o desenvolvimento de iniciativas e projetos coletivos. De acordo com o trabalho de campo realizado pela FIP, uma porcentagem significativa dos ex-integrantes das FARC não reside nesses espaços, mas mantém sua conexão com os ETCR, que também funcionam como pontos de encontro e de articulação. (FIP 2019, p.24, tradução própria).

Quadro 3 - Inseguranças das ex-combatentes no contexto pós-assinatura do Acordo

Dimensão da Segurança	Ameaças relatadas pelas Farianas
Individual	Insegurança por entregar as armas Medo de perseguição Medo de assassinato
Comunitária	Dificuldade em dar continuidade aos estudos Estigmas sociais (relacionados à contratação de empregos formais) Estigmas de gênero (relacionado a possibilidade de serem vistas como mulheres vítimas de violência sexual)
Econômica	Desemprego Desvalorização dos projetos produtivos Falta de acesso à terra Falta de moradia com infraestrutura Necessidade de migrar para um lugar com mais oportunidades econômicas
Político	· Estigmas institucional ARN Descumprimento do Acordo Pouca visibilidade para a liderança política Farina

Fonte: Elaboração da autora³²

Galtung (1969) aponta que a violência pode se manifestar em diferentes níveis: direto, estrutural, cultural e/ou institucional. Nesse contexto, as ameaças mencionadas no quadro acima

³¹ EL PAÍS. El 55% de los exguerrilleros de las Farc han abandonado las zonas veredales, dice la ONU. Disponível: <https://www.elpais.com.co/proceso-de-paz/el-55-de-los-exguerrilleros-de-las-farc-han-abandonado-las-zonas-veredales-dice-la-onu.html>.

³² Elaborado com base nas entrevistas realizadas e na adaptação do quadro Dimensões de Segurança Humana, em Nobre (2016, p.30). O autor apresenta que a amplitude do conceito de Segurança Humana possibilita que aqueles que adotam tal perspectiva possam determinar os elementos de sua análise que devem ser incorporados.

(Quadro 2) apontam para a persistência da violência direta, que coloca em risco a vida das Farianas. Além disso, observa-se a presença marcante da violência cultural, que se traduz em obstáculos para a continuidade dos estudos, estigmatização social (associada à busca por empregos formais) e estigmatização de gênero (vinculada à possibilidade de serem vistas como vítimas de violência sexual). Esses exemplos refletem a violência cultural como a raiz que sustenta outras formas de violência, legitimando e justificando tais abusos. De maneira mais específica, esses desafios revelam a persistência de uma violência cultural de gênero, enraizada no imaginário social que ainda as identifica e as inferioriza por serem mulheres que pertenceram a um grupo armado.

Apesar deste contexto, Elizabeth ressalta que as Farianas buscarão transmitir os valores e as ideias para as gerações futuras, com o objetivo de proporcionar igualdade de oportunidades e garantias para que todos possam viver uma vida digna. Dessa forma, ela espera que os desafios da vida não levem para o caminho destrutivo da guerra e das armas, e apostem na paz. Ana espera para um futuro próximo mais segurança para os ex-combatentes, sua comunidade e para as mulheres em processo de reincorporação direitos básicos: moradia, saúde, educação, que elas possam se manter firmes e levarem seus projetos sociais adiante. Jorlene expõe que as mulheres Farianas pensaram em como poderiam se organizar em prol de mais garantias para elas mesmas e para sua comunidade, por isso criaram uma associação formada por ex-combatentes, assim como um comitê de gênero no ETCR.

3.3 *“Eu quero estar viva, livre e sem medo”*

Valentina³³ foi combatente das FARC por 25 anos, nasceu em Boyacá, é mãe e foi prisioneira política por 6 anos e meio, presa nos anos 90 e em 2005. Em seu tempo em cárcere estudou Comunicação Social, e saindo da prisão se especializou em Pedagogia e fez um Mestrado em Estudos de Gênero. Relata que veio do interior para trabalhar em Bogotá, e que sonhava em ir para cidade para trabalhar e estudar, mas foi violentada sexualmente por um homem que trabalhava com ela. Ela entende que este foi umas das principais razões que fizeram que ela se radicalizasse. Somado a isto, sua família de ambulantes que lhe receberam em casa enfrentou restrições cada vez maiores, com proibição de venda nas ruas e o confisco de mercadorias.

³³ Entrevista concedida à autora em 19 de outubro de 2022. O nome da entrevistada foi substituído por um pseudônimo a fim de manter os critérios de anonimato.

O momento mais definidor para o seu ingresso na vida guerrilheira, foi quando seus companheiros da época da União Patriótica (UP) começaram a ser assassinados. Diferente das demais ex-combatentes entrevistadas, Valentina ingressou em uma estrutura urbana e não rural. Embora ela mesma destaque que toda escola de formação aconteça na ruralidade. Logo, a violência vivenciada pelos seus companheiros e familiares da UP, aliada a seus ideais políticos a levaram para busca de um projeto revolucionário, como membro das FARC. Sua irmã³⁴ relata que a família pensou por muitos anos que Valentina havia morrido, pois ficou anos sem dar notícias. Só descobriu que ela estava viva quando sua irmã foi capturada pela polícia, e passou na televisão, e que por conta disso tiveram que se mudar da cidade, pois se sentiram hostilizados pelos moradores.

Valentina expõe que a realidade da violência e da morte é algo que pesa em sua consciência e enfatiza que é extremamente difícil testemunhar a morte ou participar de ações que resultam no falecimento de pessoas. “Em meu âmago e interior, eu dizia a mim mesma: Não é possível, infelizmente é uma tarefa árdua, mas temos que fazê-la. Essa é a aposta política a médio e longo prazo em prol de um modelo de sociedade diferente”. Este relato demonstra a cultura de violência presente no país naquele contexto, no qual se acreditava que a única forma de obtenção de resultados políticos seria através do uso da força.

A morte dos próprios companheiros durante o conflito era tratada de forma distinta, pois não havia como sentir o próprio luto, visto que é preciso continuar salvando a própria vida e tentando salvar a de outros companheiros. Outro momento difícil lembrando por ela foi o momento em que ela foi capturada por homens que diziam ser paramilitares “Eles me colocaram em uma caminhonete, com as mãos amarradas atrás e uma sacola na cabeça e eles diziam que eram paramilitares, e eu sabia o que isso significava. Eles praticavam desmembramentos, torturas, e assim por diante”.

Ela relata o momento de tortura psicológica, no qual os sequestradores utilizavam-se de estratégias para tentar vulnerabilizá-la para que ela entregasse informações sobre outros guerrilheiros, mencionando o nome de sua família, como sobrinhos e irmãos. Ela dizia a si mesma “Deus, se você existe, por favor, me ajude! Porque eu tenho que proteger a vida dos meus companheiros”. Ela apresenta que sentiu a necessidade de se fortalecer naquele momento, durante as 3 horas que ficou detida, com uma sacola na cabeça, sem saber a identidade dos sequestradores.

Posteriormente ela foi apresentada pelos membros da DIJIN - División de Investigación

Criminal y Capturas de la Policía Nacional, e os homens foram identificados como policiais. Assim, ela confrontou a fiscal responsável, lembrando-a da sua responsabilidade em defender os direitos humanos e direito internacional humanitário. Embora não tivesse evidências físicas da violência sofrida, ela foi levada para o Instituto de Medicina Legal para avaliação. Ela menciona que suas companheiras também foram vítimas de tortura, muitas delas sofrendo agressões físicas e afirma que há diferenças nas detenções de homens e mulheres, havendo um ódio maior direcionado às mulheres guerrilheiras.

Em documentos da subcomissão de gênero de 2015, ao tratarem sobre a temática da violência de gênero, as Farianas afirmam que as guerrilheiras ao serem capturadas em combate ou em operações policiais são submetidas a maus-tratos, incluindo tortura. Elas pedem para que as organizações de mulheres se interessem pelas situações de mulheres presas nas prisões do país, e apelam para que as autoridades cessem tais práticas de violência.

Valentina destaca a decepção sobre as tentativas de negociação com o governo. Nas conclusões das assembleias nacionais da guerrilha mostrava-se o rompimento com os diálogos, por parte do governo, que persistiu com uma lógica militarista e com a implementação de um modelo neoliberal econômico, que alimentava a guerra, o capital estrangeiro e o paramilitarismo, ela argumenta. Elizabeth também relata sua decepção em relação ao governo colombiano “O governo colombiano sempre foi muito hipócrita e nunca cumpriu com o que prometeu”.

[...] todos os políticos falam bonito, mas quando a realidade chega, fica difícil acreditar, não é? Até vemos com nossos próprios olhos, não podemos dizer "sim, agora temos um presidente que realmente pode ajudar as pessoas e resolver os problemas" (Jorlene, 2022).

Um documento fundamental mencionado por Valentina é: a plataforma de 10 pontos para um governo de transição. A ex-guerrilheira destaca que este documento mostrava, que mesmo sendo insurgente e armada as FARC sempre buscaram uma solução política para o conflito. No entanto, enquanto essa solução negociada não se concretizasse, a organização se via obrigada a continuar na guerra. Além disso, este documento se mostrava como um plano estratégico em como avançar por uma opção diferente da guerra.

[..] Quando o processo [negociações de paz] estava em andamento, sempre torci para que desse certo, porque houve muitos processos anteriores em que não acreditava que fossem funcionar. Diziam que isso não iria acontecer, mas quando vi que as coisas estavam realmente acontecendo, pensei que tudo iria mudar para melhor (Danelly, 2022).

Para Valentina, as FARC foram resultado da construção de um inimigo interno, que era funcional para o Estado pois alimentava e intensificava a própria guerra, por meio da doutrina de Segurança Nacional.

De onde vinham as armas? Algumas eram artesanais, feitas localmente, mas a maioria delas vinha do exterior ou eram vendidas por eles mesmos... Essa é a explicação para entender como esse setor do capital e esse modo de operação sempre se beneficiaram da guerra (VALENTINA, 2022).

Ela critica a atribuição de apenas um lado (FARC) seja estigmatizado como maléfico e perverso. Diante da diversidade de atores incluídos na dinâmica do conflito, principalmente os próprios financiadores da guerra. Ressalta que ninguém estará disposto a contar sua verdade se não houver garantias que possibilite a reconstrução de suas vidas de maneira mais ampla. Por isso, reconhece a importância do Acordo de Paz firmado em 2016, uma vez que a eliminação mútua não era viável e a insurgência não conseguiu chegar ao poder pelas armas. Logo, a mesa de diálogo tornou-se uma opção para uma resolução pacífica “é uma oportunidade de eliminar o "troféu" da guerra, buscando uma transformação da sociedade que não se baseie na violência e no confronto armado.”

Ela também apresenta sua visão histórica sobre o contexto de surgimento das FARC, que é quando o governo de León Valencia, optou pelo extermínio das “Repúblicas independentes”, composta por famílias campesinas. Assim, 48 famílias tiveram que fugir de Tolima para sobreviver encontram-se com grupos guerrilheiros incipientes, que eram comunistas, entendem que a autodefesa poderia ser militar. Relata que quando Jacobo Arenas, um dos fundadores das FARC, chega às áreas rurais encontra um processo em andamento entre as famílias que tiveram que fugir de Tolima, as poucas guerrilhas comunistas e os sobreviventes da guerra entre liberais e conservadores.

Isso não surgiu da noite para o dia. É produto de um processo do conflito social interno que o país vive desde muito tempo atrás, porque a guerra entre liberais e conservadores, que eram as elites, foi o que fez com que as famílias se matassem no campo. Você é vermelho e eles são azuis (VALENTINA, 2022).

Sobre a entrada nas FARC, ela apresenta como uma primeira dificuldade o momento em que precisa se livrar de uma construção feminina da guerra, como: fraca e frágil. Foi um momento que ela teve que pensar “agora eu tenho que ser forte e posso”. Diz ter encontrado motivação porque estava cercada de pessoas humildes e com um nível de formação política mais elevado do que o dela, e apresenta que o trabalho em equipe enquanto ela estava envolvida consistia em buscar ser o melhor, que embora houvesse rivalidade, tudo era voltado para o trabalho em equipe.

Quando as ex combatentes chegaram em Icononzo - Tolima, reativaram associações locais, como a ASOGEPAZ, e ajudou as mulheres locais a se direcionarem para debates feministas, relata Valentina, que apresenta que inicialmente essas associações eram bastante religiosas, mas elas incentivaram uma reflexão sobre o corpo feminino e direitos sexuais e reprodutivos. Valentina apresenta que nem todas as mulheres rurais aceitaram a participação das ex-combatentes imediatamente, mas que ao compartilharem experiências, às resistências foram quebradas, que possibilitou a construção coletiva, através do diálogo entre as mulheres rurais e ex-combatentes para elaboração de políticas públicas de equidade de gênero.

Se as instituições, políticas públicas e orçamentos não chegarem às áreas mais necessitadas e marginalizadas do país, veremos essa história se repetir. Isso seria completamente sem sentido. Portanto, temos a responsabilidade de agir, literalmente, porque o tempo está contra nós. Devemos impulsionar nossos projetos coletivos, garantir o progresso de nossas famílias e, ao mesmo tempo, desempenhar um papel político ativo (Valentina, 2022).

Imagem 3 - Prevenção às violências baseadas em Gênero



Fonte: Surcando Caminos, 2023³⁵

Além disso, ela apresenta que foram realizadas visitas a zonas de agrupamento para explicarem às mulheres do campo sobre violência de gênero. Valentina destaca que no 12

³⁵ Este adesivo chega às mãos daqueles que compram uma saia confeccionada pelas ex-guerrilheiras do Centro Poblado. Através do seu projeto, chamado Hilos de Paz, as mulheres que assinaram o acordo de paz transformaram a alfaiataria em uma expressão das suas causas: autonomia econômica, irmandade e prevenção de violências baseadas em gênero. (SURCANDO CAMINOS, 2023, tradução própria). Disponível em: <https://www.surcandocaminosdepaz.com>

plenária das FARC, em 2015, quando ainda estavam em armas ficou definido que a organização é anticlassista, anticapitalista e antipatriarcal, sendo para ela este o período em que se passou a reconhecer e valorizar o papel das mulheres na organização. Apresenta que a escola de formação das FARC foi fundamental para a promoção da autonomia e em avanços de direitos sexuais, reprodutivos e políticos.

Embora as mulheres em posição de liderança na história das FARC não fossem a maioria, atualmente é cada vez mais visível a liderança das mulheres no processo de reincorporação, ela comenta. A líder social, Rosaura afirma que em Icononzo está se construindo um tecido social que a Colômbia necessita, pois não foram estabelecidas barreiras, nem pela comunidade em relação aos ex-combatentes nem por eles em relação à comunidade “Ao contrário de outros lugares onde ainda existem certas tensões, aqui não se percebe”.

Imagem 4: Abraçando a Paz - 2016³⁶



Fonte: Surcando Caminos, 2016

Ao longo dos últimos seis anos (2016-2022) as mulheres em processo de reincorporação têm atuado para a construção da paz, apesar dos descumprimentos por parte do Estado. No entanto, Valentina acredita que um ponto de virada já ocorreu na história da organização e ela

³⁶ Entre abraços e sorrisos, recebemos aqueles que vinham de Havana. A pedagogia interna nos permitiu deliberar sobre a opção que mudaria nossas vidas. Na X Conferência, em um ato democrático, decidimos: Assinamos o acordo de paz! (Surcando Caminos, 2016, tradução própria). Disponível em: <https://www.surcandocaminosdepaz.com>.

espera que sociedade reconheça essa mudança, para que erros do passado não sejam repetidos. Expressa sua preocupação em relação à distribuição de recursos e dos serviços sociais, destacando que é imprescindível que eles alcancem as populações marginalizadas do país. Estes relatos lançam luz sobre as dimensões humanas do conflito colombiano e os caminhos de construção da paz com uma perspectiva feminista. As narrativas se traduzem em aprendizados profundos que emergiram das experiências vividas dentro das FARC, os quais desempenham um papel importante na trajetória das mulheres ex-combatentes rumo à reconciliação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A entrada das mulheres nas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia - FARC representou não apenas um desafio às normas tradicionais de gênero, mas também uma transformação em sua função como agentes em oposição ao silenciamento político historicamente colocado às mulheres. Dentro desse contexto, fica evidente a complexa multiplicidade de papéis desempenhados pelas mulheres em processo de reincorporação, que transitaram entre vítimas, agressoras e construtoras de paz. Destacamos que estes papéis não são estáticos e refletem a dinâmica do conflito armado colombiano.

O impacto do conflito na vida dessas mulheres não pode ser subestimado. Diante de um contexto de insegurança, a precariedade econômica, a violência sexual, a falta de acesso à educação, violência estatal, a proximidade com o grupo guerrilheiro nas zonas rurais foram motivações apresentadas pelas entrevistadas para ingressarem no grupo armado. Mas destacamos que a trajetórias de mulheres combatentes também inclui o recrutamento forçado de meninas. A interação entre socialização e violência no grupo armado oferece uma compreensão mais profunda das influências que moldam a experiência das mulheres combatentes, que envolvem várias violências de gênero, como o controle reprodutivo, estupro e abortos forçados. Tais violências refletem o machismo estrutural da sociedade colombiana, mas em estrutura guerrilheira, militar e hierárquica, com sanções violentas aos descumprimentos de ordens.

Ressaltamos que as 7 ex-combatentes entrevistadas perceberam as FARC como um lugar de igualdade, embora três delas tenham relatado o controle da maternidade como uma problemática. No entanto, também é justificado por elas, partindo de uma visão de que não era possível cuidar de uma criança durante uma confrontação. Além disso, apresentam um entendimento que manutenção da estrutura e da ordem do grupo eram a prioridade para a própria coesão da guerrilha. Um pensamento que é fruto da instrução militar que receberam ao longo das trajetórias em armas.

Nos discursos das ex-combatentes, tanto das entrevistadas como nos outros relatos coletados, indicam que estava tentativa de desvincular a imagem do grupo a violência de gênero, ocorre por duas razões, uma ligada a coletividade do grupo e outra ligada ao aspecto individual: 1) proteção da imagem das FARC e 2) medo de ser estigmatizada como vítima de violência sexual. Nos diálogos de paz de 2013 - 2016 as Farcianas discutiram os 6 principais temas: 1) Machismo dentro das FARC; 2) Participação Popular; 3) Crítica ao Estado; 4) Compromisso com os diálogos de paz e 5) Críticas à campanhas difamatórias; 6) Igualdade de gênero dentro das FARC. Parte destes documentos reafirmam que dentro das FARC não há

violência contra as mulheres e nenhum tipo de discriminação. Mas também se observa uma alternância de posicionamentos e em alguns momentos reconhecem que embora não tenham sofrido, há violência dentro do grupo.

Victoria Sandino, representante das FARC, da subcomissão de Gênero, negava os comportamentos discriminatórios ou práticas violentas contra as companheiras (os) e contra a população civil, afirmando: “é um absurdo pensar que tenhamos adquirido consciência revolucionária antipatriarcal e íamos deixar nos maltratar ou permitir que se maltrate qualquer pessoa nas filas ou fora delas” (QUIJANO; ARBOLEDA, 2016, p.124). Todavia, em 2020 reconheceu os atos de violência sexual dentro das FARC.

Reconheço que esses fatos apareceram na organização, não os conheço a fundo, mas devem ter aparecido, e tenho certeza de que apareceram porque estávamos no contexto do conflito e eles tinham armas, eram machos e homens patriarcais (EL ESPECTADOR, 2020).

Por outro lado, todas as ex-combatentes entrevistadas afirmam que, dentro das fileiras das FARC, foi compartilhado um senso de coletividade e uma compreensão mais profunda da realidade sociopolítica do país. Esse entendimento evoluiu para a identificação delas como agentes ativos na transformação social, refletido em um compromisso com a busca pela paz. Também reconhecemos o caráter político do grupo, por meio da continuidade deste por uma via pacífica após Assinatura do Acordo de Paz.

Um elemento que emerge dos relatos é a concepção das FARC como uma "universidade da vida", que aparece em relatos de entrevistas. Logo, a concepção da “Vida Escola Fariana” oferece uma lente importante para entender como a experiência dentro do grupo armado moldou a perspectiva política dessas mulheres. Esse conceito reflete a maneira pela qual as ex-combatentes visualizaram seu tempo nas FARC como um período de formação educacional abrangente, onde adquiriram conhecimentos que vão além das operações militares. Deste modo, o feminismo insurgente indica um desdobramento destas aprendizagens ideológicas, orientadas por uma perspectiva de equidade para as mulheres.

O Feminismo Insurgente mostra-se como uma conexão entre os objetivos das mulheres vinculadas às FARC e o próprio cenário dos diálogos de paz. Através disso, observamos como os objetivos se entrelaçam com os temas discutidos por essas mulheres durante as negociações de paz, e divergem de uma perspectiva com os modelos convencionais de Desarme, Desmobilização e Reintegração (DDR), que frequentemente negligenciam a dimensão política e coletiva, por isso mostramos a visão das mulheres das FARC nos diálogos de paz e no processo de reincorporação, em andamento. Tanto as mulheres que participaram diretamente das mesas de diálogo, quanto as que foram por elas representadas apresentam a necessidade de

uma participação ativa na sociedade colombiana.

O posicionamento “Nosso acordo é coletivo e não individual” que aparece no discurso da ex-combatente Valentina, também é a reafirmado pelas demais, quando reforçam seu compromisso com a paz, mesmo diante das decepções os compromissos não garantidos pelo Estado, principalmente no que diz respeito a implementação da Reforma Rural Integral, prevista no Acordo de Paz. As mulheres reclamam da falta de investimentos nos projetos produtivos e agrícolas desenvolvidos e da falta de uma terra própria para plantar.

Retratam a falta de investimento em seus projetos, que dependem de financiamentos internacionais, visto que a do próprio estado não chega. O recurso financeiro é um elemento que é destacado por todas as entrevistadas, como é apresentado por Vivian “a maioria dos financiamentos dos projetos é internacional, aqui não é possível dizer que os projetos produtivos foram financiados pelo Governo colombiano”. Para além da pesquisa científica, incentiva-se que busquem apoiar as mulheres para um maior segurança econômica, auxiliando-as no desenvolvimento no desenvolvimento dos projetos produtivos, e nas vendas dos produtos que são produzidos por elas.

As mulheres reforçam que suas demandas não são voltadas para privilégios próprios, mas sim para o sustento de suas famílias e para o desenvolvimento da população das veredas em que vivem. Neste trabalho foi identificado problemas enfrentados pelos ex-combatentes na vida após assinatura do Acordo. A falta de comprometimento com os termos do acordo, a ausência de segurança, a escassez de recursos, a busca por terra e moradia, juntamente com os estigmas institucionais, são desafios recorrentes. Esses desafios afetam o processo de reincorporação e reforçam a necessidade do Estado em atuar, com base nas propostas do Acordo.

O trabalho também contribui para mostrar a participação das Farianas nas mesas dos diálogos de paz quanto às ideias profundamente enraizadas na ideologia fundadora das FARC. Essas ideias abarcam desde a reforma rural até as transformações estruturais do aparato estatal. Mostramos que o modelo de sociedade justa pensado pelas as Farianas, inclui uma dimensão das bases populares, e um olhar para as necessidades da mulher campesina. Reafirmando a característica “anticlassista, antipatriarcal e antineoliberal” das FARC, que é reafirmada pelo Feminismo Insurgente.

É preciso aprofundar em futuros trabalhos de que forma as Farianas e outras feministas e líderes sociais trabalham em conjunto, buscando uma compreensão da formação de redes para a construção de paz no país. Também incentivamos trabalhos que aprofundem o entendimento sobre a formação de projetos comunitários e sobre a percepção da comunidade local sobre os

ex-combatentes, que busquem entender de que forma tal comunidade caminha para a reconciliação, para que estas não sejam ainda estigmatizadas como inimigas da sociedade. Notamos que em Icononzo há vínculos em termos de formação, organização e debates sobre gênero, e educação popular sendo desenvolvidas pelas Farianas em conjunto com as lideranças sociais da cidade de Icononzo – Tolima. Embora estes pontos não tenham sido desenvolvidos no trabalho, devido a limitações de estudos.

O discurso dos indivíduos são elementos fundamentais no processo de formulação de demandas e soluções, e precisa estar aberto para negociação, debate e contestação, no contexto político. Dessa forma é possível pensar o campo Segurança Internacional como uma arena, na qual se pode promover a autonomia dos indivíduos ou criar restrições para marginalizá-los (XAVIER, 2010). A ressignificação do papel da mulher na sociedade pós-Acordo de paz e a busca por uma participação mais ativa em todos os aspectos da vida social e política são legados importantes das experiências das ex-combatentes.

As mulheres entrevistadas reforçam a necessidade de uma vida digna, com possibilidades de sustento e sem medo de perder a vida. Destacamos a necessidade de que as problemáticas apresentadas por estas mulheres não recaiam a um esquecimento e ao silenciamento, mas que sejam debatidas e repensadas em diversos âmbitos sociais.

Portanto, os relatos das ex-combatentes oferecem um olhar humano sobre a complexa teia de experiências que moldaram o conflito no país. Suas histórias destacam não apenas os desafios, mas também as lições aprendidas e os compromissos forjados ao longo tempo. Essas narrativas individuais se uniram para formar um quadro mais completo de busca pela paz, das conquistas e desafios das Farianas em um cenário em constante transformação. Por fim, realçamos que o reconhecimento das narrativas de mulheres em cenários conflituosos, não apenas enriquece o campo acadêmico de Segurança Internacional, mas também possibilita a construção de um futuro mais equitativo e justo para as mulheres.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. 64 p.

AZKU, Irantzu Mendia. Aporte sobre el activismo de las mujeres por la paz. **Cuadernos de Trabajo**, Lan koadernoak, working papers, p.1-24, 2009.

ARANGO, Carlos. **FARC: Veinte años. De Marquetalia a La Uribe**. Ediciones Aurora. Universidade do Texas, 1984.

ARIÑO, Maria. **La participación de las mujeres en los procesos de paz las otras mesas**. Institut Català Internacional per la Pau, Barcelona, Maio, 2010.

ARN. **Ruta de Reincorporación**. Disponível em: <https://www.reincorporacion.gov.co/es/reincorporacion/Paginas/Ruta-de-reincorporacion.aspx> Acesso em: 17 Jun, 2023.

ARN. **Soy Mujer Somos Cambio - Anuário 2020**. Disponível em: https://www.reincorporacion.gov.co/es/sala-de-prensa/SiteAssets/Anuarios/anuario_2020.pdf.
ARRIETA, Laura; ARENAS, Natalia. El Encuentro con las FARC a los ojos de las Víctimas, 2014. Disponível: <https://www.lasillavacia.com/historias/silla-nacional/el-encuentro-con-las-farc-a-los-ojos-de-las-victimas>. Acesso em: 17 Jun, 2023.

AUSSEL, Chritiane; ECHAVARRÍA, Gracilliana; PEREZ, Isabel. Haciendo Memoria y Dejando Rastros: Encuentros con Mujeres Excombatientes del Nororiente de Colombia. **Fundación Mujer y Futuro**, v1, Colômbia, 2004.

AVOINE, Priscyll. “¿Un feminismo à la fariana? El continuum de la militancia en el posacuerdo de paz en Colombia”. Colombia Internacional 115: 139-173. Disponível em: <https://doi.org/10.7440/colombiaint115.2023.06>. Acesso em 08/08/2023.

AZKU, Irantzu Mendia. Aporte sobre el activismo de las mujeres por la paz. **Cuadernos de Trabajo**, Lan koadernoak, working papers, p.1-24, 2009.

BARTH, Elise. **Peace as Disappointment. The Reintegration of Female Soldiers in a Comparative Study from Africa**. International Peace Research Institute, Oslo (PRIO), agosto, 2002.

BELL, Chritine.; O’ROURKE, Catherine.; MATZNER, Sissela. **A chronology of Colombian Peace Processes and Peace Agreements (PSRP Briefing Paper No. 1)**. Global Justice Academy, University of Edinburgh, 2015.

BERMÚDEZ, Andrés Liévano. **Los debates de la Habana: Una mirada desde adentro**. Bogotá: Fondo de Capital Humano para la Transición Colombiana, Instituto para las Transiciones Integrales (IFIT). Bogotá, 2018.

BOHÓRQUEZ, Rosa. **Mujeres Farianas: Ordem Institucional y Relaciones de Género (1998-2016)**. Dissertação de Mestrado em Estudos Políticos. Universidade Nacional de Colômbia, Instituto de Estudos Políticos e Relações Internacionais, Bogotá, 2018.

BOUVIER, Virginia. **Gender and the Role of Women in Colombia's Peace Process**. Nova York: ONU Mulheres, 2016.

BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. **A evolução dos Estudos de Segurança Internacional**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

CASTRILLÓN, Gloria Y. ¿Víctimas o victimarias? El rol de las mujeres en las FARC. Una aproximación desde la teoría de género. **Revista Opera**, n. 16, p. 77-95, 2015.

CASTRO, André Duhan. **A Crise na Colômbia: Impactos e Implicações para o Brasil**. Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, 2009, 152 p.

CENTRO NACIONAL DE MEMÓRIA HISTÓRICA. **Guerrilla y población civil. Trayectoria de las FARC 1949-2013**. Tercera edición. Bogotá: CNMH, 2014.

_____. GRUPO DE MEMORIA HISTÓRICA. **¡BASTA YA! Colombia: Memorias de guerra y dignidad**. Bogotá: Imprenta Nacional, 2013.

CÉSPEDES-BÁEZ, Lina M. A (Feminist) Farewell to Arms: The Impact of the Peace Process with the FARC-EP on Colombian Feminism. **Cornell International Law Journal**, v. 52, n. 1, p. 39-64, 2019.

CIDH-OEA, Comisión Interamericana de Derechos Humanos - Organización de Los Estados Americanos. **Las Mujeres Frente a La Violencia y la Discriminación Derivadas del Conflicto Armado en Colombia**, Washington DC, 2006.

COCKBURN, Cynthia. **Gender, Armed Conflict and Political Violence**. In: The World Bank, Washington DC, 1999.

COLÔMBIA. **Acuerdo Final para la Terminación del Conflicto y la Construcción de una paz estable duradera**. Bogotá, nov 2016

_____. **Palabras de Maria Paulina Riveros Instalación de la Sucomisión de Genero**, La Habana, sep, 2014. Disponible em: <https://bapp.com.co/documento/palabras-de-maria-paulina-riveros-instalacion-de-la-subcomision-de-genero/>. Acesso em 13/07/2022

COMISSÃO DA VERDADE. **No Es Un Mal Menor**. Disponible em: <https://www.comisiondelaverdad.co/no-es-un-mal-menor>, 2022 a. Acesso em 16/07/2023

COMISSÃO DA VERDADE. **Mi Cuerpo Es La Verdad**. Disponible em: <https://www.comisiondelaverdad.co/hay-futuro-si-hay-verdad>, 2022 b. Acesso em 16/07/2023

_____. **Antes de Sermos Guerrilleras fuimos Mujeres Arrebetadas del Seno de Nuestras Familias**. 2019. Disponible em: <https://comisiondelaverdad.co/actualidad/noticias/antes-de-ser-guerrilleras-fuimos-mujeres-arrebatadas-del-seno-de-nuestras-familias>. Acesso em 13/07/2022

CORPORACIÓN UNIFICADA NACIONAL DE EDUCACIÓN SUPERIOR - CUN. **La paz y sus mujeres. Lucha social, reconstrucción comunitaria y empoderamiento del perdón**. 1ª edição. Bogotá, Colômbia, 2022

COSTA, Grazielle. **Entre “guerreiros justos” e “almas belas”- proteção, poder e resistência política nos discursos e nas práticas das mulheres colombianas organizadas pela paz**. Tese (Doutorado em Relações Internacionais). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

CRISIS GROUP. Otra forma de lucha: defendiendo la paz con las FARC. **Informe sobre América Latina**, n 92, 2021.

DIETRICH, Luisa María. 2014. “La ‘compañera política’: mujeres militantes y espacios de ‘agencia’ en insurgencias latinoamericanas”. **Colombia Internacional**, 80: 83-133. Disponível em: <https://doi.org/10.7440/colombiaint80.2014.04>. Acesso em 29/05/2023.

EL ESPECTADOR. **Victoria Sandino reconoce hechos de violencia sexual dentro de las FARC**, 2020. Disponível em: <https://www.elespectador.com/politica/victoria-sandino-reconoce-hechos-de-violencia-sexual-dentro-de-las-farc-article/>. Acesso em: 29 abril 2023.

FERNANDES, Vivian; CHAGAS, Rodrigo. **Senadora colombiana fala sobre o novo desafio das FARC, agora como partido político**, 2019. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/58589/senadora-colombiana-fala-sobre-novo-desafio-das-farc-agora-como-partido-politico>. Acesso em: 22 maio, 2021.

FUNDACIÓN IDEA POR LA PAZ – FIP. **Las trayectorias de la reincorporación y la seguridad de los excombatientes de las FARC**, Bogotá, 2019.

GALTUNG, Johan. Violence, Peace, and Peace Research. **Journal of Peace Research**, v. 6, n. 3, 1969.

_____. Twenty-Five years of peace research: ten challenges and some responses. **Journal of Peace Research**, v. 22, n. 2, p. 141- 158, 1985.

GONZÁLEZ, Johanna; MALDONADO, Rócio. Mujeres “Guerrilleras”: **La Participación de las Mujeres em las FARC ey el PCP-Sedenro Luminoso, los casos de Colombia y Peru**. Groupe de Recherche Identités et Cultures (GRIC), Université Le Havre Normandie, Le Havre, 2016.

GRISALES, Sandra Patrícia Arenas. Colômbia: a memória em meio à guerra. **Tempo soc**, v. 25, n.2, 2013.

HERRERA, Natalia; PORCH, Douglas. Like Going to a Fiesta: The Role of Female Fighters in Colombia’s FARC-EP. **Small Wars & Insurgencies**, v. 19, n. 4, dec, 2008.

HUMAN RIGHTS WATCH. **You’ll Learn Not to Cry: Child Combatants in Colombia**, 2003.

HYLTON, Forrest. **A Revolução Colombiana**. São Paulo: Ed.UNESP, 2010

IBARRA MELO, María Eugenia. **Guerrilleras en Colombia: Participación política y transgresiones del modelo de feminidad**. Niterói , 129-153. 2008.

IBARRA MELO, María Eugenia. *Mujeres e insurrección en Colombia: reconfiguración de la identidad femenina en la guerrilla*, Cali, Pontificia Universidad Javeriana, pág. 240. 2009.
KAMPWIRTH, Karen. *Women and Guerrilla Movements: Nicaragua, El Salvador, Chiapas, Cuba*. Penn State University Press, Pennsylvania 2003.

LARA, Patricia. **Las Mujeres en la Guerra**. 1ª edição. Bogotá: Planeta Colombiano, 2000.

LAS MUJERES DE LAS FARC. (2017). Direção: Priscila Farfan; Maurício Acosta. Produção: Karla Gutiérrez. [Vídeo]. Youtube. Publicado em 17 de dezembro. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=11voWVq45LQ>. Acesso em: 18 de novembro de 2020.

LEDERACH, John Paul. **Transformação de conflitos**. Tradução de Tônia Van Acker. São Paulo. Palas .Athena. 2012.

MAGALLÓN, Carmen. Las mujeres como sujeto colectivo de construcción de paz, **Cuadernos Bakeaz**, Cuaderno nº 61, 2004.

MATIZ, Ana Maria López. **Mujeres Firmantes del Acuerdo: Experiencias de mujeres Farianas en el conflicto armado colombiano y su reincorporación a la vida civil**. Trabalho de conclusão de curso. Universidade Externado de Colombia. Bogotá, 2021.

MERCADANTE, Maria; BLANCO, Ramon. La Paz También Tiene Rostro de Mujer: las Mujeres Farianas y el Feminismo Insurgente en el mantenimiento de sujeto colectivo posconflicto. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, v. 6, n. 1, 45-65, 2020

MOURA, Tatiana. Mujeres y Re(des)construcción Posconflicto: más allá de una resolución del pasado. **Revista Académica de Relaciones Internacionales**, n. 2, p. 1-17, 2005.

MOURA, Tatiana. **Mulheres e Construção da Paz**. Recensão, Relações Internacionais, junho, 2005.

MUJERES Farianas. **Tesis de mujer y género para el congreso constitutivo del partido**, 2017.

_____, 2014. Disponível em: <https://mujerfariana.org/vision/declaraciones/161-senoras-laura-ardila-y-natalia-arenas-hagan-honor-a-la-verdad.html>. Acesso em: 10 nov, 2022.
NOBRE, Fábio. **Alto el Fuego: A Mensuração e Eficácia da Segurança Humana na Construção da Paz na Colômbia e no Peru**. Tese de Doutorado em Ciência Política. Universidade Federal de Pernambuco, 2016.

NOTÍCIAS ONU. 2022. **La violencia contra excombatientes en Colombia sigue siendo la mayor amenaza para su transición a la vida civil**. Disponível em : <https://news.un.org/es/story/2022/01/1502572>. Acesso em: 10, Jun, 2023.

NUNCA INVISIBLES: MUJERES FARIANAS, ADIÓS A LA GUERRA. (2018). Produção: Farianas, Nunca Invisibles. [Vídeo]. Youtube. Publicado em 10 de dezembro. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4O19fFVIWYs>. Acesso em: 20 fev. 2020.

OBREGÓN, Maria. **Mujeres en armas: ¿avance ciudadano o subyugación femenina?** Instituto de Estudios Políticos y Relaciones Internacionales. (IEPRI), Universidad Nacional de Colombia, 2005.

OBSERVATORIO DE PAZ Y CONFLICTO. **Mujeres, conflicto armado y construcción de paz. Universidad Nacional de Colombia. Colaboran:** USAID y Organización Internacional para las Migraciones-OIM, 2015.

OBSERVATÓRIO DE PAZ Y CONFLICTO. **Retos de las Mujeres combatientes en el fin de Conflicto. Universidad e Nacional de Colombia.** Colaboran: USAID y Organización Internacional para las Migraciones-OIM, 2016.

ONU MUJERES. **Las Mujeres en Colombia.** Disponible em: <<http://colombia.unwomen.org/es/onu-mujeres-en-colombia/las-mujeres-en-colombia>> Acceso em: 9 dez. 2020.

ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL PARA LAS MIGRACIONES. **Mujeres en Proceso de Reincorporación: Narrativas Desde el Territorio, Colômbia,** 2019. Disponible:<https://colombia.iom.int/news/mujeres-en-proceso-de-reincorporaci%C3%B3n-narrativas-desde-el-territorio>. Acceso em: 10 jan, 2021.

OSPINA, Calvo. **Colombia, laboratorio de embrujos. Democracia y terrorismo de estado,** Madrid: Foca, 2008.

PÉCAUT, Daniel. **As FARC: Uma Guerrilha sem fins?.** 1ª ed. Trad. Ivone C. Benedetti. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

QUIJANO, Constanza Vieira; ARBOLEDA, Chila Peneda. **Mujeres: Paz, Política y Poder.** 1. ed. Bogotá: Ediciones Aurora, 2016

QUINTERO, Liliana. La reincorporación colectiva de las FARC-EP: una apuesta estratégica en un entorno adverso. **Revista CIDOB d'Afers Internacionals**, n. 121, p. 45-66, abr. 2019

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa – Tomo III.** Tradução de Roberto Leal Ferreira.

ROJAS, Maria Cristina. Las “almas belas” y los “guerreiros justos”. **Revista Javeriana**, N.º 635, Tomo 128, Junho, 1997.

SAINT-PIERRE, Héctor. **A Política Armada. Fundamentos da Guerra Revolucionária.** São Paulo: UNESP, 2000.

SANTAMARIA,Ángela. **Revista de Cultura de Paz.** Ene-Dic 2019. Vol. 3: 153-171. Memorias corporales de mujeres indígenas excombatientes de las FARC. 2019.

SANTOS, Rita; MOURA, Tatiana. **Transformar o luto em luta: Sobreviventes da violência armada.** Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra, 2018.

SARRIAS, José. **La Construcción de fariano mamagallista: la trayectoria de la vida-escuela de las FARC- EP, 1950-2022**(Documento de Trabalho n 1. Instituto Alemán para la Paz - CAPAZ, 2023.

SCOTT, Joan. El género: Una categoría útil para el análisis histórico . En M. Lamas, **El género: la construcción cultural de la diferencia sexual**, p. 265-302, PUEG, México, 1996.

TICKNER, J. Ann. **Feminism and Security**. In: HUGHES, Christopher W.; ILAI, Yep Meng. Security Studies - A Reader. Routledge, 2011.

VARGAS, Jakeline; PÉREZ, Angela. Enfoque de Género en el acuerdo de paz entre el Gobierno Colombiano y las FARC-EP: transiciones necesarias para su implementación. Araucaria. **Revista Iberoamericana de Filosofía, Política y Humanidades**, año 20, no 39 ,p.405, 2018

VILLARREAL, Andrés Tafur; BALDIÓN, Alejandro Mejía. **Nuevas y viejas violencias: desafíos para la no repetición del conflicto armado en el Sur del Tolima**. Ibagué: Sello Editorial Universidad del Tolima, 2023.

VELASCO, Martha. **“Ser Mujer y ser Guerrillera” Una aproximación a la constitución de los roles femeninos en las FARC-EP**. Monografía em Antropología ,2018.

VISACRO, Alessandro. Pressupostos Teóricos da Guerra Irregular. Em: **Guerra irregular: terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história**. São Paulo: Contexto. 2009.

XAVIER, Izadora. **Gênero e Relações Internacionais: uma crítica ao Discurso Tradicional de Segurança**. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais. Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, 2010.

DOCUMENTOS

FARIANAS. **Las mujeres en el proceso y en la construcción de la paz**. bapp.com.co/, 2016 a. Disponível em: <https://bapp.com.co/documento/las-mujeres-en-el-proceso-y-en-la-construccion-de-la-paz/>. Acesso em 22/03/2023.

FARIANAS. **Impacto del neoliberalismo en la vida de las mujeres**. bapp.com.co/,2016 b. Disponível em: <https://bapp.com.co/documento/impacto-del-neoliberalismo-en-la-vida-de-las-mujeres/>. Acesso em 22/03/2023.

FARIANAS. **Mujeres y liderazgo**. bapp.com.co/,2016 c. Disponível em: <https://bapp.com.co/documento/mujeres-y-liderazgo/> . Acesso em 22/03/2023.

FARIANAS. **Candelaria Viva – La Pensadera**, 2016 d. Disponível em: <https://bapp.com.co/documento/la-pensadera/>. Acesso em 12/03/2023.

FARIANAS. **Conocer un campamento guerrillero**. bapp.com.co/,2015 a. Disponível em: <https://bapp.com.co/documento/conocer-un-campamento-guerrillero/>. Acesso em 22/03/2023.

FARIANAS. **La mujer es el alma de la paz**. 2015 b. Disponível em: <https://bapp.com.co/documento/la-mujer-es-el-alma-de-la-paz/>. Acesso em 22/03/2023.

FARIANAS. **Debates frente a la violencia de género y sexual en el conflicto.** bapp.com.co/,2015 c. Disponible em: <https://bapp.com.co/documento/debates-frente-a-la-violencia-de-genero-y-sexual-en-el-conflicto/>. Acceso em 22/03/2023.

FARIANAS. **Discriminación de género: ¿Un problema de las FARC-EP?** bapp.com.co/,2015 d. Disponible em: <https://bapp.com.co/documento/discriminacion-de-genero-un-problema-de-las-farc-ep/>. Acceso em 22/03/2023.

FARIANAS. **La paz es diversa.** bapp.com.co/,2015e. Disponible em: <https://bapp.com.co/documento/la-paz-es-diversa/>. Acceso em 22/03/2023.

FARIANAS. **Paz con justicia social desde las mujeres.** bapp.com.co/,2015f. Disponible em: <https://bapp.com.co/documento/paz-con-justicia-social-desde-las-mujeres/>. Acceso em 22/03/2023.

FARIANAS. **Saludo de las FARC-EP a la segunda audiencia de género.** bapp.com.co/,2015g. Disponible em: <https://bapp.com.co/documento/saludo-de-las-farc-ep-a-la-segunda-audiencia-de-genero/>. Acceso em 22/03/2023.

FARIANAS. **Somos colombianas, somos luchadoras, somos paz.** bapp.com.co/,2015h. Disponible em: <https://bapp.com.co/documento/somos-colombianas-somos-luchadoras-somos-paz/>. Acceso em 22/03/2023.

FARIANAS. **Saludo de las FARC-EP a la segunda audiencia de género.** bapp.com.co/,2015i. Disponible em: <https://bapp.com.co/documento/saludo-de-las-farc-ep-a-la-segunda-audiencia-de-genero-2/>. Acceso em 22/03/2023.

FARIANAS. **Especial Peridiodístico sobre os diálogos de paz en la Habana,** 2015 j. Disponible em: https://www.youtube.com/watch?v=vUEdEiKjexw&ab_channel=AgenciaPrensaRural. Acceso em 22/03/2023.

FARIANAS. **Subcomisión de Género de las FARC-EP saluda a la plenaria de la primera reunión con mujeres colombianas.** bapp.com.co/,2014a. Disponible em: <https://bapp.com.co/documento/subcomision-de-genero-de-las-farc-ep-saluda-a-la-plenaria-de-la-primera-reunion-con-mujeres-colombianas/>. Acceso em 22/03/2023.

FARIANAS. **Encuentro de mujeres con la mesa de conversaciones de paz.** bapp.com.co/,2014b. Disponible em: <https://bapp.com.co/documento/encuentro-de-mujeres-con-la-mesa-de-conversaciones-de-paz/>. Acceso em 22/03/2023.

FARIANAS. **Saludo a la plenaria de la primera reunión con mujeres colombianas, expertas en el tema de género y representantes de organizaciones de mujeres.** bapp.com.co/,2014c. Disponible em: <https://bapp.com.co/documento/saludo-a-la-plenaria-de-la-primera-reunion-con-mujeres-colombianas-expertas-en-el-tema-de-genero-y-representantes-de-organizaciones-de-mujeres/>. Acceso em 20/03/2023.

FARIANAS. **Saludo de las FARC-EP a la audiencia de género.** bapp.com.co/,2014d. Disponible em: <https://bapp.com.co/documento/saludo-de-las-farc-ep-a-la-audiencia-de-genero/>. Acceso em 22/03/2023.

FARIANAS. **Subcomisión de Género de las FARC-EP saluda a la plenaria de la primera reunión con mujeres colombianas.** bapp.com.co/,2014e. Disponible em:

<https://bapp.com.co/documento/subcomision-de-genero-de-las-farc-ep-saluda-a-la-plenaria-de-la-primer-reunion-con-mujeres-colombianas/>. Acesso em 22/03/2023

FARIANAS. **Por una Nueva Colombia sin discriminación de género**. bapp.com.co/,2014f. Disponível em: <https://bapp.com.co/documento/por-una-nueva-colombia-sin-discriminacion-de-genero/>. Acesso em 22/03/2023.

FARIANAS. **Mensaje de las FARC-EP: Instalación de la Subcomisión de Género**. bapp.com.co/,2014g. Disponível em: <https://bapp.com.co/documento/mensaje-de-las-farc-ep-instalacion-de-la-subcomision-de-genero-2/>. Acesso em 22/03/2023.

FARIANAS. **Las guerrilleras de las FARC-EP le responden al ministro Pinzón**. bapp.com.co/,2014h. Disponível em: <https://bapp.com.co/documento/las-guerrilleras-de-las-farc-ep-le-responden-al-ministro-pinzon/>. Acesso em 22/03/2023.

FARIANAS. **Perspectiva de género en el proceso de paz**. bapp.com.co/,2014i. Disponível em: <https://bapp.com.co/documento/perspectiva-de-genero-en-el-proceso-de-paz/>. Acesso em 22/03/2023.

FARIANAS. **Propuestas de las FARC- EP para la paz con justicia social, con perspectiva de género**, 2014j. Disponível em: <https://bapp.com.co/documento/propuestas-de-las-farc-ep-para-la-paz-con-justicia-social-con-perspectiva-de-genero/>. Acesso em 10/03/2023.

FARIANAS. **Marú Fernandez – La verdad es que**. Disponível, 2014k. Disponível em: <https://bapp.com.co/documento/la-verdad-es-que/>. Acesso em: 10/03/2023.

FARIANAS. **Maria Angélica – La Mujer Guerrillera es libre y libertaria**., 2014 l. Disponível em: <https://bapp.com.co/documento/la-mujer-guerrillera-es-libre-y-libertaria/>. Acesso em: 10/03/2023.

FARIANAS. **Mujeres, la paz necesita de su concurso**. bapp.com.co/,2013a. Disponível em: <https://bapp.com.co/documento/mujeres-la-paz-necesita-de-su-concurso/>. Acesso em 22/03/2023.

FARIANAS. **Lo que escribimos tiene la esencia de las mujeres pero dentro del contexto de lo que somos como organización. Entrevista a Candelaria Viva y Victoria Sandino**. bapp.com.co/,2013b. Disponível em: <https://bapp.com.co/documento/lo-que-escribimos-tiene-la-esencia-de-las-mujeres-pero-dentro-del-contexto-de-lo-que-somos-como-organizacion-entrevista-a-candelaria-viva-y-victoria-sandino/>. Acesso em 20/03/2023.

FARIANAS. **Saludo de la Delegación de Paz de las FARC-EP a la Cumbre Nacional de Mujeres y Paz**. bapp.com.co/,2013c. Disponível em: <https://bapp.com.co/documento/saludo-de-la-delegacion-de-paz-de-las-farc-ep-a-la-cumbre-nacional-de-mujeres-y-paz/>. Acesso em 20/03/2023.

FARIANAS. **Crónicas de una Palmera: Victoria Sandino, delegada de paz de las FARC-EP**, 2013, d. Disponível em: <https://bapp.com.co/archivos/1.02.0264.pdf>. Acesso em 20/03/2023

ENTREVISTAS

1. ANA. Entrevistadora: Luisa Maria Ramos da Costa. Caquetá,. 28 Abr. 2022.Entrevista concedida para pesquisa acadêmica.
2. LORENA. Entrevistadora: Luisa Maria Ramos da Costa.Cauca, 02 Mai. 2022. Entrevista concedida para pesquisa acadêmica.
3. DANELLY. Entrevistadora: Luisa Maria Ramos da Costa.Caquetá, 12 Ago. 2022. Entrevista concedida para pesquisa acadêmica.
4. JOSÉ. Entrevistadora: Luisa Maria Ramos da Costa. Bogotá, 10 Out. 2022.Entrevista concedida para pesquisa acadêmica.
5. EUNICE ESQUIVIA. Entrevistadora: Luisa Maria Ramos da Costa. Bogotá, 13 Out. 2022. Entrevista concedida para pesquisa acadêmica.
6. JORLENE. Entrevistadora: Luisa Maria Ramos da Costa. . 14 Out.Tolima. 2022.Entrevista concedida para pesquisa acadêmica.
7. VIVIAN. Entrevistadora: Luisa Maria Ramos da Costa. Tolima. 15 Out. 2022.Entrevista concedida para pesquisa acadêmica.
8. ROSAURA. Entrevistadora: Luisa Maria Ramos da Costa. Tolima. 15 Out. 2022. Entrevista concedida para pesquisa acadêmica.
9. RÓCIO. Entrevistadora: Luisa Maria Ramos da Costa. Tolima. 19 Out. 2022.Entrevista concedida para pesquisa acadêmica..
10. VALENTINA. Entrevistadora: Luisa Maria Ramos da Costa. Tolima. 19 Out. 2022.Entrevista concedida para pesquisa acadêmica.
11. CAMILO. Entrevistadora: Luisa Maria Ramos da Costa.Bogotá, 20 Out. 2022.Entrevista concedida para pesquisa acadêmica.
12. ELIZABETH. Entrevistadora: Luisa Maria Ramos da Costa. Tolima, 02 Nov. 2022.Entrevista concedida para pesquisa acadêmica.

ANEXOS

Anexo 1 - Guia de Perguntas para a Entrevista com as Mulheres Farianas

- Presentación inicial de cómo funcionará la entrevista
- 1. ¿Cómo te llamas, cuál es tu edad y de dónde eres?
- 2. ¿Cómo el conflicto armado ha afectado tu vida?
- 3. ¿Cómo ingresaste a las FARC?
- 4. ¿Cuáles fueron tus motivaciones para unirse a las FARC?
- 5. ¿Con cuántos años entraste en el grupo?
- 6. ¿Cuánto tiempo has pasado en las FARC y qué cargos has ocupado?
- 7. ¿Has pensado en ocupar un puesto de mando?
- 8. ¿Cuáles fueron tus mayores dificultades como mujer guerrillera?
- 9. Dentro del grupo, ¿alguna vez te sentiste discriminada por ser mujer?
- 10. ¿Cómo fue tu relación con las otras mujeres dentro del grupo? ¿Y con los hombres?
- 11. ¿Cómo fue el momento de entregar las armas?
- 12. ¿Crees que tu participación en las FARC ha ampliado tus ideales políticos? ¿Qué aprendizajes has tenido en las FARC que llevas para tu realidad actual?
- 13. ¿Cuáles son tus mayores dificultades como ex-guerrillera?
- 14. ¿Crees que la violencia contra ex-guerrilleras creció?
- 15. ¿Crees que las demandas de las Farianas han sido tomadas en cuenta en el Acuerdo?
¿Cuáles eran tus expectativas después de firmar el Acuerdo de Paz?
- 16. ¿Crees que es posible construir una Colombia más pacífica?
- 17. ¿Cómo trabajan las Mujeres Farianas para construir la paz en la comunidad?
- 18. ¿Qué esperas para el futuro de Colombia, tu comunidad y para las mujeres farianas?
- 19. ¿Hay algo que quieras añadir?

Gracias y finalización